



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – *CAMPUS I*  
MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS A EDUCAÇÃO (GESTEC)**



**ALANA MARA SANTOS DOS ANJOS FERREIRA**

**CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA NA PERSPECTIVA DO  
CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Salvador  
2018

**ALANA MARA SANTOS DOS ANJOS FERREIRA**

**CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA NA PERSPECTIVA DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Relatório Técnico apresentado ao Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (Gestec) da Universidade do Estado da Bahia para obtenção do título de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Área de Concentração: Gestão da Educação e Redes Sociais

Orientador: Prof. Dr. César Barbosa

Salvador  
2018

## FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB

Dados fornecidos pela autora

F383c

Ferreira, Alana Mara Santos dos Anjos

Caracterização da Assistência Estudantil na Universidade do Estado da Bahia na perspectiva do Censo da Educação Superior / Alana Mara Santos dos Anjos Ferreira.-- Salvador, 2018.

123 fls : il.

Orientador(a): Prof. Dr. César Barbosa.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, Câmpus I. 2018.

1.Caracterização da Assistência Estudantil. 2.Política de Assistência Estudantil. 3.Censo da Educação Superior. 4.Redes de Gestão Departamental da Uneb.

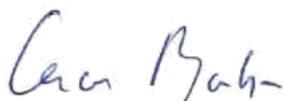
CDD: 378

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### “CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA NA PERSPECTIVA DO CENSO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR”

**ALANA MARA SANTOS DOS ANJOS FERREIRA**

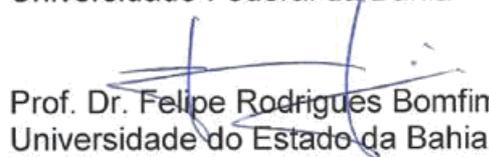
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Scripto Sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 05 de setembro de 2018, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. César Barbosa  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Educação e Contemporaneidade  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nádia Hage Fialho  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Prof. Dr. Felipe Rodrigues Bomfim  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Difusão do Conhecimento  
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisiana Rodrigues Oliveira Barbosa  
Secretaria de Educação do Estado da Bahia - SEC/BA  
Doutorado em Educação e Contemporaneidade  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pelo Seu amor incondicional e por ter me mantido firme na fé, no foco dos meus objetivos, e com força para conclusão da pesquisa!

A comunidade discente da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Universidade do Estado da Bahia, que me proporcionaram experiências e vivências tão enriquecedoras na área da Assistência e Permanência Estudantil.

Ao meu orientador Prof. Dr. César Barbosa pelos direcionamentos e saberes compartilhados durante esse rico e produtivo processo de trabalho.

Aos membros da banca examinadora: Profa. Dra. Nádia Hage Fialho, Profa. Dra. Elisiana Rodrigues Barbosa e ao Prof. Dr. Felipe Rodrigues Bomfim pelo criterioso exame ao estudo e as preciosas contribuições sugeridas à pesquisa.

Aos meus amados pais, Benedito da Conceição dos Anjos e Analice Santos dos Anjos. Agradeço imensamente pelo amor, princípios e valores ensinados!

Ao meu amado esposo, Adonias Magdiel Silva Ferreira, pelo incentivo e participação nesse projeto de vida que estamos construindo, com a benção de Deus, ao longo desses vinte anos juntos!

Ao nosso filho amado, Adonias Magdiel Silva Ferreira Júnior, que mesmo tão pequeno me disse: “Mamãe, você precisa dar pequenos passos para dar passos grandes! ”. Assim foi minha caminhada até a conclusão desse estudo. Agradeço imensamente pelas suas mensagens e desenhos, que me motivaram, durante todo o processo de construção da pesquisa!

Aos meus irmãos amados Lívio Ádamo Santos dos Anjos e Marcus Vinícius Bispo dos Anjos pelo companheirismo.

Aos familiares, amigos (as) pelos incentivos, cuidados, força e esperança.

Ao Magnífico Reitor da UNEB, Prof. José Bites de Carvalho e ao Excelentíssimo Vice-Reitor, Prof. Marcelo Duarte de Ávila, pelos esclarecimentos e informações sobre ações e perspectivas da gestão em relação à temática abordada.

Ao Prof. Antônio José Batista de Azevedo e o Prof. Marcius Gomes que generosamente compartilharam experiências e referências bibliográficas para a pesquisa.

Aos colegas da UNEB: Leandro Cavalcanti e Mila Chaun por viabilizarem ações e referências bibliográficas durante o processo de construção da pesquisa.

Aos docentes e funcionários do Mestrado Profissional de Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

À líder do Grupo de Pesquisa “Educação, Universidade e Região” (EdUReg), Profa. Rosângela Matos e os demais professores pesquisadores pelo compartilhamento de saberes e experiências.

Aos colegas do GESTEC-UNEB pelo período de convivência, construção de saberes e laços de amizade. Com especial destaque: Daniele Santana, Auzenir Luz, Adriana Campos (“Quarteto Fantástico”), Ivamberg Lima, Jacqueline Santos e Roberta Leal.

Ao Sr. Hilberto Carmo (SEPLAN) pelo trabalho primoroso no design dos slides da apresentação da Qualificação e Defesa da Pesquisa de Mestrado.

À equipe da PRAES pelo companheirismo profissional que tem oportunizado várias situações de aprendizado e crescimento.

“Para tudo há uma ocasião, e um tempo  
para cada propósito debaixo do céu”  
Eclesiastes 3:1

## RESUMO

Este trabalho propõe-se a caracterizar as ações da Assistência Estudantil da Universidade do Estado da Bahia, sob a perspectiva do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, considerando os principais eixos estruturantes adotados pela política nacional e legislação vigente. Para tanto, delinea-se uma investigação em torno dos microdados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, referente aos anos de 2014 e 2015. Com vistas a respaldar esse estudo, buscou-se alicerçar a discussão a partir de um modelo de regionalização flexível da Universidade do Estado da Bahia, denominado Redes de Gestão Departamental, tendo como população-alvo os estudantes dos cursos de graduação presencial. A assistência estudantil é discutida de forma conceitual a partir das reflexões apresentadas ao longo do texto, à medida em que as análises dos documentos e dos dados foram evidenciando. O processo de análise de dados da pesquisa foi dividido em duas etapas: na primeira, foi feita uma caracterização estatística descritiva, geral e regionalizada por Redes de Gestão Departamental, das ações de Assistência Estudantil mais expressivas do banco de dados da pesquisa. Na segunda, foi feito um mapeamento das similaridades entre as RGD, utilizando o método escalonamento multidimensional para capturar efeitos sinérgicos subjacentes. Como principal resultado, destacou-se o fato de que a caracterização da Assistência Estudantil no ano de 2014, em comparação ao ano de 2015, apresentou alterações importantes nos seus comportamentos temporais e espaciais. Assim, almeja-se que este relatório técnico possa contribuir nas reflexões sobre o assunto, e auxiliar no processo de tomada de decisão na área da Assistência Estudantil.

**Palavras-chave:** Caracterização da Assistência Estudantil, Política da Assistência Estudantil, Censo da Educação Superior, Redes de Gestão Departamental.

## ABSTRACT

This paper proposes to characterize the actions of the Student Assistance of the State University of Bahia, under the perspective of the Census of Higher Education of the National Institute of Educational Research Anísio Teixeira, considering the main structuring axes adopted by the national policy and current legislation. Therefore, an investigation was carried out on the micro-data of the Census of Higher Education of the National Institute of Educational Research Anísio Teixeira, referring to the years of 2014 and 2015. In order to support this study, we sought to ground the discussion from a model of flexible regionalization of the State University of Bahia, denominated Departmental Management Networks, with the target population being the Student Census of undergraduate degree courses. Student assistance was discussed in a conceptual way, from the reflections throughout the text as the documentary and data analyzes were evidenced. The process of data analysis of the research was divided into two stages: in the first, a descriptive statistical characterization, general and regionalized by Departmental Management Networks, of the most expressive Student Assistance actions of the research database was made. In the second step of the data analysis, a mapping of similarities between RGD was done using the multidimensional scaling method, from the complete database to capture underlying synergistic effects. The characterization of Student Assistance in the year 2014, compared to the year 2015, showed important changes in its temporal and spatial behavior. Thus, it is hoped that this technical report can contribute to the reflections on the subject, and assist in the process of decision making in the area of Student Assistance.

**Keywords:** Characterization of Student Assistance, Student Assistance Policy, Higher Education Census, Departmental Management Networks.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AGP-Assessoria de Gestão de Pessoas  
AGESPI-Assessoria de Gestão de Projetos e Convênios Institucionais  
ANDIFES- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior-  
ANEB- Avaliação Nacional da Educação Básica  
ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar  
AOP-Assessoria de Obras e Projetos  
ASCOM-Assessoria de Comunicação  
ASPLAN-Assessoria Técnica de Finanças e Planejamento  
ASSEST-Assessoria de Assistência Estudantil  
CPEDR- Centro de Pesquisas de Desenvolvimento Regional  
CEPLAC- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira  
CPA - Comissão Própria de Avaliação  
CODES- Coordenação de Desenvolvimento do Ensino Superior  
CONSAD- Conselho de Administração  
CFE- Conselho Federal de Educação  
CONSEPE-Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão  
CONSU- Conselho Superior  
CVV-Centro de Valorização da Vida  
DAE- Departamento de Assistência ao Estudante  
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Alunos  
ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio  
ENCCEJA- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos  
FESPI- Fundação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna  
FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil  
FUFS- Fundação Universidade Feira de Santana  
GAACE-Gerência de Apoio às Atividades Comunitárias e Estudantis  
GAE- Gerência da Assistência e Assuntos Estudantis  
GAPEU-Grupo de Apoio Psicossocial de Estudantes Universitários  
INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IES- Instituições de Ensino Superior  
IFES- Instituições Federais de Ensino Superior  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases  
MEC - Ministério de Educação e Cultura  
NEPS- Núcleo de Estudos e Prevenção do Suicídio  
PEC-G- Programa de Alunos-Convênio de Graduação  
PERCURSOS-Grupo de Pesquisa em Processos de Desenvolvimento Psicossocial, Contextos Educativos e Políticas Públicas  
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil  
PNAEST - Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PGDP-Pró- Reitoria de Gestão de Pessoas  
PPG-Pró-Reitoria de Pós-Graduação  
PPG-UNEB- Pró- Reitoria de Pesquisa e Ensino em Pós-Graduação  
PRAES - Pró- Reitoria de Assistência Estudantil  
PROEX-Pró-Reitoria de Extensão  
PROGRAD-Pró-Reitoria de Graduação  
PROMISAES-Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

PROPAAE - Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis  
PROPLAN-Pró-Reitoria de Planejamento  
REUNI - Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
SAP - Serviço de Apoio Psicopedagógico  
SEC-BA - Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia  
SEDIAE - Secretaria de Avaliação e Informação Educacional  
SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano  
SEEC - Secretaria de Estatística da Educação e Cultura  
SEAI- Secretaria Especial de Articulação Interinstitucional  
SEConf- Secretaria Especial de Contabilidade e Finanças  
SELCC-Secretaria Especial de Licitação, Contratos e Convênios  
SEPLAN- Secretaria de Planejamento  
SEPROMI-Secretaria de Promoção da Igualdade Racial  
SERIN- Secretaria de Relações Institucionais  
SERint- Secretaria Especial de Relações Internacionais  
SESAB-Secretaria de Saúde da Bahia  
SESU - Serviço de Saúde Universitário  
SAEB - Sistema Nacional da Educação Básica  
SINAES - Sistema Nacional de Educação Superior  
SISU - Sistema Único de Seleção Unificada  
UNEB- Universidade do Estado da Bahia  
UNIFER- Sistema Integrado de Informática  
UEFS- Universidade Estadual de Feira de Santana  
UESC- Universidade Estadual de Santa Cruz  
UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
UEBA- Universidades Estaduais da Bahia  
UNE- União Nacional dos Estudantes- UNE

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização das UEBA. ....	34
Figura 2 - Mapa de Localização dos Campi da UNEB. ....	40
-Figura 3 - Localização dos campi e das Redes de Gestão Departamental (RGD). ....	42
Figura 4 - Territórios de Identidade e Áreas de Conhecimento da Uneb. ....	43
Figura 5 – Organograma do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. .	66
Figura 6 – Fluxograma ilustrativo da Fonte de Microdados do INEP.....	66
Figura 7– Enquadramento da Metodologia. ....	68
Figura 8 – Principais informações do procedimento da pesquisa. ....	70
Figura 9 – Esquema de construção do Escalonamento Multidimensional. ....	99
Figura 10 – Mapas Perceptuais das RGD da Uneb nos anos de 2014 e 2015. ....	103

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Universidade do Estado da Bahia - Distribuição de alunos em relação ao Turno do curso em 2014 e 2015. ....	76
Gráfico 2 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição dos alunos em relação ao Turno do curso por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	77
Gráfico 3 - Universidade do Estado da Bahia – Distribuição dos alunos em relação ao Turno do curso por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	77
Gráfico 4 – Universidade do Estado da Bahia - Distribuição de alunos em relação à Cor/Raça em 2014 e 2015. ....	79
Gráfico 5- Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Cor/Raça dos estudantes por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	79
Gráfico 6- Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Cor/Raça dos estudantes por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	80
Gráfico 7 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição dos alunos por Sexo no ano de 2014 e 2015 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	81
Gráfico 8 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Sexo dos Alunos por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	82
Gráfico 9 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Sexo dos Alunos por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	82
Gráfico 10 - Universidade do Estado da Bahia- Distribuição da Faixa Etária dos alunos em 2014 e 2015. ....	83
Gráfico 11 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Faixa Etária dos Alunos por RGD no ano de 2014( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	84
Gráfico 12 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Faixa Etária dos Alunos por RGD no ano de 2015( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	84
Gráfico 13 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da incidência da Deficiência/Transtorno Global do Desenvolvimento/Superdotação dos alunos em 2014 e 2015. ....	86
Gráfico 14 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da incidência da Deficiência/Transtorno Global do Desenvolvimento/Superdotação por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,235$ ). ....	87
Gráfico 15 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da incidência da Deficiência/Transtorno Global do Desenvolvimento/Superdotação por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,415$ ). ....	87
Gráfico 16 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Reserva de Vagas dos alunos em 2014 e 2015. ....	88
Gráfico 17 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Reserva de Vagas dos alunos por RGD no ano de 2014( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	90

Gráfico 18 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Reserva de Vagas dos alunos por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ).....	90
Gráfico 19 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição dos alunos que receberam Apoio Social em 2014 e 2015. ....	91
Gráfico 20 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Apoio Social ao aluno por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	92
Gráfico 21 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Apoio Social ao aluno por RGD no ano de 2015( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	92
Gráfico 22 – Universidade do Estado da Bahia- Número de estudantes que receberam Apoio Bolsa Permanência em 2014 e 2015.....	93
Gráfico 23 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Apoio Social modalidade Apoio Permanência ao aluno por RGD no ano de 2014( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	94
Gráfico 24 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Apoio Social modalidade Apoio Permanência ao aluno por RGD no ano de 2015( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ). ....	95
Gráfico 25 – Universidade do Estado da Bahia-Número de estudantes que receberam Apoio Moradia em 2014 e 2015. ....	96
Gráfico 26 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Apoio Social modalidade Apoio Moradia ao aluno por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ).....	97
Gráfico 27 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Apoio Social modalidade Apoio Moradia ao aluno por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ).....	97

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Assistência e Permanência Estudantil (UEFS, UESC, UESB e UNEB).....	38
Quadro 2 - Classificação dos Territórios de Conhecimentos da UNEB.....	43
Quadro 3 - Principais ações de assistência estudantil das universidades estaduais baianas.....	61

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição de alunos em relação ao Turno do curso em 2014 e 2015. ....	76
Tabela 2 - Universidade do Estado da Bahia- Distribuição dos estudantes por Cor/Raça em 2014 e 2015. ....	78
Tabela 3 - Universidade do Estado da Bahia- Distribuição dos estudantes por Cor/Raça em 2014 e 2015. ....	80
Tabela 4 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Faixa Etária dos alunos em 2014 e 2015. ....	83
Tabela 5 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da incidência da Deficiência/Transtorno Global do Desenvolvimento/Superdotação dos alunos em 2014 e 2015. ....	85
Tabela 6 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Reserva de Vagas dos alunos em 2014 e 2015. ....	88
Tabela 7 – Universidade do Estado da Bahia - Distribuição de estudantes que receberam Apoio Social em 2014 e 2015. ....	91
Tabela 8 - Universidade do Estado da Bahia- Número de estudantes que receberam Apoio Bolsa Permanência em 2014 e 2015. ....	93
Tabela 9 - Universidade do Estado da Bahia-Número de estudantes que receberam Apoio Moradia em 2014 e 2015. ....	96
Tabela 10 - Universidade do Estado da Bahia- Matriz da distribuição de frequência das RGD em relação às categorias de variáveis correlatas às Ações de Assistência estudantil do ano de 2014. ....	100
Tabela 11- Universidade do Estado da Bahia- Matriz da distribuição de frequência das RGD em relação às categorias de variáveis correlatas às Ações de Assistência estudantil do ano de 2015. ....	101
Tabela 12 - Universidade do Estado da Bahia- Matriz da distribuição de frequência das RGD em relação às categorias de variáveis correlatas às Ações de Assistência estudantil do ano de 2014. ....	103
Tabela 13 - Universidade do Estado da Bahia- Matriz da distribuição de frequência das RGD em relação às categorias de variáveis correlatas às Ações de Assistência estudantil do ano de 2015. ....	105

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	14
1.1	Contextualização	14
1.2	Problematização e Objetivos	16
1.3	Justificativa	17
1.4	Escopo do Trabalho	18
<b>2.</b>	<b>EMBASAMENTO TEÓRICO</b>	20
2.1	Assistência Estudantil no Brasil no período de 1930 a 2016: retrospecto político e histórico	20
2.2	Panorama da Assistência Estudantil do Sistema Estadual de Ensino Superior da Bahia	33
2.2.1.	Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	35
2.2.2.	Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	36
2.2.3.	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	37
2.2.4.	Universidade do Estado da Bahia (Uneb)	37
<b>3.</b>	<b>A UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</b>	39
3.1	Evolução histórica e territorialização institucional	39
3.2	Estrutura Organizacional da Uneb	44
3.3	A Assistência Estudantil na Uneb	45
<b>4.</b>	<b>FINANCIAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E NA BAHIA</b>	56
4.1	Contexto Nacional	56
4.2	Financiamento da Assistência Estudantil na Esfera Estadual	59
<b>5.</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b>	64
5.1.	Fonte dos dados: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	64
5.2.	Enquadramento da Pesquisa	67
5.3.	Procedimentos da Pesquisa	68
5.4.	Procedimento Estatístico	70
<b>6.</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	75
6.1	Caracterização Univariável e Bivariável da Assistência Estudantil	75
6.2	Caracterização Multivariável da Assistência Estudantil	97
<b>7.</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	106
	<b>REFERÊNCIAS</b>	110
	<b>ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia - UNEB</b>	118

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 Contextualização**

A Constituição Federativa Brasileira promulgada em 1988, preconiza que a Educação é um dever do Estado e da Família, conforme disposto no art. 205, o qual toma como princípio basilar a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, previsto no artigo 206, inciso I.

A partir dessas diretrizes advêm as propostas da Assistência Estudantil nas instituições de ensino superior, a qual estão dispostas no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010) e Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST, 2010) que visam à garantia de ações e condições institucionalizadas, tais como: residência universitária, alimentação, transporte, saúde, cultura, esporte, apoio psicossocial e pedagógico para concretização da Assistência, Permanência e Sucesso Acadêmico.

Para Kowalski (2012) e Ramalho (2013) a Assistência Estudantil é a organização de serviços de apoio ou iniciativas voltadas para o discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que busquem democratizar o acesso ao ensino assegurando as condições estruturantes como: Residência Universitária, Restaurante Universitário, Material Didático, Transporte, Creche, para favorecer a permanência e sucesso acadêmico deste estudante no contexto escolar.

Já a política de permanência estudantil visa assegurar medidas de intervenção junto à comunidade discente, independente da condição social e econômica, através de ações nas áreas de: saúde, cultura, esporte, lazer, apoio pedagógico e psicológico.

Os dispositivos de referência na área de Assistência Estudantil (PNAES e PNAEST) articulados a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 20/12/1996, é que subsidiam a concepção de Assistência e Permanência Estudantil adotada pela Universidade do Estado da Bahia, que no ano de 2009, através da resolução de nº733/2009, instituiu a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES), a fim de desenvolver ações que contemplem as demandas dos discentes alocados no campus da UNEB, localizados na capital, região metropolitana e interior do estado.

Conforme o Plano de Metas 2010-2013, estes campi foram redistribuídos numa classificação territorial denominada Redes de Gestão Departamental (RGD), que é uma estrutura regional flexível criada para responder eficazmente as demandas localizadas.

Dessa forma, o público de interesse deste estudo possui múltiplas pertinências territoriais. Sobre isso o autor Milton Santos diz: “O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2001, p.97).

Os estudantes da Universidade do Estado da Bahia são partícipes dos territórios localizados nas oito RGD definidos pela Gestão da UNEB, e que trazem singularidades nas suas características, que devem ser consideradas para a tomada de decisão institucional.

De acordo, com o Plano Estratégico da Uneb (UNEB, 2013, p. 14): “A PRAES tem investido na Assistência Estudantil com base no entendimento de que a educação, enquanto necessidade e direito dos indivíduos, precisa ser fomentada, a partir da adoção de mecanismos que garantam o acesso e a permanência dos estudantes da Universidade”.

Ao longo desse tempo, a Pró- Reitoria vem aprofundando um diálogo com a comunidade estudantil, através de visitas técnicas a todos os campi; encontros e reuniões com a Gestão central, direções de Departamentos, comissões de Assistência Estudantil e representações discentes, a fim de traçar um cenário institucional sobre as necessidades do seu público de interesse, implementação de um planejamento para atendimento de demandas a curto, médio e longo prazo de forma institucionalizada, via planos, programas e projetos que garantam o: acesso, permanência e sucesso acadêmico dos estudantes.

Esse prospecto de estratégias converge para a elaboração de uma Política Normativa de Assistência Estudantil, condizente com a realidade atual dos cursos e campi da Uneb. Com base nesse argumento que se propôs como tema de pesquisa identificar as características das ações realizadas na área de Assistência Estudantil da Universidade do Estado da Bahia, distinguindo sua dinâmica no tempo e no espaço.

Para delimitação da temática, o estudo debruçou-se em analisar as ações desenvolvidas para assegurar a política de Assistência Estudantil, como também identificar o público demandante dessas ações institucionais, definindo que o público alvo da pesquisa fossem os discentes dos cursos de graduação presencial, localizados nas oito RGD da Uneb nos anos de 2014 e 2015, na perspectiva do Censo da Educação Superior, cujos dados foram coligidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O contexto da problemática pesquisada está demarcado por uma política de aglutinação dos campi da Universidade do Estado da Bahia em Redes de Gestão Departamental (RGD), as quais se baseiam fundamentalmente nos territórios de identidade na esfera estadual.

Essa forma de gestão implica em administrar cada lócus, considerando seus processos histórico, político, social, econômico, além do respeito às especificidades de cada uma das Redes de Gestão Departamental, de modo que fomente um desenvolvimento local, e com isso a UNEB possa oportunizar a realização da sua missão em cada campus. A esse propósito, salienta Fialho (2005):

(...) pensar a respeito do cumprimento das suas finalidades estatutárias e das suas metas de gestão, bem como do seu desempenho nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, implica considerar questões como o seu assentamento geográfico, o contexto regional e urbano, a distribuição do seu corpo docente, o fluxo de informações e a comunicação entre os seus diferenciados espaços, a dinâmica do seu funcionamento, a convivência entre seus sujeitos, membros de uma comunicação acadêmica, entre muitas outras (...) (FIALHO, 2005, p. 38).

## **1.2 Problematização e Objetivos**

Considerando o contexto descrito acima, refletimos sobre a necessidade de conhecer o público-alvo da política de assistência e permanência estudantil, levando em conta que as múltiplas territorialidades presentes nas Redes de Gestão Departamental da Universidade do Estado da Bahia conferem características singulares a esses espaços.

O problema anunciado pela pesquisa reside na multicampia como forma de assentamento dos campi da Universidade do Estado da Bahia que, ao mesmo tempo em que oportuniza o contato com vários contextos regionais, aproximando a Universidade das comunidades locais e dos seus problemas, impõe dois grandes desafios a esta instituição: implementação de políticas eficientes de Assistência e Permanência Estudantil e o desenvolvimento de uma gestão em rede dessas políticas.

Em virtude disso, a questão da pesquisa é apresentada na seguinte pergunta: em que medida o reconhecimento dos vários contextos territoriais em relação aos diferentes padrões de perfis de estudantes pode melhorar o alcance das políticas de assistência estudantil implementada na Universidade do Estado da Bahia?

O pressuposto da pesquisa sinaliza que os padrões dos perfis estudantis da UNEB, em relação a sua pertinência territorial, na Perspectiva do Censo da Educação Superior no período

de 2014-2015, exigem diferentes caracterizações das ações de assistência prestada a comunidade discente.

A hipótese básica adotada é que os diferentes contextos territoriais formatam diferentes perfis de estudantes, de modo que o conhecimento das características dos estudantes nos diversos espaços de assentamento de seus campi contribuirá para melhorar a eficiência das políticas de assistência estudantil implementadas na Universidade do Estado da Bahia.

O objetivo geral do estudo é caracterizar as ações da Assistência Estudantil da Universidade do Estado da Bahia, sob a perspectiva do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, considerando os principais eixos estruturantes adotados pela política nacional e legislação vigente.

Para alcance desse objetivo geral, elegeu-se como objetivos específicos: 1) Identificar os diferentes perfis estudantis da Universidade do Estado da Bahia, com base no Censo da Educação Superior de 2014-2015; 2) Classificá-lo conforme a sua territorialidade, a fim de permitir possíveis comparações com uma divisão territorial de referência, as Redes de Gestão Departamental; 3) Apresentar um relatório técnico com a classificação dos diferentes padrões de perfis estudantis da Universidade do Estado da Bahia, para subsidiar o “Observatório da Vida Estudantil” e com isso; 4) Promover uma discussão sobre as ações institucionais da política de Assistência e Permanência Estudantil em curso, contribuindo para uma melhoria contínua de sua eficácia, eficiente e equidade para a garantia da permanência e sucesso acadêmico dos(as) estudantes de graduação presencial da Universidade do Estado da Bahia.

Vale destacar que a execução desse estudo oportunizou, a partir de resultados parciais, a apresentação do trabalho “Análise da Tendência e Cenário Estudantil da Universidade do Estado da Bahia sob a perspectiva das Redes de Gestão Departamental”, no III Seminário Nacional de Gestão e Avaliação em Educação, na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, no ano de 2017. E posteriormente foi selecionado para torna-se um artigo, publicado na Revista Pesquisa e Debate em Educação.

### **1.3 Justificativa**

A viabilidade da pesquisa, a partir da perspectiva da Gestão Universitária, consubstancia-se no que foi instituído como meta, no Plano de Ações Prioritárias (PAP 2014-2017), e que está consoante com o que preconiza a Lei nº 10.172/01, Plano Nacional de Educação (PNE), que é: “(...) a implantação de um Observatório Estudantil para construção de um banco de dados que contribua para ações e políticas de Assistência Estudantil” (PAP-

Uneb/2014). Além disso, promover o estímulo e a proposição de ações institucionais que atendam e fortaleçam a construção de uma Política de Assistência e Permanência Estudantil eficaz, eficiente e equânime para a garantia do acesso, permanência e sucesso acadêmico dos (as) estudantes de graduação da Uneb.

O interesse pessoal pela temática deve-se a experiência laboral da pesquisadora, que iniciou a trajetória profissional na área da Assistência Estudantil em Universidades Estaduais há treze anos. Atuou como profissional de Serviço Social, na Universidade Estadual de Feira de Santana - Antiga Unidade de Desenvolvimento de Organização Comunitário e atual Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - durante o período de 2005 à 2011. Desde esse último ano, desenvolve atividades na Uneb, na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da Universidade do Estado da Bahia, como integrante da Equipe Multidisciplinar de Atenção ao Estudante - EMAE.

Nesse percurso como Assistente Social um dos principais desafios encontrados foi operar às Políticas de Assistência Estudantil, a partir de ações que sejam coerentes com a realidade institucional e estudantil.

#### **1.4 Escopo do Trabalho**

A discussão do trabalho inicia-se com a introdução, onde é anunciado o tema, problema, hipótese e a questão norteadora buscando dar uma visão panorâmica e prospectiva do assunto.

O capítulo II apresenta nosso embasamento teórico. O mesmo está subdividido em duas seções. Na primeira, destacamos os eixos norteadores do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST). Na segunda, identificamos a constituição histórica, a estrutura organizacional, e a política de Assistência Estudantil desenvolvida pelas Universidades Estaduais da Bahia.

O capítulo III versa sobre a “Universidade do Estado da Bahia e as ações na área de Assistência Estudantil”, no qual se destaca o campo de estudo dessa pesquisa, considerando os aspectos da gestão universitária multicampi, o modelo de regionalização flexível (RGD), e as ações desenvolvidas para a implementação e implantação da política de Assistência Estudantil institucional.

No item seguinte, capítulo IV, foi realizada uma breve discussão sobre o Financiamento da Política de Assistência Estudantil no Brasil e na Bahia, onde refletimos sobre as fontes de recursos e os repasses destinados a essa área.

No capítulo V, apresenta-se o “Percurso Metodológico” adotado para concepção da pesquisa, no tocante à sua delimitação, universo, enquadramento e procedimentos utilizados para a execução do estudo, cuja principal fonte de dados foram os microdados coligidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diante da importância dessa fonte de pesquisa brasileira, explanou-se com brevidade a sua origem, atuais atribuições na área do planejamento educacional brasileiro, e a relevância do Censo da Educação Superior como fonte de estudo para as Instituições de Ensino Superior.

No capítulo VI, intitulado “Análise dos Resultados e Discussão”, sugerimos uma alternativa analítica para os microdados do Censo da Educação Superior recortados nas informações referentes à Universidade do Estado da Bahia. A intenção foi apresentar uma caracterização da Assistência Estudantil e o perfil do discente demandante dessa política na Uneb, nos anos de 2014 e 2015.

O relatório técnico ainda é composto pelas “Considerações Finais”, onde, buscando a produção de sentido em relação ao contexto da Política de Assistência Estudantil da UNEB, foi realizada uma síntese dos principais resultados obtidos através das análises dos dados. Na sequência, apresenta-se as considerações finais, as referências utilizadas para construção da pesquisa, seguida dos anexos que compõem o trabalho.

## **2. EMBASAMENTO TEÓRICO**

Este capítulo se dedica à apresentação da nossa fundamentação teórica. A ideia é desenhar um quadro teórico-conceitual sobre a Assistência Estudantil no Brasil em geral e, em particular, nas universidades estaduais baianas.

Na primeira seção, fez-se uma retrospectiva histórica da política nacional de assistência estudantil no Brasil, com especial atenção aos eixos que orientam os Programas Nacionais de Assistência Estudantil (PNAES) e de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST). A intenção foi revelar as potencialidades e limites desses Programas.

Na segunda seção deste capítulo, apresenta-se uma breve história da política de assistência estudantil desenvolvida nas quatro universidades estaduais baianas, com o sentido de identificar a constituição histórica dessas políticas e seu desenho organizacional.

### **2.1 Assistência Estudantil no Brasil no período de 1930 a 2016: retrospecto político e histórico**

O histórico da Assistência Estudantil brasileira revela que a incidência de iniciativas nessa área ficava condicionada, ao contexto histórico, político e econômico do país, conforme reflexão de Garrido (2012):

A Assistência Estudantil [...] também tem oscilado historicamente. Por vezes, as iniciativas tornam-se mais expressivas, isso porque buscam atender as pressões advindas dos movimentos sociais, notadamente do movimento estudantil. Em outros momentos as ações são mais tímidas, em decorrência da influência mais robusta dos grupos hegemônicos, no controle sobre as ações do Estado (GARRIDO, 2012, p.5).

A garantia das condições estruturantes como alimentação, transporte, residência universitária são fundamentais, para que se configure o direito a permanência e o sucesso do estudante durante a sua trajetória acadêmica.

Sobre isso Leher (2004) preconiza que a Assistência Estudantil, enquanto política pública busca garantir os meios necessários, para que o segmento discente possa permanecer no meio universitário.

Mas, nem sempre as ações nessa área eram garantidas de direito, tendo em vista que, na sua gênese, a assistência estudantil era vista como uma benesse governamental, muitas vezes concedida a quem dela pouco necessitava.

A autora Kowalski<sup>1</sup> (2012 apud DUTRA; SANTOS, 2017, p. 150), ao analisar o processo de constituição da Assistência Estudantil brasileira, o dividiu em três períodos: 1) surgimento da Universidade no Brasil até a fase da redemocratização; 2) da redemocratização até proposição dos primeiros instrumentos normativos na área de Assistência Estudantil fomentados em debates realizados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitorias de Assistência Estudantil (FONAPRACE) e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que resultaram na formulação do PNAES(2010) e PNAEST(2010) para assegurar a política de Assistência Estudantil como direito; e 3) o período de expansão e reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) até a atualidade.

Para Sposati (2007, p. 437), “o âmbito de uma política social é resultante de um processo social, econômico, histórico e político”. No caso da política de assistência, na área estudantil, a sua gênese teve características de cunho elitista, voltado para as classes emergentes da sociedade brasileira, conforme podem ser analisados os fatos históricos e políticos da década de 30, quando os estudantes das classes abastadas faziam cursos na Europa, cuja moradia era custeada pelo governo brasileiro.

Em contraposição a essa realidade, os estudantes advindos das classes socioeconomicamente vulneráveis que conseguiam ingressar nas instituições de ensino superior reclamavam por recursos mínimos como alimentação e moradia, por meio da concessão de refeições via restaurantes universitários ou vagas nas residências universitárias.

Delimitando a análise histórica aos fatos e eventos ocorridos depois de 1930, sobretudo, dos principais aspectos que contribuíram para a constituição dos parâmetros normativos na área de Assistência Estudantil no Brasil, tomou-se também como referência as autoras Borsato e Alves (2015) e Silveira (2012). A partir dos registros históricos referenciados por essas autoras, a primeira ação voltada para permanência estudantil no Brasil ocorreu no governo do presidente Washington Luís, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, na cidade de Paris, na França. Ambas as autoras fizeram uma reflexão sobre as principais condições sociais e políticas predominantes na gênese das ações institucionais de assistência estudantil no país.

---

<sup>1</sup> KOWALSKI, A. V.. Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Portanto, inicialmente, a assistência estudantil foi dirigida aos interesses da classe abastada da sociedade, uma vez que o ensino superior era restrito a elite. Assim, somente os com considerável condição financeira poderiam viajar para outros países e obter uma formação qualificada, auxiliados por recurso público do governo brasileiro.

Por outro lado, essa política não alcançava os segmentos que, de fato, precisavam desse auxílio, aqueles das classes populares e trabalhadoras. Sobre isso, Gadotti (1981, p. 5) reflete que “as classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder”.

As ações de Assistência Estudantil somente vieram contemplar, as pessoas em situação socioeconomicamente vulneráveis no governo do presidente Getúlio Vargas, com a construção da primeira Casa do Estudante no Brasil, no estado do Rio de Janeiro, visando atender alguns estudantes carentes que ingressavam na Universidade. Além de oferecer refeições, enquanto estivessem no curso (CASTRO, 1954).

De acordo com Amaral (2007 apud Silveira 2012, p. ), no início da Era Vargas<sup>2</sup>, foi realizada uma reforma no ensino superior através do decreto de nº 1985/031, que dispôs sobre a organização desse nível de ensino . Desse instrumento normativo surgiram as primeiras iniciativas de ações na área de assistência. Entretanto as proposições desse documento tinham mais o intuito de manter uma organização administrativa da instituição, de modo que essas iniciativas foram incipientes.

A Constituição Federal de 1934, através do artigo nº 157, propôs a criação de fundos educacionais, sendo que parte dos recursos alocados esses fundos deveria ser aplicada no auxílio a alunos necessitados, a fim de lhes garantir material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica (BRASIL, 2012a, p. 140)

Através do Ministério da Educação, órgão diretamente vinculado ao governo federal, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada entre os anos 1937 e 1938. Nesse espaço o diretório acadêmico era responsável pela organização dos serviços de: biblioteca, serviço de saúde e concessão de bolsas (SILVEIRA, 2012).

Em 1946, a Constituição Federativa da época, previa no artigo 172, que “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar” (BRASIL, 2012b, p. 89). Para respaldar essa normativa, na sequência foi determinado através do decreto de nº

---

<sup>2</sup> Corresponde ao período da história política do Brasil entre 1930 e 1945, no qual Getúlio Vargas governou o país.

20.302/1946, que ao serem construídos novos prédios e instalações para o ensino superior fossem previstos espaços para atendimento médico e social para os estudantes. Essa proposta configurou uma nova dinâmica, nas universidades brasileiras, já que estabelecia uma estrutura física para efetivar uma assistência e acompanhamento a comunidade discente.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961<sup>3</sup>, as ações na área de assistência estudantil passam a ser um direito inserido na Política de Educação, o qual deveria ser concedido a todo estudante que necessitasse de assistência material.

Em 1962, realizou-se no município de Curitiba-PR, um importante evento para a consolidação de ações na área de assistência estudantil, o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), cujo principal resultado foi a constituição da Comissão de Política de Assistência Cultural e Material ao Estudante para reflexão ampliada sobre essa temática (CUNHA, 1989).

Ao passar de alguns anos, em 1967, foi promulgada uma nova constituição federativa que reafirmou a Educação como direito e pela primeira vez assegurada com igualdade de oportunidades, conforme prescreve a artigo 168:

A educação é um direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade. Deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e ideais de liberdade e de solidariedade humana (BRASIL, 2012c, p. 131).

Porém essa perspectiva de direito mencionada, embora oficial, não assegurou, na prática, a manutenção da classe estudantil em situação socioeconômica vulnerável no contexto universitário, em razão da falta de ações na área de assistência estudantil. Conforme Matos e Barbosa (2017), “(...) a classe trabalhadora fica privada de acesso e de condições adequadas para sua efetiva formação (...)”.

Esse direito tornou-se ainda mais distante de ser efetivado com o Ato Institucional (AI-5), promulgado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo militar do General Costa e Silva. O Brasil vivenciava a época um momento político conturbado, no qual os estudantes brasileiros posicionaram-se fortemente contra a repressão imposta pelo governo militar. De acordo com Saviani (2000, p. 22), a representação do movimento estudantil era o “único foco de resistência manifesta no regime militar”.

---

<sup>3</sup> Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (LDB/61).

Particularmente, tratando-se do direito a Assistência Estudantil, o movimento participou de embates como o evento ocorrido em 1968, na cidade do Rio de Janeiro, no Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como “Calabouço”. Conforme relato de Renato Cancian<sup>4</sup>, no confronto entre os estudantes e o segmento da Força Militar resultou no falecimento dos estudantes Edson Luís e Benedito Frazão Dutra.

Posteriormente, com o objetivo de retrain e frear as ações de contestação das entidades representativas e organizadas, o governo militar de Emílio Garrastazu Médici, publicou um decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que extinguiu a organização da UNE na tentativa desmobilizar o movimento estudantil brasileiro.

De acordo com Ramalho (2013), em 1970, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, foi instituído o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) cujo objetivo era manter uma política assistencial ao estudante universitário, com abrangência nacional, dando ênfase aos programas nas áreas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica. Porém, na mesma década o DAE foi extinto, conforme mencionado no documento do FONAPRACE (1996).

Em 13 de janeiro de 1972, através do decreto nº 69.297, o Governo Federal institucionalizou, no âmbito nacional, o Programa de Bolsa Trabalho para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica numa perspectiva de inserção destes no processo de integração do desenvolvimento econômico e social do país.

Ainda num contexto de governo ditatorial, os estudantes realizaram, em 1976, o Primeiro Encontro da Casa de Estudantes. Conforme relata Arantes e Lima (1984), o referido encontro visava retomar discussões e debates para assegurar o direito à residência universitária. Nesse mesmo ano, inclusive, foram realizados os 1º e 2º Encontros Nacionais de Estudantes (ENE).

No fim dos anos 1970, o regime ditatorial já demonstrava sinais de enfraquecimento. Para Ruy (2018), uma das manifestações mais clara disso foi a revogação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5)<sup>5</sup>, em dezembro de 1978, propiciando uma ambiência de mobilização para a reativação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

---

<sup>4</sup> No site: <http://educacao.uol.com.br>, no dia: 26/03/2007.

<sup>5</sup> Todos os atos institucionais foram revogados com a Emenda Constitucional nº 11, promulgada em 13 de outubro de 1978, entrando em vigor em 1º de janeiro de 1979

A década de 1980 chegou com ares mais democráticos. Silveira (2012) destaca o crescimento dos movimentos populares atrelados à luta pelo princípio da democracia e de políticas públicas em áreas essenciais como saúde e educação. Foi estabelecida, no ano de 1983, uma “Fundação de Assistência ao Estudante”, porém restrito aos estudantes dos ensinos fundamental e médio, não assegurando essa prerrogativa ao segmento estudantil universitário, em situação de carência financeira.

Para Arthur et al. (2005), no ano de 1985, em meio ao movimento político pelas eleições diretas para a Presidência da República, foi constituída a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira. Entre as propostas principais, previa-se a alocação de recursos e revertê-los para a assistência dos estudantes das universidades públicas brasileiras.

Dai se originou a proposta do texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Essa lei que foi promulgada em 1996, previu o direito à Educação, a partir da garantia de fatores condicionantes, a qual diz no artigo 3º, que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996).

De acordo, com a autora Vasconcelos:

Em meio à opressão do sistema político da época, surgem duas grandes frentes políticas de discussão sobre as questões educacionais, em especial sobre questões relativas à assistência estudantil, que foram: em 1987 o FONAPRACE- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e a ANDIFES- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (VASCONCELOS, 2010, p.402).

O FONAPRACE apresentou uma proposição de ações para fortalecimento das ações políticas de Assistência Estudantil. O documento formulado pela entidade tinha os seguintes princípios norteadores:

- Garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições de Ensino Superior públicas na perspectiva do direito social;
- Proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na instituição;
- Assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desenvolvimento acadêmico;
- Contribuir na melhoria do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas;

-Oportunizar o acesso, mas também oferecer às condições concretas para a permanência. (FONAPRACE, 1987)

No ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, denominada “Constituição Cidadã”, por prever a garantia de direitos sociais, entre eles à Educação, houve um marco na inclusão dos direitos políticos e sociais dos cidadãos (VASCONCELOS, 2010).

Nesse instrumento jurídico ficou assegurado, no artigo 206, o direito a permanência, através da citação: “I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

A partir daí, o direito à educação encontra-se dentro de uma ambiência diferenciada, já que propõe a garantia de condições para o alcance da permanência e sucesso no desempenho acadêmico.

O cenário político, da década de 1980, através dos movimentos sociais propiciou a garantia jurídica do direito à Educação, acompanhado das condições de assistência e permanência.

Já na década de 90, a política macroeconômica estava seguindo o modelo neoliberal que, de acordo com Romano (1999 apud VASCONCELLOS, 2010, p. 5):

É fundamentada no próprio liberalismo, doutrina que pode trazer consigo atitudes libertárias e democratizantes, que se contraponham ao absolutismo, mas pode trazer também teses contrárias a democracia, baseadas na propriedade privada, mercados soberanos e liberdade somente para alguns “proprietários”, em detrimento das proposições apresentadas pela sociedade organizada.

Sob essa orientação política e econômica, a área educacional brasileira teve grandes retrocessos.

Foi nesse contexto que o FONAPRACE, entre os anos de 1994-1995, realizou o primeiro levantamento amostral do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras, o qual foi concluído no ano de 1997. Essa pesquisa possibilitou subsídios para uma proposição de ações na área de assistência estudantil das universidades públicas federais (FONAPRACE, 1996).

No ano de 1996 houve a implantação de uma política de reforma universitária, cujas diretrizes advinham do Banco Mundial, conforme salienta Vasconcelos (2010) subjugando a política educacional as diretrizes de agentes estrangeiros.

A Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 20 de dezembro de 1996, e efetivada no ano de 1997, consubstanciou essa dinâmica de retração de investimentos nas universidades públicas e, por outro lado, favoreceu o crescimento e expansão do investimento público nas instituições de ensino superior privadas. Dessa forma, esse arranjo legal possibilitou a proliferação de instituições cujo fim é apenas o ensino (BARBOSA, 2013).

Ao analisar a temática Assistência Estudantil, a partir da LDB/1996, observa-se que no artigo 71º não há reconhecimento ou referências de ações nesta área como possibilidade de investimento na área de ensino:

[...] não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com [...] programas suplementares de: alimentação, assistência médica-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social (BRASIL, 1996).

O FONAPRACE, como maior entidade representativa da área da assistência e permanência estudantil, elaborou uma carta pública solicitando investimentos para garantir o direito estudantil universitário, não como benesse, mas como uma possibilidade de garantir condições equânimes de permanência. De acordo com o documento, publicado pela entidade no ano 2000, a Assistência Estudantil deve ser compreendida da seguinte forma:

Não se trata de ajuda paternalista, ao contrário, verifica-se que as universidades que mantêm Programas de Assistência e realizam o acompanhamento do desempenho acadêmico destes estudantes constatarem que seu desempenho escolar médio é igual, estatisticamente, aos alunos provenientes de camadas sociais de maior poder aquisitivo. Isto comprova que é compensador investir na melhoria de condições em qualidade de vida de estudantes carentes, enquanto universitários (FONAPRACE, 2000).

No ano seguinte, atendendo à solicitação da entidade FONAPRACE, a pauta da Assistência Estudantil foi incluída no Plano Nacional de Educação (2001-2010), após apreciação do seu relator, Deputado Nelson Marchezan (VASCONCELOS, 2010).

Entre as metas, na área de Assistência Estudantil, definidas para o Plano Nacional de Educação (2001-2010) estavam:

Meta 1: Prover até o final da década, a oferta de educação superior para pelo menos, 30% da faixa etária de 18 à 24 anos.

Meta 34: Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de Assistência Estudantil, tais como bolsa trabalho ou outras destinadas a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico (BRASIL, 2001).

A partir do ano de 2003, o país passou a estar sob o exercício de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, cuja proposta de gestão caracteriza-se nos fundamentos da democracia voltada para os interesses da classe trabalhadora, o qual, segundo Oliveira (2015):

...se identifica um aumento progressivo da inserção das camadas populares da sociedade na dinâmica ativa da área econômica, social, com especial destaque ao ingresso no sistema educacional, que anteriormente era acessível em larga escala à classe burguesa (OLIVEIRA, 2005, p. 627)

Essa iniciativa possibilitou o aumento de estudantes nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, através da ampliação da oferta de cursos noturnos nas Universidades, e da paulatina adesão a política de ações afirmativas, através do sistema de cotas. Porém, o crescente aumento de estudantes nas IES privadas privilegiou o empresariado, já que recursos foram alocados para pagamento de ofertas de vagas nas instituições particulares, através do Programa Universidade para Todos (PROUNI) (OLIVEIRA, 2015). Além disso, não assegurou condições objetivas para a concretização da permanência acadêmica, desse público, haja vista que apresentam também dificuldades de manutenção.

Outra questão observada por Vasconcelos (2010) foi à disseminação da oferta de cursos à distância e profissionalizantes para atender os índices adotados pela política neoliberal estrangeira e que influencia fortemente na tomada de decisão dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Durante o ano de 2003, foi publicado o decreto nº 4876, de 12/11/2012, que institui o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES), através do Ministério da Educação. Esse projeto possibilitou que estudantes, participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) advindos de diversos países em desenvolvimento, sobretudo de nações africanas, obtivessem um aporte financeiro de R\$622,00 (Seiscentos e vinte e dois Reais) para assegurar a manutenção no país.

Ainda neste ano, o FONAPRACE, realizou uma segunda pesquisa para atualização dos dados da primeira fase, iniciada em 1995, na qual identificou indicadores,

para definição de políticas de equidade, acesso e permanência estudantil, conforme registrado no site da entidade.

Em 2007, o decreto nº 6.096, de 24 de abril daquele ano, garantiu a viabilização de recursos para o Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), visando contemplar as condições de acesso e permanência estudantil e políticas de inclusão. Conforme preconizado no referido documento:

[...] o governo federal adotou medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal do ensino superior (REUNI, 2007).

Em 12 de dezembro de 2007, houve a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Para Vasconcelos (2010), esse programa se constituiu em

um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para a igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (VASCONCELOS, 2010, p.405)

No ano de 2010, foi publicado o decreto nº 7.234, que estabeleceu um novo Programa Nacional de Assistência Estudantil. Naquele mesmo ano, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST). Os documentos definem eixos norteadores para as ações de assistência e permanência estudantil, nas áreas de: I-Moradia Estudantil; II- Alimentação; III- Transporte; IV- Assistência à Saúde; V- Inclusão Digital; VI- Cultura; VII- Esporte; VIII- Creche; e IX- Apoio Pedagógico; além de prevê recursos para investimento nas instituições.

A partir dessa radiografia das ações governamentais na área da assistência e permanência estudantil, percebe-se que ocorreram ações significativas para inclusão social de segmentos historicamente alijados das universidades (pessoas das etnias quilombola e indígena, com deficiência; classes vulneráveis no aspecto socioeconômico).

Essas decisões foram eficientes e adequadas para proporcionar o ingresso de estudantes no ensino superior público. Mas tão importante quanto ingressar é o permanecer. Para Coulon (2008, p. 31), “hoje o problema não é entrar na Universidade,

mas continuar nela”. O fato é que as realidades dos contextos universitários brasileiros evidenciam que não se tem conseguido garantir o pós-ingresso, ou seja, a inserção com qualidade destes estudantes ingressantes, já que muitos não tem permanecido nas instituições de ensino superior, gerando o insucesso acadêmico e aumentando o índice de estudantes em situação de evasão ou mesmo exclusão institucional.

Para o autor Bueno (1993), a evasão é uma postura ativa, do estudante que decide desligar-se por sua própria responsabilidade. Já a exclusão, implica na admissão de uma responsabilidade da escola e de tudo que a cerca por não ter mecanismos ou não oferecê-los para assegurar a permanência dos estudantes.

Essas sinalizações demonstram o quanto à inserção nas instituições de ensino superior das camadas que demandam de ações assistenciais para garantia de permanência ainda são precárias e necessitam de um maior investimento. Sobre isso, Oliveira (2015) reflete que:

No processo de ampliação da educação escolar aos mais vulneráveis, o que mais se observa é uma inserção precária desses contingentes aos processos escolares tradicionais. A escola pública no Brasil tem sido repetidamente criticada por oferecer uma escola pobre para os pobres (OLIVEIRA, 2015, p.639).

O PNE (2011 a 2020) propõe que à área da Assistência Estudantil seja uma ação afirmativa para contemplar os estudantes vulneráveis socioeconomicamente, como dito no objetivo:

[...] ampliar por meio de programas especiais, as políticas de inclusão de Assistência Estudantil nas instituições públicas de ensino superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico (PNE 2011-2020).

Essa demanda inclusive passou a crescer com a regulamentação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), através da portaria nº 2, de 26 de janeiro de 2010, em consonância com a portaria normativa nº 21, publicada em 05 de novembro de 2012. O SISU possibilita que estudantes candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) possam concorrer à vaga em todo território nacional e com isso, as Instituições que aderirem ao SISU tenham um adcionamento ao recurso, visando assistir os estudantes oriundos de localidades distantes do município de origem.

Essas novas modalidades de ingresso e acesso ao ensino superior, oportunizou um novo perfil de discentes nas Universidades brasileiras. Sobre isso Antunes e Lôrdele (2017) salientam que:

O acesso ao ensino superior no Brasil tem passado por profundas modificações ao longo dos últimos anos. Em pouco mais de uma década, mudanças como a substituição dos vestibulares pelo modelo Exame Nacional do Ensino Médio por meio do Sistema de Seleção Unificada (Enem-SISU) nas universidades públicas, o aumento do número de vagas, a expansão das instituições de ensino para o interior do território e a implementação das políticas de ação afirmativa ilustram a reorientação das políticas públicas, com vistas a modificar o perfil discente e permitir a inserção na universidade de parcelas da sociedade historicamente alijadas desse nível de ensino (ANTUNES E LÔRDELO, 2017, p. 15).

Como essa política de democratização do ensino superior público tem se expandido, ao mesmo tempo que demandam ações cada vez mais efetivas para assegurar não somente o ingresso, mas também a permanência do novo perfil discente. Assim, o coletivo que trabalha em prol da política de AE (UNE, ANDIFES, FONAPRACE, entre outros) propõem o estabelecimento de aperfeiçoamentos nas ações dessa área.

O FONAPRACE, liderando a discussão na área da Assistência Estudantil, realizou a 51ª Reunião Ordinária, que defendeu normatizações na execução da política como:

- Padronização e nomenclatura das bolsas;
- Cálculo matriz de distribuição de recursos PNAES;
- Gestão e solicitação de recursos humanos para trabalhar na execução e planejamento da Assistência Estudantil;
- Políticas de Atenção à Saúde do Estudante;
- Recursos para a Política de Assistência Estudantil das IFES;
- Criação de um Observatório Nacional de Práticas de Assistência Estudantil, como instrumento de sistematização, monitoramento e avaliação das ações realizadas pelas IFES (SILVEIRA, 2012).

No ano de 2013, o MEC instituiu o Programa de Bolsa Permanência (PBP), através da portaria nº389, em 09 de maio de 2013, concedendo um auxílio financeiro (bolsa) para os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e da etnia quilombola e indígena com carga horária média, igual ou superior a cinco horas diárias (BRASIL, 2013).

Essa ação oportunizou mais uma possibilidade de promover assistência aos estudantes, mas também criou condições restritivas aos estudantes também demandantes dessa iniciativa, mas que encontravam-se a margem desse critério.

Diante disso, a UNE realizou no mês de maio do ano de 2014, na cidade de Ouro Preto-MG, o III Seminário Nacional de Assistência Estudantil, cuja pauta foi a reformulação do programa de bolsa instituído pelo MEC. O coletivo estudantil propunha utilizar como critério único a situação socioeconômica do estudante. Na época foram apoiados pela ANDIFES e o FONAPRACE (DUTRA; SANTOS, 2017).

Ao refletir sobre o cenário da política de Assistência Estudantil observam-se avanços significativos, tanto no que vem conseguindo realizar, quanto na ampliação do seu grau de ação. Atualmente a sua compreensão contempla não somente o ingresso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico, conforme previsto no PNAEST (2010):

A centralidade da Assistência Estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais e de inclusão social que promova a garantia do pleno acesso, permanência e sucesso aos estudantes das universidades (PNAEST, 2010, p.1).

Vale salientar que a perspectiva mencionada no documento acima, somente poderá ganhar concretude quando for garantido a igualdade material. Esse conceito, refletido por Pasche e Sparemberger<sup>6</sup> (2006 apud por MATOS; BARBOSA, 2017, p. 62) ao afirmar que “este tipo de igualdade visa, sobretudo, ensejar idênticas oportunidades aos indivíduos, levando em consideração as particularidades e as dessemelhanças dos sujeitos”.

Porém, ainda demanda aperfeiçoamentos no planejamento e execução de ações na área da Assistência e Permanência, sobretudo, na garantia de recursos públicos para efetividade dessa política tão necessária no nosso atual contexto educacional.

A Assistência Estudantil deixou de ser uma possibilidade de ação governamental, para ser uma perspectiva de direito, cujos instrumentos normativos, citados no decorrer dessa seção (Constituição Federal, PNAES; PNAEST, PNE), fundamentam e garantem essa política, e também se articulam a outros instrumentos normativos que defendem a inclusão e se vinculam a instrumentos que promovem ações afirmativas, tais como a Lei

---

<sup>6</sup> PASCHE, Cristiane; SPAREMBERGER, Raquel F. Lopes. Um olhar para a inclusão: cotas raciais nas universidades brasileiras e o princípio da isonomia. *Novos Estudos Jurídicos*, Itajaí-SC, v. 11, n. 2, p. 235-248, jul-dez 2006.

nº 12.711 (Lei de cotas), regulamentada pelo decreto nº 7.824/2012 e a portaria normativa nº 18/2012 do MEC, e mais recentemente a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Outro evento que reforça esse argumento foi o fato de que o PNE (2014-2014) estabeleceu a Assistência Estudantil no ensino superior como uma de suas metas:

[...] ampliação da política de AE como estratégia da expansão do ensino superior para redução das desigualdades étnico-raciais e ampliação das taxas de acesso, permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, apoiando o seu processo de formação acadêmica (BRASIL, 2014)

## **2.2 Panorama da Assistência Estudantil do Sistema Estadual de Ensino Superior da Bahia**

O foco principal desta pesquisa é a Assistência Estudantil da UNEB, mas fez-se necessário contextualizar brevemente sobre as instituições e as políticas de Assistência Estudantil, realizadas pelas Universidades Estaduais da Bahia (UEBA), que integram o Sistema Estadual Baiano de Ensino Superior: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Esse percurso propiciou uma caracterização do atual cenário das UEBA, bem como a identificação do panorama da área a qual este estudo se propõe. Mas, vale dizer que ao apresentar as ações desenvolvidas pelas representações da Assistência Estudantil das UEBA, não se teve a intenção de compará-las. Até mesmo, porque o grau de abrangência territorial entre as instituições é bastante distinto, mesmo aquelas consideradas multicampi.

As Universidades Estaduais da Bahia (UEBA) estão presentes em múltiplas localidades do Estado, sendo definidas pelo autor Barbosa (2013) da seguinte forma:

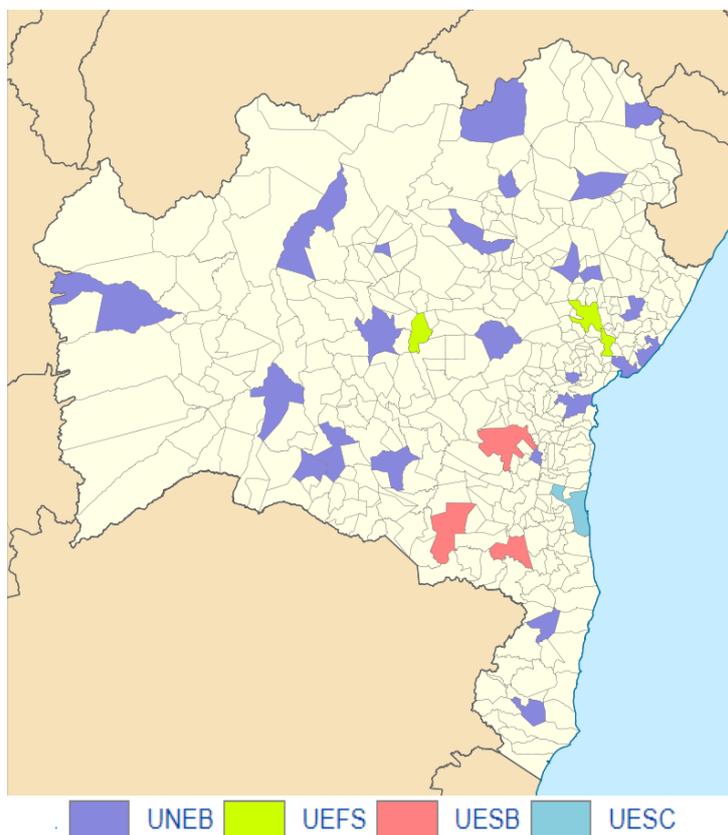
A Bahia conta com quatro universidades estaduais que abrangem boa parte do seu território. Duas delas estão estruturadas no sistema multicampi: A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). As outras duas, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), embora administrativamente sejam unicampi, já possuem atividades dispersas no território com a modalidade do campus avançados. A UEFS atua em três municípios, enquanto que a UESC está presente em dois municípios. Isto evidencia

a vocação do Estado para organização multicampi (BARBOSA, 2013, p. 47).

As Universidades Estaduais da Bahia (UEBA) muito tem contribuído para o desenvolvimento do ensino superior baiano, já que vem potencializando o deslocamento do ensino, e conseqüentemente também da pesquisa e extensão para localidades distantes da capital e região metropolitana (Figura 1). De acordo com Barbosa (2013):

O ensino superior no Estado da Bahia esteve por muito tempo confinado na cidade do Salvador. Por décadas a oferta deste nível de ensino esteve concentrada na capital com forte preponderância da Universidade Federal da Bahia (UFBA), contudo, o padrão de acumulação capitalista imposto pelo modelo desenvolvimentista e o aumento da urbanização das cidades baianas dispersaram territorialmente a demanda por trabalho qualificado (...). Assim, o ensino superior, através das Universidades estaduais, avança em direção ao interior (BARBOSA, 2013, p.23).

Figura 1 - Mapa de localização das UEBA.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidades\\_estaduais\\_da\\_Bahia#/media](https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidades_estaduais_da_Bahia#/media).

Como pode ser observado na Figura 1, coube às universidades estaduais a dispersão da oferta de ensino superior no território do Estado da Bahia. Essa abrangência territorial tem proporcionado avanços em diversas dimensões, que favorecem uma ambiência de potencialidades e desenvolvimento local. Sobre isso, Barbosa (2013), ao analisar a dimensão do impacto no potencial da presença das UEBA nos municípios,

constatou que “[...] a presença de instituições de ensino superior no município, sobretudo se for pública estadual aumenta o potencial de desenvolvimento em 28,9%” (BARBOSA, 2013, p. 104).

Essas instituições foram se desenvolvendo entre o final da década de 60 e o início da década de 90, período no qual o sistema estadual de ensino superior entra em pleno funcionamento e expansão no território baiano (BOAVENTURA, 2009).

As instituições acima citadas, além das atividades nas áreas de: ensino, pesquisa e extensão, vem acompanhando a tendência das demais universidades brasileiras, desenvolvendo ações na área de assistência e permanência, baseadas nos princípios preconizados na Constituição Federal Brasileira, no PNAES (2010), PNAEST (2010) e no PNE (2011-2020), visando atender o segmento discente que necessita da garantia de condições estruturantes (alimentação, moradia, transporte) para manter-se na instituição.

A fim de se ter uma maior compreensão dos *modus operandi* das UEBA (UEFS, UESC, UESB e UNEB) na área de assistência e permanência estudantil, fez-se necessário uma descrição mais detalhada da evolução histórica e desenvolvimento organizacional destas instituições de ensino.

### **2.2.1. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)**

Dentre as UEBA, a UEFS é a instituição mais antiga. Boaventura (2009) relata que a primeira unidade universitária de Feira de Santana foi constituída em 1968 e, através da lei estadual nº 2.784, de 24 de janeiro de 1970, tornou-se a Fundação Universidade de Feira de Santana (FUFS).

Após seis anos, em 31 de maio de 1976, foi autorizada a funcionar com diversos cursos, através da lei delegada nº 11, de 29 de dezembro de 1980 deixou de ser a FUFS para tornar-se uma autarquia estadual com a denominação de Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

A sede da instituição está localizada do município de Feira de Santana e possui dois campi avançados nas cidades de Santo Amaro e Lençóis.

A estrutura organizacional contempla dois níveis administrativos. Administração Superior, formada pela Reitoria, Conselhos Superiores (CONSAD, CONSEPE, CONSU), Pró- Reitorias (Administração e Finanças, Extensão, Graduação, Pesquisa e

Pós-Graduação, Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis) e a Administração Básica e Adstrita composta pelos Colegiados dos cursos e Departamentos.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo site institucional: [www.uefs.br](http://www.uefs.br), conforme consulta no dia 10/03/2016, as ações na área de Assistência Estudantil anteriormente eram realizadas através da Unidade de Desenvolvimento Comunitário (UNDEC). A partir do ano de 2014, a referida Unidade foi constituída como Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE).

A PROPAAE é responsável pelo planejamento e execução das ações para atendimento das demandas na área de Assistência Estudantil universitária. Disponibiliza aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica acesso a: bolsa permanência, restaurante universitário, serviço de saúde, creche e residências universitárias, através da participação nos processos de seleção realizados semestralmente, cuja avaliação é realizada pela equipe de profissionais do Serviço Social.

Além disso, como medida de permanência institucional existe um Serviço de Apoio Psicopedagógico (SAP) e o Serviço de Saúde Universitário (SESU), que conta com profissionais da área de: Serviço Social, Psicologia, Medicina, Nutrição e Enfermagem.

### **2.2.2. Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)**

A constituição da UESC é fruto de um movimento da liderança da região de Ilhéus e Itabuna, que defendia a unificação de instituições de ensino superior particulares em uma entidade. A partir do parecer nº 163/74, emitido pelo Conselho Federal de Educação (CFE) as referidas unidades de ensino, embora sob a manutenção de recursos privados, tornaram-se a Federação das Escolas Superior de Ilhéus e Itabuna (FESPI). Somente através da lei nº 6.344, de 06 de dezembro de 1991, passou a integrar o Sistema Estadual de Ensino Superior, cuja fonte de financiamento passou a ser de responsabilidade do governo estadual.

A estrutura organizacional é composta por órgãos da Administração Superior: Reitoria, Vice-reitoria, Pró-Reitorias (Graduação, Administração, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão), Assessorias, Conselho Superior de Ensino e Extensão, Conselho Universitário e o Conselho Administrativo) e; a Administração Setorial (Departamentos e Colegiados de Cursos) e órgãos de apoio administrativo.

No site da instituição ([www.uesc.br](http://www.uesc.br)), através de consulta efetuada no dia 10/03/2016, apreendeu-se que, a partir de 2008, a UESC instituiu a Assessoria de Assistência Estudantil (ASSEST) para acompanhar os assuntos relativos a essa área, tais como os programas de bolsa permanência e auxílio moradia, visando assistir os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A seleção aos programas acima citados é realizada por processo seletivo socioeconômico.

### **2.2.3. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)**

De acordo com o autor Boaventura (2009), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia tornou-se uma das instituições integrantes do Sistema Estadual Baiano de Ensino Superior, através da lei delegada n° 12, de 30 de dezembro de 1980. Com oferta de diversos cursos de graduação e pós-graduação, a instituição está localizada em três campi: Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga.

O site institucional ([www.uesb.br](http://www.uesb.br)) cita que a estrutura organizacional é composta pela Reitoria; Vice-Reitoria; Pró- Reitorias de Graduação, Extensão, Pós-Graduação; os Conselhos Superiores (CONSU e CONSEPE) e as assessorias de Gestão de Pessoas (AGP), de Comunicação (ASCOM), de Obras e Projetos (AOP), Técnica de Finanças e Planejamento (ASPLAN), de Gestão de Projetos e Convênios Institucionais (AGESPI) e a UNIFER, responsável pelo Sistema Integrado de Informática.

As ações de Assistência Estudantil, segundo informações disponibilizadas no dia 10/03/2016, pelo site institucional ([www.uesb.br](http://www.uesb.br)), são desenvolvidas nos três campi, que conta com a presença de equipes multidisciplinares. A representação máxima é a Gerência da Assistência e Assuntos Estudantis (GAE). Os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica inscritos e selecionados mediante o processo de seleção socioeconômica realizado pelo Serviço Social terão direito à assistência prestada pela Equipe Multidisciplinar, inscrição em cursos livres, cota de Xerox e impressão, *ticket* alimentação para acesso ao restaurante universitário, concessão de bolsas e vagas nas residências estudantis.

### **2.2.4. Universidade do Estado da Bahia (Uneb)**

A Pró- Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES), da Universidade do Estado da Bahia foi instituída no ano de 2009, sendo vanguardista na constituição de uma

representação que planeja e acompanha especificamente as ações na área de assistência e permanência estudantil.

Considerando que a Universidade do Estado da Bahia e as ações de assistência e permanência estudantil por ela desenvolvidas constituem o campo de interesse deste relatório técnico, dedicou-se o Capítulo 3 para detalhar a sua história, o seu modelo de organizacional e a sua política de assistência e permanência estudantil.

Para apresentação das principais ações realizadas na área de assistência estudantil, conforme preconiza o PNAEST (2010), segue um quadro ilustrativo com as principais ações desenvolvidas pelas quatro instituições:

Quadro 1 – Assistência e Permanência Estudantil (UEFS, UESC, UESB e UNEB).

Ações na área de Assistência e Permanência Estudantil	*UEFS - Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE)	**UESC - Assessoria de Assistência Estudantil (ASSEST)	***UESB - Gerência de Assistência e Assuntos Estudantis (GAE)	****UNEB - Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES)
Bolsa Permanência	X	X	X	X
Cota para serviços de Xerox e impressão			X	
Creche	X			
Inscrição em cursos livres ofertados pela instituição	X		X	X
Residência Universitária ou Auxílio Moradia	X	X	X	X
Restaurante Universitário ou Auxílio Alimentação	X		X	
Serviço de Apoio Psicossocial e Pedagógico	X		X	X
Serviço de Saúde Universitário	X			X
Atividades Culturais	X	X	X	X
Esporte e Lazer	X			

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das informações disponibilizadas nos sites das instituições: UEFS/UESC/UESB/UNEB.

### 3. A UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

#### 3.1 Evolução histórica e territorialização institucional

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) passou por variados formatos até conquistar o status de universidade. Seu início se deu a partir da criação de unidades de ensino superior localizadas no território baiano. Neste aspecto, destaca-se o Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA), que posteriormente tornou-se a Superintendência de Ensino Superior da Bahia (SESEB), e originou a UNEB, através do decreto nº 92.937, de 17 de julho de 1986 (BOAVENTURA, 2009; ANUÁRIO UNEB EM DADOS, 2017).

A organização da instituição é multicampi. Segundo Boaventura (2009, p. 33), essa opção de organização foi inspirada em instituições nacionais e estrangeiras. No âmbito externo, buscou-se referências em instituições como a *University of California*, *Pennsylvania State University* e a *State University of New York*. No contexto nacional, tomou-se como exemplo a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

A proposta multicampi é referendada pela Constituição Federativa Brasileira, que os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, estabeleceu que “as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional” (CF, 1988, art.60, parágrafo único<sup>7</sup>).

Essa modalidade de organização universitária foi uma inovação na gestão e trouxe respostas as demandas na política de ensino, como também nas questões relacionadas as políticas sociais e econômicas na Bahia. De acordo com Azevedo (2013):

Mudança de estratégia do governo estadual, em matéria de educação superior, localizando em municípios capitais regionais como entidades deste nível de ensino para atender, primeiramente, à demanda educacional e, em segundo lugar responder as necessidades sociais e econômicas para formação de quadros profissionais (AZEVEDO, 2013, p. 51).

Além disso, essa proposta de gerenciamento das atividades de: ensino, pesquisa e extensão, apresenta impactos positivos, tanto nos aspectos administrativos, como também nos aspectos financeiros, conforme sinalizado por Barbosa (2013):

A multicampia favorece a expansão na medida em que torna possível montar uma estrutura fora do centro a custos mais baixos. A instalação

---

<sup>7</sup> Segundo esse Parágrafo Único o prazo para o cumprimento dessa determinação foi de dez anos a contar da data de promulgação da Constituição.

de um campus é menos exigente em termos de custos administrativos do que a instalação de uma universidade. Esta última requer, por razões institucionais e constitutivas, uma estrutura administrativa que contempla uma reitoria e várias pró-reitorias, enquanto que no modelo multicampi os custos são minimizados, uma vez que a mesma estrutura serve aos vários campi (BARBOSA, 2013, p.47).

Particularmente, tratando da contribuição da estrutura multicampi, constata-se que a sua inserção em áreas localizadas fora dos considerados grandes centros oportuniza o desenvolvimento em novos polos de conhecimento, e com isso reduz o divisionismo entre a capital, considerada o celeiro do conhecimento, versus o interior, desprovido de formação. Esse fato é salientado por FIALHO (2005):

Nesse contexto, há de se destacar a introdução, no cenário brasileiro, do fenômeno organizacional multicampi, predominantemente em universidades estaduais. Tal modelo, já amplamente experimentado no exterior, especialmente, nos Estados Unidos, permitiu a essas instituições uma penetração em áreas geograficamente diversificadas, promovendo o acesso ao ensino superior para populações anteriormente excluídas e contribuindo para o desenvolvimento de comunidades à margem dos processos de modernização (FIALHO, 2005, p.13).

De acordo com o Anuário Uneb em Dados 2017<sup>8</sup>, atualmente, a UNEB, encontra-se presente em 26 municípios baianos, de médio e grande porte. Conta com 24 campi, 2 campi avançados, agregando 29 departamentos, 07 centros de pesquisa e 263 grupos de pesquisa registrados no CNPq. Os cursos de graduação presencial e na modalidade de Educação à Distância (EAD) concentram-se nas áreas de: Educação, Ciências da Vida, Ciências Humanas e Ciências Exatas e da Terra. A instituição apresenta características peculiares, por ter essa multicapilaridade territorial (Figura 2). Para Leal; Novaes; Carneiro (2013), a UNEB é:

Movida pelo ideal de socialização da produção do conhecimento e de formação do cidadão, bem como para a solução dos problemas sociais, regionais e locais, a UNEB foi ampliando seus campi de modo a criar uma maior capilaridade no território baiano (LEAL, NOVAES & CARNEIRO, 2013, p. 3).

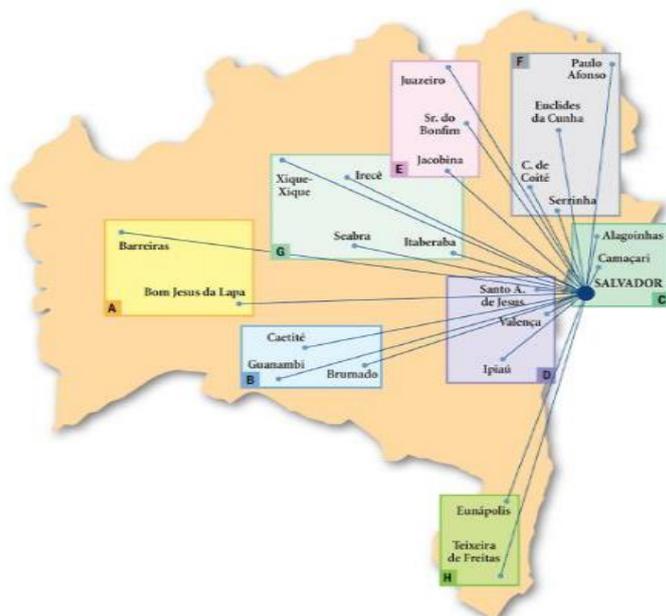
Figura 2 - Mapa de Localização dos Campi da UNEB.

---

<sup>8</sup> Esse documento apresenta dados da Uneb referente ao ano de 2016.



-Figura 3 - Localização dos campi e das Redes de Gestão Departamental (RGD).



Rede de Gestão Departamental	Campus/ Municípios
A - Médio São Francisco	Barreiras e Bom Jesus da Lapa
B - Anísio Teixeira	Brumado, Caetité e Guanambi
C - Metropolitana	Alagoíñas, Camaçari e Salvador
D - Reconcavo Baiano / Costa do Dendê	Ipiatú, Santo Antonio de Jesus e Valença
E - Semiárido Norte	Jacobina, Juazeiro e Senhor do Bonfim
F - Antonio Conselheiro	Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Paulo Afonso e Serrinha
G - Chapada diamantina	Irecê, Itaberaba, Seabra e Xique-Xique
H - Costa do Descobrimento	Eunápolis e Teixeira de Freitas

Fonte: Plano de Metas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB, 2010)

Essa forma de gestão contempla as especificidades de cada território, incorporando os aspectos: sociais, econômicos e culturais dos mesmos na gestão universitária. Para Barbosa (2016): “é no território que os fenômenos sociais se manifestam” (BARBOSA, 2016, p.45).

No decorrer dos anos, a UNEB, vem amadurecendo sobre a gestão universitária multicampi, considerando as singularidades de cada localidade, e oferecendo meios para que a gestão regional flexível possa ter representações locais, e com isso obtenha efetividade. Diante disso, recentemente o atual grupo gestor está propondo um novo modelo de regionalização flexível, denominado “Territórios de Conhecimento” para descentralização da gestão.

De acordo com o documento, “A Uneb gera Conhecimento para o Desenvolvimento da Bahia” (2016), a proposta dos Territórios de Conhecimento é:

“Criar Territórios do Conhecimento”, associados espacialmente com os Territórios de Identidade do PPA do Governo do Estado, mas, também, compatíveis com a localização das unidades de ensino e pesquisa da UNEB e com as características do desenvolvimento regional da Bahia (A Uneb GERA CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BAHIA, 2016, p. 18).



Quadro 2 - Classificação dos Territórios de Conhecimentos da UNEB.

<b>Territórios de Conhecimentos -TCs</b>	<b>Departamentos/Municípios</b>
Chapada Diamantina	Irecê, Xique-Xique, Seabra, Itaberaba
Costa do Descobrimento	Eunápolis, Teixeira de Freitas
Oeste	Barreiras

Fonte: “A UNEB gera conhecimento para o desenvolvimento da Bahia (2016).

### 3.2 Estrutura Organizacional da Uneb

De acordo com “Catálogo dos cursos de Graduação” (2013-2014, p.16), até o ano de 1997, a estrutura orgânica da Uneb era representada pela Reitoria, Direção de Faculdade e Chefia de Departamento. Mas em virtude da reorganização das Universidades Estaduais Baianas, através da lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997, que diz:

Art. 2º As Universidades Estaduais da Bahia, integrantes do Sistema de Educação Superior, ficam constituídas pelos cursos atualmente em funcionamento, sem prejuízo de outros que venham a ser criados, adotando a estrutura orgânica com base em departamentos, a serem estabelecidos em ato regulamentar.

Houve então, uma reorganização na concepção organizacional, que deixou de ser exercida pela tríade acima mencionada, para ser representada pela Reitoria e Chefias dos Departamentos.

Atualmente a organização da estrutura administrativa da gestão Universitária unebiana se desenvolveu e é formada por segmentos da Administração Superior, Administração Setorial e Administração Suplementar.

A Administração Superior é composta pelos órgãos superiores deliberativos: Conselho de Administração (CONSAD), Conselho Universitário (CONSU) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Além do órgão superior executivo representado pela Reitoria, Vice-Reitoria, Chefia de Gabinete, Chefia da Procuradoria Jurídica, Chefia da Unidade de Desenvolvimento Organizacional, Unidade Acadêmica de Educação à Distância (Unead), Diretoria da Eduneb e Pró- Reitorias de Administração (PROAD), Gestão de Pessoas (PGDP), Infraestrutura (PROINFRA), Graduação (PROGRAD), Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (PPG), Planejamento (PROPLAN), Extensão (PROEX), Ações Afirmativas, e Assistência Estudantil (PRAES).

A Administração Setorial da instituição tem como órgãos deliberativos os seguintes componentes: Conselho de Departamentos e o Colegiado de cursos; e como representação do órgão executivo a Diretoria do Departamento.

A Administração Suplementar está subordinada a reitoria, às Pró- Reitorias, Unidade de Desenvolvimento Organizacional e aos Departamentos e é realizada por diversas instâncias, entre estes: Prefeitura do campus, Editora da Uneb, Serviço Médico-Odontológico e Social (SMOS), Biblioteca Central, e as Secretarias Especiais de: Articulação Interinstitucional (SEAI), Licitações, Contratos e Convênios (SELCC), Contabilidade e Finanças (SECONF), Relações Internacionais (SERINT); as Assessorias de Comunicação (ASCOM), e de Cultura e Artes e Gestão Setorial, entre outros órgãos.

### **3.3 A Assistência Estudantil na Uneb**

A Universidade do Estado da Bahia, ao longo de sua história, vem construindo sua identidade no cenário local e nacional, com a implementações de ações que contribuem com o crescimento e desenvolvimento acadêmico e prestações de serviços a sociedade, sobretudo, na construção da cidadania. Neste processo de constante evolução e desafios, algumas ações que tem contribuído para o melhoramento do desempenho institucional, tem se constituído em espaços de atuação da gestão corporativa. Neste aspecto, destaca-se as ações de assistência estudantil que potencializam o surgimento de espaços de atuação de gerenciamento de demandas que possam ser eficientemente atendidas conforme a capacidade da infraestrutura da organização e caracterização dos perfis dos demandantes.

Diante disso, se faz necessário relatar a conjuntura do contexto universitário que provocou internamente a realização de ações na área de assistência e permanência estudantil da Universidade do Estado da Bahia, e posteriormente a regulamentação da Pró- Reitoria responsável por esta área, conforme a resolução de número 7333/2009.

Entre os dias 31 de agosto e 08 de setembro de 2001 foi realizada a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, em Durban, na África do Sul, que oportunizou uma rediscussão na garantia de direitos humanos, orientando a promoção de igualdade de oportunidades, a fim de torna equânime a representação étnica nos países.

Conforme Gomes (2011), coube a relatora Edna Roland, representante brasileira e relatora geral da conferência elaborar uma proposta política de cotas nas universidades públicas brasileiras, objetivando torna os ambientes universitários mais inclusivos e participativos pelas diversas etnias.

Sob essa ambiência, as Universidades do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a do Estado da Bahia (UNEB) protagonizaram o pionerismo do sistema de cotas no Brasil.

Particularmente, a UNEB adota o sistema de cotas para a população afrodescendente e indígena, como parte de uma política de ações afirmativas. Através das resoluções de nº 196, publicada no ano de 2002, e a de nº 468, do ano de 2007, criaram oportunidade no cenário universitário para segmentos historicamente excluídos e com demandas latentes de assistência para conseguir permanecer na instituição.

De acordo com o Programa de Assistência Estudantil da UNEB (2009):

A UNEB é uma das instituições pioneiras na adoção de ações afirmativas, notadamente voltadas para o acesso aos seus cursos, como a política de cotas para índios e afrodescendentes, isenção da taxa de inscrição no vestibular para a população de baixa-renda dentre outros. Estas medidas alteraram o perfil socioeconômico dos estudantes que ingressaram na instituição.

Com essa mudança no perfil, foi necessário implementar políticas que assegurem a permanência do estudante durante a sua caminhada na Universidade” (PAE, p.4, 2009).

Uma parte significativa da sua população estudantil, advém do sistema de cotas. De acordo com dados disponibilizados pelo ANUÁRIO UNEB em Dados (2015 Base 2014, p.143), 3,54%, do total de estudantes da instituição são indígenas e 33,97% são estudantes negros. Esse percentual revela a crescente inserção de classes historicamente marginalizadas e, conseqüentemente, aumento da demanda por ações que promovam uma inserção e permanência qualificada destes estudantes para efetivação do curso.

Esse movimento reverso fez com que o espaço universitário se tornasse mais inclusivo com representação das diversas expressões da sociedade brasileira. Além disso, oportunizou que a assistência estudantil passasse a ser idealizada dentro de um espectro mais ampliado e demandando um setor específico para planejar as ações dessa instância.

Inicialmente, através da Pró- Reitoria de Extensão, via Gerência de Apoio às Atividades Comunitárias e Estudantis (GA AE), exercida pela servidora Sra. Denise Maria Sacramento Nossa.

A GAEE tinha a incumbência de administrar as ações na área de assistência estudantil em consonância com o Programa de Assistência Estudantil (PAE). Este Programa foi formulado tendo por inspiração os eixos estruturantes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) e tinha como objetivo a garantia da manutenção do discente, durante sua trajetória universitária na Uneb.

De acordo com o PAE (2009) suas ações eram baseadas nos seguintes princípios:

- Garantia da permanência dos graduandos na universidade;
- Articulação para abertura de espaços de participação em atividades acadêmicas, em atividades culturais, desportivas e em estágios extracurriculares;
- Integração com a comunidade interna e externa a partir do oferecimento de bolsas de monitorias para execução dos projetos de extensão;
- Fortalecimento do movimento estudantil com a colaboração institucional para a presença dos discentes nos espaços de decisões, a exemplo de congressos, seminários e encontros regionais e nacionais;
- Criação de instrumentos que viabilizem a assistência e o acompanhamento aos estudantes cotistas e de baixo poder aquisitivo.

A Bolsa Permanência, prevista no PAE (2009, p.7), regulamentado pela resolução nº 701/2009, inicialmente, tinha a duração de dois semestres letivos, podendo ser prorrogada por mais um ano, através das modalidades: bolsa auxílio alimentação, bolsa auxílio material didático, bolsa auxílio transporte. Conforme o PAE, o número de bolsas disponibilizadas eram inicialmente de 300 (trezentas), no valor de R\$220,00 (Duzentos e vinte reais), distribuídas por Departamento, a partir do número de estudantes matriculados.

Posteriormente, no dia:04 de dezembro de 2009, através da resolução de nº 733, a UNEB, implantou a Pró- Reitoria de Assistência Estudantil, sob a gestão do Prof. Ms. Paulo José Gonçalves de Souza<sup>9</sup>, que passou a ser o responsável pelo planejamento dessa área.

---

<sup>9</sup> Portaria nº 3278/2009.

O princípio norteador das ações na área de Assistência Estudantil está assim descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017 (p.28): “...garantia da permanência com sucesso do estudante da graduação até o final do curso”.

Nessa fase inicial, a gestão assume um grande desafio, pois ainda não reunia todas às condições objetivas para o seu funcionamento (estrutura física e equipe técnica). De acordo com Menezes; Ferreira; Matos (2017) às atividades da PRAES contemplaram a sistematização e organização do processo seletivo para Bolsa Permanência:

A Pró- Reitoria, inicialmente, concentrou-se em organizar o processo seletivo de bolsa permanência para atendimento das necessidades identificadas como básicas para manutenção dos discentes, como alimentação, material didático e transporte (MENEZES; FERREIRA; MATOS, 2017, p.180).

A partir, da resolução nº 822/2011, as modalidades das bolsas permanência passaram a ser: Bolsa Auxílio Integral (R\$400,00), Bolsa Auxílio Alimentação (R\$ 150,00), Bolsa Auxílio Moradia (R\$50,00), Bolsa Auxílio Transporte Inter Municipal (R\$100,00) e a Bolsa Auxílio Material Didático (R\$50,00). Essa ação buscava assegurar a assistência ao estudante nas necessidades essenciais para a sua permanência institucional.

Naquele mesmo ano de 2011, começou a composição do Setor Biopsicossocial com a recepção das primeiras assistentes sociais e psicólogas, que tinham como atribuição a realização de acompanhamento psicossocial aos estudantes que espontaneamente se dirigiam à PRAES, ou que eram encaminhados pelos Departamentos de Ensino, para auxiliar no processo de permanência e sucesso acadêmico.

O inciso I, do artigo 3º, do PNAEST (2010), observa como uma das ações de Assistência Estudantil, assegurar o direito à Moradia Estudantil. Diante dessa orientação, a Uneb, através da Pró- Reitoria, no que tange as Residências Universitárias, nesse período realizou uma aproximação com às representações das direções dos Departamentos para discutir sobre a necessidade de adequação dos imóveis locados para um melhor acolhimento dos residentes, na tentativa de propiciar um melhor conforto através de apoio na aquisição de móveis. Além disso, foi iniciado diálogo com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) para incluir na pauta de discussões do planejamento da cidade, as Residências Universitárias. Dessa participação inclusive cogitou-se a proposta de concessão de imóvel público para alocação das residências universitárias, do Campus Salvador, no Centro Histórico.

Ainda sobre esse item, a gestão da Pró- Reitoria da época dialogou internamente com a Gestão Central sobre a possibilidade de construção de residências universitárias. Cogitou-se, inicialmente, escolher o campus XIII- Itaberaba, localizado há 260 km de distância da capital, devido à exposição de motivos apresentada pela comunidade universitária daquela localidade e pelo avanço nas discussões sobre o assunto.

De acordo com Menezes, Ferreira e Matos (2017), a gestão das residências universitárias ficavam e continuam atualmente sob a responsabilidade das direções dos departamentos dos campi. (MENEZES; FERREIRA; MATOS, 2017, p.180)

No que diz respeito ao ingresso nas unidades das Casas Estudantis, ocorre através de publicação de edital pela Direção de cada Departamento, e a seleção é realizada por Comissões de Assistência Estudantil. As referidas comissões são compostas por: docentes, técnico-administrativos e discentes. As condições para candidatura no processo, no geral são para: estudantes em situação regular de matrícula, com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, e que não sejam residentes no município onde estudam.

O inciso II, do artigo 3º, do PNAEST (2010) trata sobre o eixo alimentação. Quanto as ações institucionais realizadas nessa área, a Uneb, no ano de 2011, realizou discussão interna sobre a possibilidade da construção de restaurantes universitários no campus I - Salvador e no campus II - Alagoinhas. Nessas localidades foram realizadas visitas técnicas e proposta elaboração de projetos para verificar viabilidade e exequibilidade da obra. Atualmente encontra-se em construção o restaurante universitário no campus Salvador.

Outro aspecto a ser analisado, na perspectiva, do inciso III, do artigo 3º, do PNAEST (2010) são ações na área de transporte. Neste quesito, a PRAES administra o sistema de informações dos estudantes em situação regular de matrícula, dos cursos de graduação presencial, Mestrado e Doutorado, de Salvador, para concessão de meia-passagem via Programa “Salvador Card”, e pelo “Sistema Metro Passe”, para os estudantes residentes na região metropolitana de Salvador. Além disso, efetua a concessão de passagens terrestres e aéreas para eventos científicos, ratificando a função precípua da Universidade que é propiciar o aprendizado em espaços comprometidos com o desenvolvimento da ciência, além dos muros institucionais.

Outra realização da gestão da Pró- Reitoria que merece destaque, foi o incentivo à produção científica, através da “Coleção Saberes e Produção Discente”, que reunia

artigos de produções, do público estudantil unebiano, nas participações em eventos. Essa publicação foi resultado de uma parceria entre a PRAES e a EDUNEB.

Para além da concepção e execução dos processos de trabalhos mencionados, a gestão da época buscou conhecer não somente as demandas, mas a comunidade estudantil, a fim de fazer um planejamento condizente com a realidade. Essa ação denominada “Ciclo de Fóruns Regionais”, foi iniciada no dia 30 de abril do ano de 2011 e com conclusão no dia 17 de junho daquele mesmo ano. Com visitas aos campi de: Serrinha, Seabra, Barreiras, Alagoinhas, Juazeiro e Ipiaú, foram realizadas reuniões com representações estudantis. De acordo com entrevista concedida a Assessoria de Comunicação da UNEB, pelo Pró-Reitor da época e publicada no site institucional em: 29/04/2011, “Nesses momentos vamos poder discutir questões como bolsa-auxílio, residências universitárias, distribuição do orçamento da Pró-Reitoria e outras demandas”.

A PRAES, até então, única representação institucional constituída em Pró-Reitoria participou de um coletivo com as demais UEBA pela garantia de ações políticas efetivas de assistência e permanência aos discentes, conforme poderá ser apreciado no item 4. “Financiamento e Orçamento Público das políticas de assistência Estudantil no Brasil e na Bahia”

Outro feito durante essa gestão foi a criação da Comissão Permanente de Assistência Estudantil nos departamentos da UNEB, apoiada pelo Regimento Geral da UNEB, homologada pelo decreto nº 13.664, de 07 de fevereiro de 2012, no art.42, caput e parágrafo IV.

A partir de Março de 2012, a gestão da PRAES esteve sob a condução da Profa, Dra. Maíra Portofé de Mello<sup>10</sup>, em regime de exercício até o mês de Julho/2012, com ações importantes como a: Reunião com a Coordenação de Desenvolvimento do Ensino Superior (CODES); Reunião com a representação indígena da comunidade unebiana para tratar sobre o barema do Processo Seletivo da Bolsa Permanência; e a realização do I Fórum de Assistência Estudantil das Universidades Estaduais da Bahia (UEBA).

Em 10 de julho de 2012, a direção da PRAES foi mais uma vez alterada, passando a ser representada pelo Prof. Ms. Otávio de Jesus Assis<sup>11</sup>. Conforme registros de

---

<sup>10</sup> Portaria nº 0702/2012

<sup>11</sup> Portaria nº 1912/2012

entrevista concedida a Assessoria de Comunicação da UNEB, na época, e disponibilizada no site institucional, em 10 de julho de 2012, a expectativa do gestor, no dia da sua posse, sobre o trabalho a ser realizado na PRAES era:

Esta é uma universidade diferente, que começa a extrapolar os limites da multicampia para alcançar a multirregionalidade. Faremos um levantamento sobre as demandas estudantis para dar continuidade ao trabalho do pró-reitor anterior, construindo uma política que busca promover a assistência sem assistencialismo.

Nesse espaço de tempo, a gestão da época concentrou-se em dar continuidade ao Processo de Seleção da Bolsa Permanência. Além disso, a PRAES em regime de colaboração com a PROGRAD também passou a realizar a avaliação socioeconômica dos estudantes estrangeiros, vinculados ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que se candidataram a bolsa auxílio, do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES), que oferece apoio financeiro ao discente durante a graduação na instituição brasileira (BRASIL, decreto nº 4.875,11/11/2003).

A gestão dedicou-se a realizar visitas ao campus, a fim de dialogar com a comunidade discente localizada nos vinte e cinco departamentos do interior do estado baiano e realizando reuniões locais com os quatro departamentos, no campus I- Salvador.

Outro compromisso assumido nesse período foi conseguir que a Pró- Reitoria tivesse uma sede própria, tendo em vista que seu funcionamento, desde a sua gênese era realizado de forma provisória, em salas do Centro de Pesquisas de Desenvolvimento Regional- CPEDR, e posteriormente, num anexo do prédio de aulas, pertencente ao Departamento de Ciências Humanas- DCH, ambos no campus I, localizados no bairro do Cabula. Em dezembro de 2012, a PRAES passa a ter sua sede, no campus de Salvador, para recepção e atendimento as demandas relacionadas ao segmento estudantil.

No mês de Abril de 2013, a gestão da PRAES, passa por nova mudança, no seu corpo diretivo, sendo agora representada pelo Prof. Dr. Paulo James de Oliveira<sup>12</sup>. A gestão deu continuidade as ações iniciadas para o programa de Bolsas Auxílio Permanência, e nesse período foi realizado o II Seminário de Assistência Estudantil das UEBA, cuja organização ficou sob responsabilidade da UNEB. A síntese do evento consta no item 4. Financiamento e Orçamento Público das políticas de assistência Estudantil no Brasil e na Bahia.

---

<sup>12</sup> Portaria nº 1107/2013.

No ano seguinte, houve uma mudança da gestão central da instituição e da equipe gestora, que passou a ser dirigida pelo Prof. Ms. Ubiratan Azevedo de Menezes<sup>13</sup>. A gestão teve a duração de quatro anos, e com isso as ações passaram a ser realizadas dentro de um planejamento com metas de curto, médio e longo prazo para atendimento dos interesses da comunidade estudantil.

O edital do processo seletivo de bolsas permanência nº 043/2014, apresentou algumas mudanças na formatação do processo seletivo. Inicialmente, efetuou o desmembramento do quantitativo de bolsas permanência, classificando as em: Bolsa Auxílio Residência (exclusivo para residentes) com valor de R\$200,00 (Duzentos Reais); e Bolsa Auxílio Permanência, no valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais). Além disso, implantou o Sistema de Bolsa Auxílio (SISBA), no qual as inscrições ao processo seletivo e a realização dos processos de avaliação socioeconômica passaram a ser por meio digital. A realização do processo seletivo passou a ser feita em dois períodos no ano (no início do primeiro e do segundo semestre).

Outra ação para a garantia da assistência visando a perspectiva da permanência institucional foi o aporte financeiro denominado “Auxílio Emergência”, previsto para situações infortuítas e comprovadas através da avaliação socioeconômica realizada pela equipe de assistentes sociais, que afetem a permanência do (a) discente.

Atualmente, a PRAES e as demais representações da área de Assistência Estudantil das Universidades Estaduais da Bahia estão co-responsáveis juntamente com o Governo Estadual pela implantação do “Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional a estudantes e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional”, que concentra-se no encaminhamento de estudantes para obterem experiência de trabalho nos órgãos governamentais. E o “Programa Estadual Mais Futuro”, que prevê concessão de bolsas permanência para estudantes, cujas famílias estejam cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) e a residência esteja à menos de 100 km, do local do estudo, e bolsa residência para estudantes que residam à mais de 100 km de distância da universidade.

As ações acima mencionadas tornaram-se oficiais, através do decreto nº 17.190, de 16 de novembro de 2016, sancionado pelo Governo do Estado, e regulado pela Lei nº 13.459, de 10 de dezembro de 2015.

---

<sup>13</sup> Portaria nº 024/2014.

Durante essa gestão, o Setor Biopsicossocial tornou-se Equipe Multidisciplinar de Atenção ao Estudante (EMAE) composta por três assistentes sociais, três psicólogas e uma pedagoga alocadas no campus Salvador, que realizam o acolhimento, acompanhamento individual (e por vezes familiar) e encaminhamento, aos setores internos e/ou externos para formação de uma rede de apoio aos estudantes. O acolhimento, atendimento e acompanhamento fazem parte de uma perspectiva importante para a configuração da permanência institucional.

Conforme Menezes, Ferreira e Matos (2017):

Vale o registro que, num contexto multicampi, a EMAE é composta por profissionais concursadas na área de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, que cumprem papel estratégico para qualificação de ações de permanência dos estudantes. Suas ações vão desde os atendimentos sociais, psicológicos e pedagógicos individualizados até ações com formação de grupos focais” (MENEZES, FERREIRA & MATOS, 2017, p. 183).

Como exemplo dessas ações estão os projetos, que estão sendo realizados junto aos discentes do campus Salvador: Entrelaços (para residentes universitários), o Grupo de Apoio Psicossocial de Estudantes Universitários (GAPEU). É necessário informar que o GAPEU é fruto de parceria da PRAES com a Profa. Dra. Sueli Barros Ressureição, coordenadora do projeto e docente vinculada ao Departamento de Educação (Campus Salvador).

Para atendimento dos estudantes com necessidades educacionais específicas, vem sendo desenvolvendo ações na aquisição de equipamentos com tecnologia assistiva para estudantes com deficiência sensorial e cadeiras de rodas para estudantes com dificuldade de locomoção, através do recurso público, previsto na Portaria Normativa nº25/2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST).

Outras ações também têm sido cultivadas, tais como o diálogo frequente com os representantes dos Departamentos, Comissões de Assistência Estudantil e o segmento discente nas visitas itinerantes aos diversos campus para refletir e idealizar proposições à luz das diretrizes institucionais sobre medidas para a garantia da assistência, permanência e sucesso acadêmico.

Em fevereiro de 2018, a PRAES passou a ser gerida pela Profa. Ms. Elivânia Reis de Andrade Alves<sup>14</sup>. Atualmente encontra-se dando continuidade as ações desenvolvidas, e em planejamento para execução das atividades do próximo quadriênio, tais como: constituição de comissões de trabalho para elaboração de instrumentos normativos para: concessão de passagens para eventos científicos, proposição do regimento interno das residências universitárias da Uneb, entre outras. A gestão também tem feito a indicação de servidores para integrar grupos de trabalho institucional como a equipe do Orçamento Participativo da Uneb.

Também tem apoiado ações institucionais relacionadas a área de Assistência Estudantil, como: I Seminário sobre Vida Estudantil: Desafios Atuais, organizado pelo Grupo de Pesquisa em Processos de Desenvolvimento Psicossocial, Contextos Educativos e Políticas Públicas (PERCURSOS) e o Fórum de Estudantes da Uneb; e promoveu o Simpósio- Diálogos sobre o suicídio no contexto universitário<sup>15</sup>, como ação socioeducativa em articulação com o: Departamento de Ciências da Vida (Campus I-Salvador), Núcleo de Estudos e Prevenção do Suicídio (NEPS) e o Centro de Valorização da Vida (CVV).

Recentemente também divulgou a Chamada Pública da Série Experiências e Reflexões Discentes, que será realizada em parceria com a EDUNEB, no ano de 2019, para publicação de artigos científicos dos estudantes dos cursos de graduação presencial da instituição.

Diante do cenário apresentado observa-se o quanto às ações na área de Assistência Estudantil na Uneb vem paulatinamente obtendo êxito nas medidas de acesso, ingresso e permanência. Contudo, ainda se faz necessário a superação de outros desafios como precursores das ações afirmativas para segmentos excluídos dos ambientes universitários, e por conseguintes defensores por ações na área de Assistência Estudantil. Sobre isso, Matos e Barbosa (2017) refletem:

Para os defensores das políticas de ações afirmativas o desafio da permanência deve ser encarado com a mesma determinação que tem caracterizado a luta pela implementação das cotas e que deve buscar o aperfeiçoamento das medidas que já se têm sido adotadas, para que

---

<sup>14</sup> Portaria nº 501/2018

<sup>15</sup> Evento realizado no dia: 24 de setembro de 2018, no auditório do DCV (Campus I-Salvador).  
Comissão Organizadora: Alana Mara Ferreira, Carolina Cardoso, Marileide Silva e Renata Nogueira

mais alunos concluem seus estudos de nível superior (MATOS; BARBOSA, 2017, p.64)

## **4. FINANCIAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E NA BAHIA**

### **4.1 Contexto Nacional**

A Universidade é um espaço cuja essência deve ser a construção de saberes, a partir da interação dos segmentos pertencentes a sua comunidade com a sociedade. Cada vez mais, como pode inclusive ser visto nas seções anteriores deste estudo, ela deixa de representar um espaço social verticalizado, conservando um Brasil elitista, para garantir a inserção de integrantes, antes excluídos: negros, indígenas, pobres, horizontalizando esse novo cenário social brasileiro.

Porém, para que essa política afirmativa se configure como realidade nas universidades brasileiras, alguns desafios devem ser enfrentados, a exemplo da política de orçamento e financiamento das universidades públicas, para que cumpram as propostas e finalidades às quais as instituições públicas se propõem. Sobre essa problemática FIALHO (2005) diz que:

A despeito de um panorama já tão complexo, é preciso registrar, no âmbito das universidades públicas(...), a persistência de problemas que interferem no desempenho da instituição, notadamente quanto à sua capacidade de gestão ou de cumprimento das suas finalidades estatutárias e que se relacionam, por exemplo, com o orçamento e o repasse financeiro (FIALHO, 2005, p 16).

Para compreensão de como ocorre o financiamento da política de Assistência Estudantil (que demarca o campo de estudo desse relatório técnico) será realizada uma breve explanação sobre como se configura o fundo público nas Universidades no Brasil, e em especial no estado da Bahia.

Essa sinalização torna-se premente para um melhor entendimento da verba destinada a essa área, como também propiciar um posicionamento coletivo, conforme proposto por Machado (2017):

O conhecimento acerca das questões orçamentárias permite uma intervenção mais qualificada e crítica por parte dos profissionais operadores das políticas públicas, e, quando socializado e debatido com a população usuária dos serviços, possibilita participação decisória mais efetiva e democrática (MACHADO, 2017, p. 232).

O financiamento público é composto de recursos advindos de fundos públicos que, segundo Salvador (2016, p. 118), “envolve a capacidade de mobilização de recursos que

o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas, pelo uso das suas políticas monetária e fiscal, assim como pelo orçamento público”

O governo arrecada esses recursos, via impostos e taxas compulsórias cobradas aos detentores dos meios de produção (capitalistas) e da classe trabalhadora para contemplar as áreas estratégicas como assistência social, saúde e educação.

O significado do termo imposto, na perspectiva da teoria social crítica pode ser compreendido, conforme diz Behring (2010), [...] é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro, ou renda da terra e que é expropriada pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções. (BEHRING, 2010, p. 20).

O financiamento na área da Assistência Estudantil, advém dos recursos destinados a área da Educação, garantido pela constituição brasileira. Para Barbosa (2013) “o financiamento da educação está sob a proteção de preceitos constitucionais e é fortemente vinculado à arrecadação de impostos”. (BARBOSA, 2013, p. 21)

As ações na área de Assistência Estudantil são amparadas pelo PNAES (2010), na esfera federal, e pelo PNAEST (2010) no âmbito estadual. Ambas têm o objetivo de assegurar a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.

Essas iniciativas são financiadas a partir de critérios estabelecidos por indicadores de desempenho institucional. Os autores Corbucci e Marques (2003) dizem que esses critérios “envolve a combinação de variáveis relativas à manutenção da instituição, desde o número de docentes e alunos, até indicadores tidos como de desempenho, de modo que se obtém índices de eficiência”. (CORBUCCI; MARQUES, 2003<sup>16</sup> apud MACHADO, 2017, p. 241).

As variáveis e índices estabelecidos para a base de composição desses indicadores de referência, são indicados através da disposição dos procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária (decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010) os quais são citados em alguns incisos:

- I- O número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período;

---

<sup>16</sup> CORBUCCI, P. R.; MARQUES, P. M. F.. Fontes de financiamento das instituições federais de ensino superior: um estudo sobre a Universidade de Brasília. Brasília, IPEA, 2003 (Texto para Discussão nº 999).

- II- Oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas de conhecimento;
- IV- O número de registro e comercialização de patentes;
- V- A relação entre o número de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação;
- VI- Os resultados da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES, instituído pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2014.

Assim, podemos observar o quanto o financiamento público educacional está condicionado a avaliação de desempenho de indicadores. Sobre isso, Oliveira (2015) acrescenta que “[...] a avaliação passou a constituir-se em um mecanismo central de regulação, fornecendo indicadores que são utilizados nos estabelecimentos de metas de gestão e influenciando sobre o financiamento da unidade escolar [...]” (OLIVEIRA, 2015, p. 639 e 640).

Diante de tal contexto, as instituições de ensino superior ficam pressionadas a apresentar altas performances para com isso angariar uma fonte de recursos que dê sustentabilidade ao orçamento da gestão universitária.

Sobre isso, Machado (2017) reflete: “[...] o financiamento condicionado a bons resultados nos processos avaliativos regulatórios gera grandes problemas para a constituição das universidades, pois resulta na necessidade de se expor somente os pontos positivos ao passo que se suprime os pontos fracos para não se perder recursos” (MACHADO, 2017, p.244).

De acordo com a informação do MEC (2014) no orçamento anual destinado ao financiamento universitário, há uma previsão de transferência de recurso destinado as ações na área de assistência estudantil, sob a rubrica de “Assistência ao Educando do Ensino de Graduação”, cujo código de referência é o 4002. O montante destinado a cada instituição baseia-se em critérios que compõe a Matriz PNAES e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Essa informação foi extraída do Seminário realizado pela ANDIFES sobre “Gestão Orçamentária e Financeira das Universidades Federais”, que apresenta a seguinte fórmula da MATRIZ PNAES:

P1= (NAEg – PG);

P2= (NAEg – PG- BFS) x (1 + IDHM);

NAEg= Aluno equivalente a graduação;

PG= Peso do Grupo;

Vale salientar, que essa Matriz PNAES, que vem sendo adotada como valor de referência para a disponibilização de recursos para a área de Assistência Estudantil, recentemente passou a ser questionada pelo FONAPRACE, que defende a alternativa na qual o cálculo de distribuição de recursos do PNAES deve ser baseado no perfil socioeconômico dos estudantes das IFES (FONAPRACE, 2015).

## **4.2 Financiamento da Assistência Estudantil na Esfera Estadual**

O orçamento e financiamento das ações da política de assistência estudantil das universidades estaduais baianas vem, há algum tempo sendo debatidas pelas representações universitárias conjuntamente com a comunidade estudantil.

Dessa articulação interinstitucional foram realizadas reflexões e ações que expressam a aglutinação de interesses comuns sobre a visão da assistência e permanência estudantil nas instituições que compõem o Sistema Estadual de Ensino Superior (UEFS, UESC, UESB e UNEB), com foco na garantia de recursos públicos para o financiamento de ações da Assistência Estudantil. Desse movimento ocorreram três importantes eventos.

O primeiro a ser realizado foi o Seminário de Assistência Estudantil das Universidades Estaduais<sup>18</sup>, nos dias 22 e 23 de novembro de 2011, no auditório central, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com a participação de gestores, técnicos e estudantes, muito embora também tenham sido convidadas representações de Secretarias do governo estadual, porém não compareceram.

O Seminário, além de oportunizar um momento de conhecimento e reconhecimento das ações realizadas pelas UEBA, teve como principal ponto de pauta a reivindicação de recurso específico para à Assistência Estudantil. Sobre isso, o gestor da Pró- Reitoria de Assistência Estudantil, da UNEB, Prof. Paulo José Gonçalves de Souza, proferiu em entrevista concedida à Assessoria de Comunicação da UNEB, publicada no site institucional, e divulgado em 25 de novembro de 2011:

---

BFS= Bônus Fora de Sede;

IDHM= Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

<sup>18</sup> Comissão Organizadora: Coordenação Geral: Ms. Vandson de Oliveira Nascimento (UEFS); Membros: UEFS-Ana Célia Coelho, Ana Alice Brandão Rodrigues, Claudia de Souza e Almeida, Consuelo Penelu Bitencourt, Elson Correia Cazumbá, Maria das Graças Tourinho, Yuri Cerqueira; UNEB: Ana Cristina Ramos, Alana Mara Santos dos Anjos Ferreira, Prof. Ms Paulo José Gonçalves de Souza, Roque Filho; UESC: Jonatas Souza, Márcia Azevedo, Tiago Fernandes ; UESB: Anderson de Carvalho Ferreira, Isabel Cristina de Souza Oliveira, Maísa Oliveira Melo Ferraz, Mary Anne Assis Lopes de Oliveira

Os discentes pedem um orçamento próprio para a Assistência Estudantil das Universidades, definido pelo governo do Estado. Essa decisão realmente facilitaria o investimento nas políticas em prol dos estudantes como a construção de restaurantes universitários, e a oferta de um número maior de bolsas permanência.

Dessa iniciativa derivou-se uma oportunidade de articulação de forças institucionais junto a representação governamental que, a partir dos encaminhamentos do evento, elaboraram um documento e realizaram uma audiência com a Coordenação de Desenvolvimento de Ensino Superior (CODES).

Outro desdobramento foi a realização do “I Fórum das Universidades Estaduais<sup>19</sup>”, em 03 de julho de 2012, no auditório do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento Regional (CPEDR), localizado no campus da UNEB, no bairro do Cabula, em Salvador. A atividade contou com a participação de representações da gestão central, gestores e técnicos administrativos da área de Assistência Estudantil e a comunidade discente das quatro universidades estaduais, cujo objetivo foi promover um diálogo ampliado com a representação da CODES, através do seu titular a época, o Prof. Nildon Pitombo.

Esse momento demarca a definição de uma agenda com temáticas para serem refletidas e planejadas comumente entre as UEBA e a Secretaria de Educação, representada pela CODES. O Prof. Nildon Pitombo, inclusive afirmou em entrevista concedida a ASCOM-UNEB, a necessidade de investimento na assistência e permanência estudantil, a partir de ações articuladas e na sistematização de informações: “Para isso devemos nos organizar, afinar o discurso entre as UEBA e elaborar documentos que fundamentem tal demanda”.

Na mesa redonda “Assistência Estudantil das UEBA”, as respectivas representações<sup>20</sup>, realizaram uma breve explanação sobre o cenário das Universidades Públicas retratando o número de discentes, destacando o número de cotistas, e

---

<sup>19</sup> Comissão Organizadora: Coordenação Geral: Profa. Dra Maíra Portofé Mello(UNEB); UEFS- Ms. Vandson de Oliveira Nascimento; UESB: Sra. Maísa Oliveira Melo Ferraz; UESC- Sra. Márcia Rosely Azevedo

<sup>20</sup> Pró-Reitora em exercício de Assistência Estudantil da UNEB- Profa. Dra. Maíra Portofé Mello  
Coordenador de Assistência Estudantil da UEFS- Ms.Vandson Nascimento Assessora de Assistência Estudantil da UESC- Sra. Márcia Azevedo Gerente de Assistência e Assuntos Estudantis da UESB- Sra. Maísa Ferraz

privilegiando aspectos materiais e acadêmicos das ações de assistência e permanência estudantil.

A esse propósito, convém analisarmos os números dispostos no Quadro 3. No referido quadro, é possível observar o quanto esse evento foi bastante contributivo para a reflexão coletiva sobre as ações que vem sendo implementadas pelas universidades públicas e pela busca de uma construção de política institucional, que garanta o direito da comunidade discente ser assistida e permanecer na instituição para continuidade e conclusão do seu curso.

Quadro 3 - Principais ações de assistência estudantil das universidades estaduais baianas.

PRINCIPAIS AÇÕES	UEFS	UESB	UESC	UNEB
Total de alunos	7.833	7.507	7.905	24.014
Total de cotistas	3.477	2.352	2.232	8.263
Total de bolsas	658	298	1130	800
Total de residentes	187	13	-	446
Restaurante Universitário (quantidade de refeições)	288122	4.400/kilo (1.100 /bandejão (mês)	118800	-
Apoio a participação discente em eventos (viagens e/ou passagens)	1256	248; +/- 1.000 – Cas e DCE	1687	3272
Profissionais que atuam na Assistência Estudantil	29	18	2	20
Ano base dos dados fornecidos pelas UEBAS	2011	2011	2011 / 1º semestre 2012	2011 / 1º semestre 2012

Fonte: I Fórum de Assistência Estudantil das UEBA (2012).

A partir da contextualização da Educação Superior na Bahia, dos recursos restritos para a área de Educação, e o que tem sido alocado para investir na Assistência Estudantil das UEBA, observam-se os desafios que terão que ser suplantados para a concretização de uma política institucional que valide os conceitos de assistência e permanência.

Esse encontro propiciou a congregação das universidades, para que juntas pudessem idealizar propostas e posicionamentos que viabilizassem a construção de uma

política de assistência estudantil que saísse do aspecto assistencialista e de medidas compensatórias para uma política social de sustentabilidade.

No ano seguinte, dando continuidade ao movimento de aglutinação de interesses em prol da assistência estudantil, realizou-se a 2ª edição do “Seminário de assistência Estudantil das UEBA<sup>21</sup>”, nos dias 26 à 28 de setembro de 2013, na cidade do Salvador, sediado pela UNEB.

Dentre os objetivos do evento, buscou-se aprofundar um diálogo com representações e instâncias externas como a: CODES-SEC, SEPLAN, SERIN, SESAB, SEPROMI e representação da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa da Bahia.

Ao ser entrevistado pela ASCOM, durante o Seminário, o estudante da UESC, Thasio Sobral, refletiu sobre a importância da proposta do evento: “A educação é algo fundamental, iniciativas como essa servem para avaliar as dificuldades e os direitos dos graduandos”.

Seja na esfera estadual ou federal, faz-se necessário que haja uma previsão orçamentária de financiamento na área de Assistência Estudantil para a manutenção das ações que vem sendo realizadas e potencializar a proposição de outras.

Para isso teremos todos (estudantes, profissionais da área de Educação, instâncias representativas) que nos unir e lutar. A história nos mostra que o que foi alcançado, advém das lutas.

Diante disso, faz-se necessário um posicionamento e articulação dos atores sociais nessa área envolvidos visando fortalecer e consolidar essa política, conforme declara Machado (2017):

---

<sup>21</sup> Comissão Organizadora: Coordenação Geral: Prof. Dr. Paulo James de Oliveira(UNEB) Membros UNEB- Adrielle Santos Matos, Alana Mara Santos dos Anjos Ferreira, Bárbara Monteiro, Carolina D’Afonseca Cardoso, Davi Benitez, Edmara de Queiroz Rocha, Francine Almeida Melo Rosa Santana, Jamile Oliveira Almeida, Luiz Fernando Pereira Sena, Maria Fernanda Daltro Venâncio, Maria Suely Alves dos Santos, Maristela Maria Alves, Neila Almeida, Rogério da Conceição Costa; Roque Antônio Lima; UEFS: Ana Alice Brandão, Eduardo Pereira, Prof. Ms Otto Figueiredo, Yuri Santana Cerqueira; UESB: Ana Amália Carvalho Simon, Flávia Cristina C. Caíres, Ícaro Alves Brito, Isabel Cristina de Souza Oliveira, Joselito dos Santos Souza, Maisa Oliveira Melo Ferraz, Manoel Henrique de Moraes, Nauseli de Souza Almeida; UESC: Adson Batista Santos, Criscielly Soares Santos, Márcia Rosely Azevedo

[...] a assistência estudantil é uma política recente, mas que reconhecemos seus avanços e a necessidade de fortalecimento da mesma. Para que possamos empreender a luta por consolidação de uma Universidade realmente democrática e popular, é necessário disputar com afinco os recursos do fundo público (MACHADO, 2017, p.250).

## 5. PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção será discutido o percurso metodológico da pesquisa que foi utilizado para a investigação do tema. A priori, apresenta-se a fonte de dados da pesquisa, que é o Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), fazendo uma breve contextualização histórica desse órgão, atualmente vinculado ao Ministério de Educação e Cultura. Desse modo, discutem-se os bancos de dados que são congregados na área de ensino básico e o ensino superior. E apresenta-se o Censo da Educação Superior, que serviu de universo de referência para o estudo da caracterização das ações na área de Assistência Estudantil da UNEB.

Em seguida, é feita uma explanação sobre o enquadramento da pesquisa, onde se discute os aspectos ontológicos e epistemológicos da metodologia a partir de um quadro de referência teórica apresentada por Gil (1994).

Finalmente, é explicado quais foram os procedimentos adotados na investigação, e oportunamente esclarece as razões das suas escolhas. Dada a sua especificidade, uma seção especial foi dedicada à discussão do procedimento estatístico utilizado na pesquisa.

### 5.1 Fonte dos dados: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

A presente pesquisa utiliza como fonte de estudo os microdados coligidos pelo O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP)<sup>22</sup>. A função precípua desse órgão é ser fonte de estudos na área da educação, cujas atribuições da época, conforme estão informações do site do INEP (2016) eram:

- Organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas;
- Manter intercâmbio com instituições do país e do exterior;
- Prestar assistência técnica aos serviços municipais, estaduais e particulares de educação;
- Participar da orientação e seleção profissional dos funcionários públicos da União.

---

<sup>22</sup> Essa instituição foi criada em 13 de janeiro de 1937. Originalmente, chama-se Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Contudo, segundo Rolim e Serra (2009), suas atividades apenas se iniciaram em 1938.

As atividades do INEP tiveram início, no ano de 1938, via publicação do decreto lei de número 580, sob a direção-geral do Prof. Lourenço Filho. A partir do ano de 1952, a direção do INEP, passou a estar sob a condução do Prof. Anísio Teixeira. Esse educador deu maior ênfase à realização de pesquisas para um replanejamento na área educacional, conforme pode ser inferido através da citação extraída do site do INEP, o qual consta no Relatório de celebração de 50 anos, do órgão: “... fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil” (Relatório do INEP 50 anos, 1987).

Nesse momento, a gestão do INEP, investiu esforços para disseminação da pesquisa, através do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) com pólos em funcionamento em várias cidades do país.

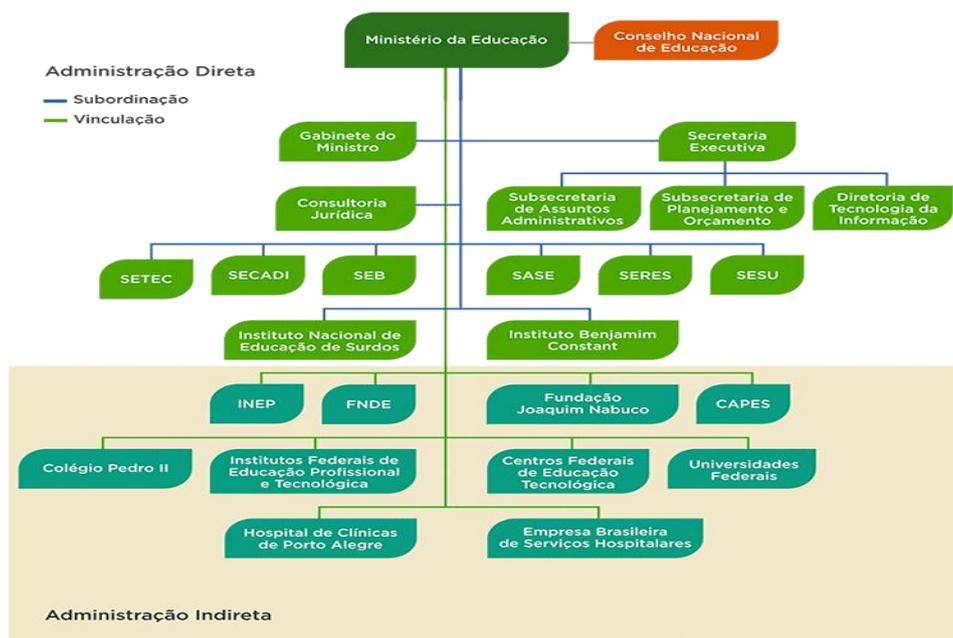
Porém, o contexto político que se seguiu nas décadas seguintes, e inclusive com a sua extinção na década de 1990, reconfigurou os objetivos do INEP, retraindo suas ações e metas. Sobre esse momento, Rolim e Serra (2009, p. 188) salientam que “este instituto, desde então, passou por distintas fases, que vai do reconhecimento nacional e internacional sob a liderança de Anísio Teixeira até a sua breve extinção, no início dos anos 1990, período no qual administração Collor promoveu uma reestruturação institucional no país”.

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, de acordo com as informações disponibilizadas no site do INEP (2016), com a reorganização de órgãos, que antes eram vinculados ao Ministério de Educação e Cultura e passaram a estar sob a orientação do INEP: Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC) e à Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (SEDIAE), cujas atribuições são:

Coordenar os sistemas e projetos de avaliação educacional e organizar o sistema de informações e estatísticas, com o objetivo de subsidiar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas educacionais dos governos: municipal, estadual e federal (INEP, 2004, p. 6).

Ainda de acordo com Rollim e Serra (2009, p. 188), em 14 de março de 1997, o INEP, através do decreto de nº 9448/97, passou a ser uma autarquia federal, vinculada ao MEC, e em homenagem a um dos seus maiores representantes, passou a ser chamado de: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, cujo organograma encontra-se descrito na Figura 5

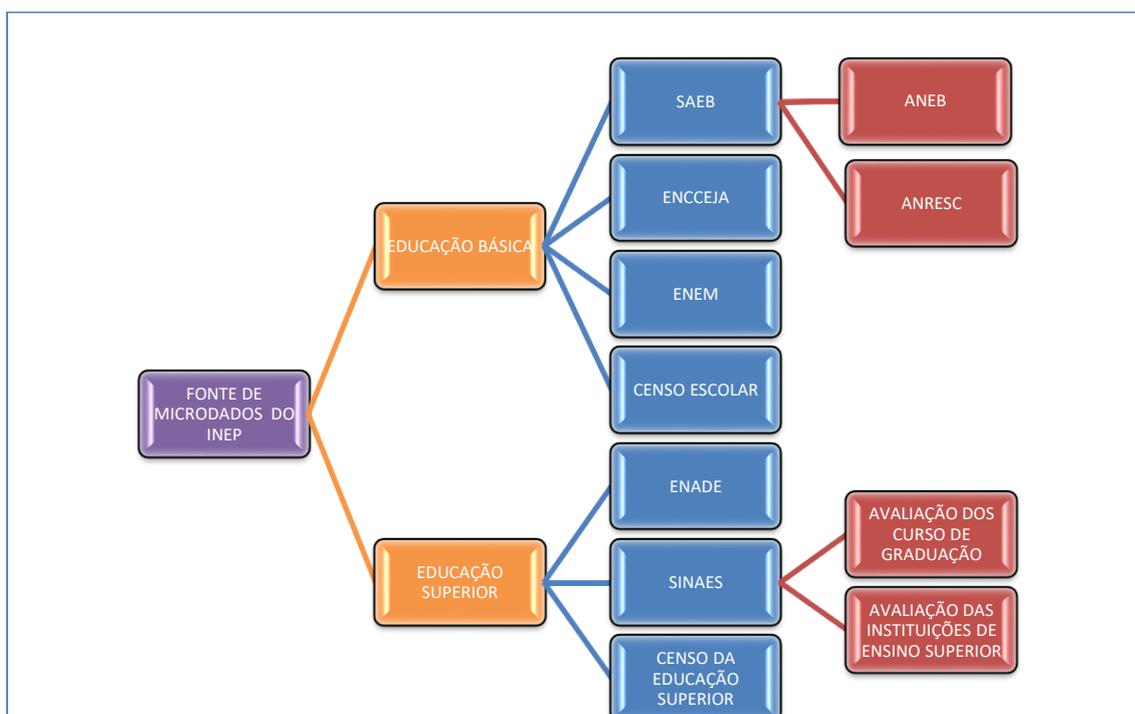
Figura 5 – Organograma do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.



Fonte: Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Os Microdados do INEP são resultado da contribuição de várias fontes de dados disponibilizados através do site: [www.portal.inep.gov.br](http://www.portal.inep.gov.br), conforme pode ser ilustrado na Figura 6. Esta base de dados serve de balizador educacional para avaliação na política educacional brasileira, no âmbito da educação básica e da educação superior.

Figura 6 – Fluxograma ilustrativo da Fonte de Microdados do INEP.



Fonte: Elaboração Própria

Atentando-se para aos objetivos proposto do presente estudo, faz-se necessários explicar com mais detalhes sobre a fonte dos microdados do Censo da Educação Superior. De acordo, com as informações disponibilizadas pelo site do INEP (2016), este tipo de fonte contém o levantamento de dados sobre as instituições de ensino superior, relacionando: cursos de graduação presencial e à distância, cursos sequenciais, número de vagas ofertadas, inscrições nos processos seletivos, matrículas, ingressantes e concluintes. Além disso, também existem no Censo de Educação Superior informações sobre discentes, docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

Esses dados são coletados a partir do preenchimento dos questionários por setores representantes das Instituições de Ensino Superior e por importação de dados do sistema do e- MEC. No caso da Universidade do Estado da Bahia, essas informações são encaminhadas pela Secretaria de Avaliação Institucional (SEAVI).

Posteriormente, o INEP verifica a consistência dos dados coletados e disponibiliza como estatística oficial, no seu site oficial.

No anexo da pesquisa encontra-se o “Manual do Usuário: Microdados do Censo da Educação Superior”, que detalha os procedimentos adotados pela presente pesquisa para obter o acesso aos microdados coligidos pelo INEP, entre os anos de 2014-2015.

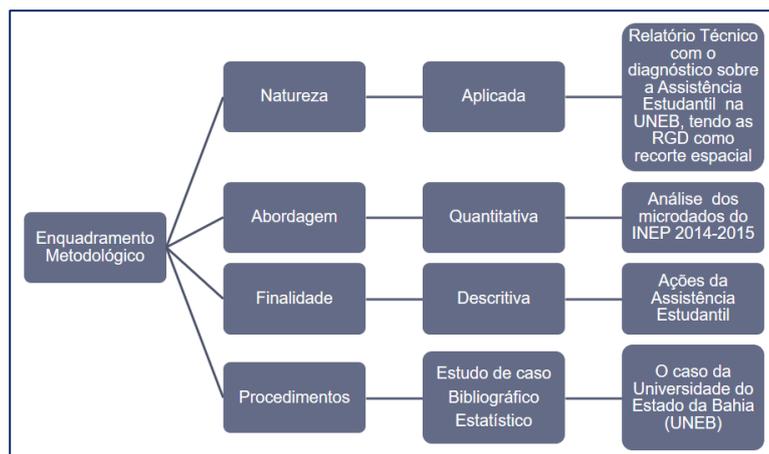
## **5.2 Enquadramento da Pesquisa**

De acordo com GIL (1994), a metodologia de pesquisa científica social pode ser enquadrada por diferentes pontos de vistas: natureza, método, abordagem, finalidade e procedimento. Em relação à natureza, a pesquisa é dividida em básica e aplicada. No que tange ao método, tem-se os principais tipos que são os métodos dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico. Quanto à abordagem a pesquisa é dividida em quantitativa, qualitativa e quali-quantitativa. Considerando a sua finalidade a pesquisa pode assumir um caráter descritivo, explicativo ou exploratório. E finalmente, concernente ao procedimento, várias categorias são identificadas, por exemplo, bibliográfico, documental, experimental, estatístico, pesquisa-ação, pesquisa-participante, estudo de caso, etc.

A presente pesquisa combinou vários aspectos do enquadramento da metodologia (Figura 7). Em relação à sua natureza é classificada como aplicada, pois produzirá relatório técnico com a classificação dos padrões de perfis da assistência estudantil na

Uneb, tendo as RGD como parâmetro comparativo de recorte espacial. Vale ressaltar que a principal finalidade da pesquisa é descrever a emergência de padrões a partir da caracterização de fatores que marcam a assistência e asseguram a permanência estudantil, com base na análise de microdados dos cursos de graduação presencial da Universidade do Estado da Bahia, apresentados nos Relatórios dos Censos da Educação Superior do INEP, referente aos anos de 2014 e 2015.

Figura 7– Enquadramento da Metodologia.



Fonte: Elaboração Própria

Apesar da abordagem da pesquisa poder ser feita a partir de estudos quantitativos e qualitativos, optou-se pela realização de uma pesquisa com métodos quantitativos a partir da exploração dos dados constantes na base de dados do Censo da Educação Superior do INEP, tendo como principal método de pesquisa o dedutivo, pois as análises de dados versaram sobre o universo de estudantes dos cursos de graduação presencial da Uneb, para promover o reconhecimento de padrões de perfis de dados univariáveis, bivariáveis e multivariáveis, referentes ao ambiente de problema da pesquisa. Outrossim, a análise de dados tem também como foco a avaliação das RGD da UNEB, no sentido de sinalizar uma proposta de reclassificação em grupos que internamente compartilham de semelhantes manifestações de tendência e cenário do comportamento de variáveis associadas à Assistência Estudantil.

### 5.3 Procedimentos da Pesquisa

A fim de se alcançar o objetivo proposto para a pesquisa, uma combinação de procedimentos foi utilizada. Neste aspecto, destaca-se três procedimentos: estudo de caso, bibliográfico e estatístico. O procedimento do estudo de caso se justifica pelo fato de buscar caracterizar apenas o perfil dos estudantes da Uneb, dentre as várias instituições

de ensino superior do Brasil, sob a perspectiva das variáveis relacionadas às ações de assistência estudantil.

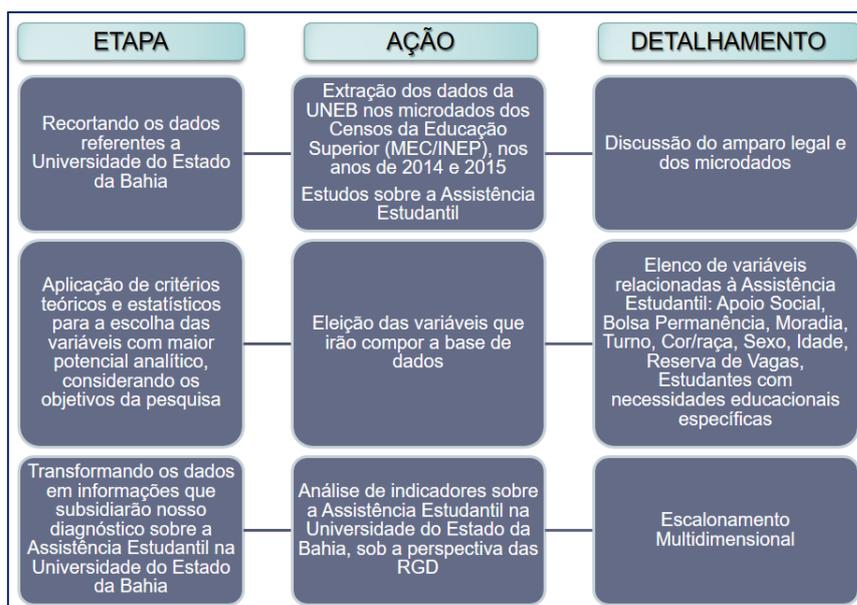
Quanto ao procedimento bibliográfico, foi realizado um levantamento de referências bibliográficas, precedido de leituras relacionadas aos conceitos preconizados por um elenco de autores, já consolidados na literatura, que tratam sobre esta questão, e discussões transversais relacionadas a essa temática. Para isso foram eleitos como fontes de informação para construção desse estudo: Nunes (2017), Barbosa (2016), Barbosa (2013), Ramalho (2013), Silveira (2012), Kowalski (2012), Fialho (2005), Boaventura (2009), Leher (2004) e Santos (2001). Além das obras citadas também foram utilizados como referência os dispositivos normativos brasileiros: Brasil (1967), Brasil (1988), PNAES (2010), PNAEST (2010). E os instrumentos regimentais da UNEB, como: Plano Estratégico da UNEB (2007), PDI (2013) e o PAP 2014-2017, e a “A UNEB GERA CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BAHIA” (2016).

A partir deste levantamento de informações da Legislação Normativa sobre Assistência Estudantil, concebe-se uma ambiência teórica de discussão sobre a gestão em educação superior. Visando ter uma maior assertividade sobre este fenômeno, um procedimento estatístico de análise de dados foi feito a partir dos microdados dos Censos da Educação Superior (MEC/INEP), nos anos de 2014 e 2015.

Este cenário impôs a aplicação de critérios teóricos e estatísticos para a escolha das variáveis com maior potencial analítico, considerando a transformação dos dados em informações que poderão subsidiar o processo de melhoria contínua das ações da Assistência Estudantil na Uneb. A Figura 8 sintetiza esta interação entre os procedimentos assinalados.

Considerando as peculiaridades pertinentes ao procedimento estatístico, uma descrição mais detalhada é feita a seguir, para permitir uma melhor compreensão dos resultados obtidos das análises dos dados.

Figura 8 – Principais informações do procedimento da pesquisa.



Fonte: Elaboração Própria

#### 5.4 Procedimento Estatístico

Com vistas a respaldar esse estudo, buscou-se alicerçar a discussão a partir de um modelo de regionalização flexível da Universidade do Estado da Bahia, denominado Redes de Gestão Departamental (RGD), tendo como população-alvo o Censo Estudantil dos cursos de graduação presencial. A Assistência Estudantil é discutida de forma conceitual, a partir das reflexões ao longo do texto à medida em que as análises documentais e dos dados são evidenciados. O processo de análise de dados da pesquisa foi dividido em duas etapas: na primeira, foi feita uma caracterização estatística descritiva univariável e bivariável, geral e regionalizada por Redes de Gestão Departamental, das ações de Assistência Estudantil mais expressivas do banco de dados da pesquisa. Na segunda etapa da análise dos dados, um mapeamento multivariável das similaridades entre as RGD foi feito utilizando o método escalonamento multidimensional (HAIR Jr. et al, 2005), a partir do banco de dados completo para capturar efeitos sinérgicos subjacentes.

No procedimento estatístico univariável, as variáveis foram tratadas de forma independentes, e as técnicas e métodos estatísticos foram usadas para permitir uma caracterização estatística individual, deixando a cargo da subjetividade identificar indícios de inter-relações entre elas.

Com isso, as variáveis, em relação às suas respectivas categorias, foram submetidas ao cálculo das frequências relativas, favorecendo a uma análise temporal das

categorias mais importantes, ou modais. A seleção do conjunto de variáveis a serem analisadas foi decisiva para a discussão da problemática, haja vista que, elas pertenciam ao ambiente das ações de Assistência Estudantil.

Com o fito de permitir uma análise também espacial de territórios de interesse das ações de Assistência Estudantil, no presente caso, das RGD, um procedimento estatístico bivariável foi implementado, no afã de se obter um cruzamento (análise contingencial) com as variáveis que foram submetidas ao procedimento univariável. Dessa forma, no procedimento bivariável, as variáveis foram cruzadas com uma outra variável de referência, no caso presente, a variável escolhida foi a RGD.

No tocante ao procedimento estatístico bivariável, a obtenção de tabelas cruzadas entre duas variáveis, oportunizou a realização do teste da estatística  $\chi^2$  (qui-quadrado) (BUSSAB & MORETIN, 2006), para confirmar probabilisticamente se elas têm inter-relações significativas entre elas.

A estatística  $\chi^2$  (BUSSAB & MORETIN, 2006) é uma medida que pode ser utilizada para comparar uma distribuição de frequência observada com uma distribuição de frequência esperada (ou de referência). O valor de uma estimativa da estatística  $\chi^2$  está associado a uma probabilidade (*p-Valor*) de aceitação da hipótese nula ( $H_0$ ) ou rejeição da hipótese alternativa  $H_1$ . Em termos de análise de contingência (cruzamento de variáveis) o teste compreende duas hipóteses, quais sejam:

$H_0$ : as distribuições de frequências observadas não diferem das distribuições de frequências esperadas, por isso não se pode afirmar que as variáveis são dependentes;

$H_1$ : as distribuições de frequências observadas diferem das distribuições de frequências esperadas, por isso pode-se afirmar estatisticamente que as variáveis são dependentes.

A hipótese  $H_0$  será aceita se o valor da estatística  $\chi_c^2$  (Eq. (1)) estiver associado a um *p-Valor* maior do que um nível de significância estabelecido (momento fixado em  $\chi_{p-valor}^2 < 0,05$ ). Caso contrário, a hipótese  $H_1$  será aceita.

$$\chi_c^2 = \sum_{j=1}^n \frac{(f_j - \hat{f}_j)^2}{\hat{f}_j}; \quad (1)$$

$n$  é o número de classes da distribuição esperada,  $p$  é o número de parâmetros estimados,  $f_j$  é a frequência observada na  $j$ -ésima classe;  $\hat{f}_j$  é frequência esperada na  $j$ -ésima classe.  $v = n - p - 1$  é o número de graus de liberdade.

Portanto, a caracterização univariável e bivariável da Assistência Estudantil considerou como principais elementos balizantes informações sobre o curso, demografia, características pessoais e benefícios relacionados aos alunos. Os nexos estabelecidos entre as variáveis e seus respectivos elementos foram definidos a partir dos eixos estruturantes da Assistência Estudantil conforme o 3º artigo do PNAEST (2010). Em ambas situações as seguintes variáveis estudantis foram escolhidas para a realização deste processo: Turno (curso); Cor/Raça, Sexo e Idade (demografia); Deficiência/Transtorno Global do Desenvolvimento/Superdotação e Reservas de Vagas (características pessoais); Apoio Social, Apoio Permanência e Apoio Moradia (benefícios). Na Figura 8 estas variáveis estão listadas juntamente a outras que compuseram o banco de dados da pesquisa, quais sejam: Grau Acadêmico (curso); Nacionalidade (demografia); Reserva Étnico, Reserva para Deficientes, Reserva Escola Pública e Renda Familiar (características pessoais); Apoio Alimentação, Apoio Bolsa Trabalho, Apoio Material Didático e Apoio Transporte (benefícios). Vale mencionar que, estas variáveis não foram utilizadas nestas etapas (procedimento estatístico univariável e bivariável) porque as suas distribuições de frequências tiveram um comportamento pouco expressivo, e alguns casos, nulo em relação ao total de estudantes da Uneb.

Por fim, o procedimento multivariável foi implementado, e as variáveis foram tratadas de forma conjunta para identificar inter-relações subjacentes de associações e influências utilizando o método de escalonamento multidimensional.

De acordo com Hair Jr. et al. (20015), o escalonamento multidimensional é uma técnica matemática de visualização de objetos que propicia o mapeamento de suas similaridades, o qual pode ser usada para identificar tendência a formação de grupos. Seu uso é adequado para representar graficamente  $j$  objetos em um espaço de dimensão menor do que o original, levando-se em consideração a distância entre os objetos, que no presente estudo é definido como as RGD.

Por exemplo, considere  $\Delta$ , de tamanho  $n \times n$ , uma matriz quadrada de distâncias entre as RGD. Cada elemento  $\delta_{ij}$  de  $\Delta$  representa a distância entre as RGD  $i$  e  $j$ . Para  $n = 4$  (por exemplo, RGD A, RDG B, RDG C e RGD D), temos que:

$$\Delta = \begin{bmatrix} \delta_{11} & \delta_{12} & \delta_{13} & \delta_{14} \\ \delta_{21} & \delta_{22} & \delta_{23} & \delta_{24} \\ \delta_{31} & \delta_{32} & \delta_{33} & \delta_{34} \\ \delta_{41} & \delta_{42} & \delta_{43} & \delta_{44} \end{bmatrix} \quad (24)$$

A solução fornecida através da análise do escalonamento multidimensional é uma matriz de objetos  $n \times m$  ( $n$  é o número de objetos e  $m$  é o número de atributos) (FÁVERO, 2009). Na presente situação, uma matriz de uma solução com duas dimensões para as quatro RGD anteriores é a seguinte:

$$X = \begin{bmatrix} x_{11} & x_{12} \\ x_{21} & x_{22} \\ x_{31} & x_{32} \\ x_{41} & x_{42} \end{bmatrix} \quad (25)$$

Cada ponto  $(x_{i1}, x_{i2})$  representa uma coordenada da RGD  $i$  ( $i = A, B, C$  e  $D$ ) nos eixos  $X$  e  $Y$  do espaço bidimensional (representação das RGD's no gráfico bidimensional). A medição da distância usada no presente estudo foi a Distância Euclidiana (HAIR et al, 2005).

Na presente pesquisa, a construção do escalonamento multidimensional para o mapeamento das similaridades entre as RGD, foi baseada numa tabela constituída da distribuição de percentuais, do elenco de variáveis usadas no procedimento estatístico univariável e bivariável. Nesta última etapa, todas as variáveis do banco de dados da pesquisa foram utilizadas, porque algumas poderiam ter individualmente pouca expressão frequencial, mas o seu efeito sinérgico multivariável pode ser significativo para o reconhecimento de padrões de similaridade entre as RGD da Uneb.

Retomando a discussão sobre a escolha das variáveis da pesquisa, ressalta-se mais uma vez que elas têm um forte reflexo nas ações de Assistência Estudantil, desde a entrada do estudante na universidade até a conclusão do curso, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica familiar, expressando a realidade que se encontram no contexto universitário.

De um modo abrangente, o aparato legal, normativo e técnico, que foi discutido nos capítulos 2 e 3, conferem às ações da Assistência Estudantil um caráter político de provisionamento de direito social, tendo como finalidade suprir as demandas pertinentes, vencendo desafios próprios do ambiente acadêmico, diminuindo a taxa de retenção, abandono e trancamento da matrícula.

Dessa forma, desenvolveu-se a caracterização da Assistência Estudantil na Uneb sob a perspectiva do Censo da Educação Superior, visando contribuir para uma melhor compreensão dos traços característicos mais proeminentes de cada RGD da Uneb, favorecendo a uma possível reclassificação das RGD em grupos contendo similares perfis socioterritoriais. Neste aspecto, concordando com a reflexão de Barbosa (2013), na qual afirma que a realidade a ser capturada pelos dados, mesmo que limitadamente, carrega uma potência explicativa que transcende à sua expressão (BARBOSA, 2013), não se pretende esgotar a discussão com a análise estatística dos dados, mas estabelecer alicerces mais confiáveis de ponto de partida ou de referência para uma discussão de múltiplas abordagens.

Diante disso, reitera-se que o processo de análise de dados da pesquisa foi dividido em três etapas: na primeira, foi feita uma caracterização univariável dos dados. Na segunda, é realizada uma caracterização bivariável dados. Na terceira etapa da análise é feita uma caracterização multivariável, através de um escalonamento multidimensional das RGD, objetivando o reconhecimento de padrões de perfis socioterritoriais relacionadas à Assistência Estudantil. Com isso, pretende-se com esta análise de dados ter um maior adensamento sobre o conhecimento do objeto de estudo em apreço.

Sobre o conhecimento da realidade do objeto de estudo Barbosa (2013) diz:

O reconhecimento de múltiplas realidades, ao mesmo tempo em que nos dá a liberdade para propor alternativas analíticas, exige maior esforço interpretativo tanto para identificar as diversas variáveis e suas inter-relações, como eleger as categorias que possam contribuir para a melhor análise dessa realidade” (BARBOSA, 2013, p.30).

Em relação à perspectiva da análise estatística dos dados, pode-se afirmar, de acordo com Barbosa (2016):

O dado estatístico representa uma configuração específica da realidade de um tempo e em um espaço também específico, de modo que não se pode analisa-lo fora do contexto temporal e espacial (BARBOSA, 2016, p. 45).

## **6. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os dados analisados neste estudo, conforme já mencionado, são oriundos do Censo da Educação Superior disponíveis no portal do INEP. O recorte de período foi de 2014 a 2015, e a seleção das variáveis foi balizada pelo interesse de melhorar o conhecimento sobre o impacto das ações da Assistência Estudantil da Uneb.

Neste sentido, vale mencionar que Ferreira et al. (2017), realizaram um estudo similar sobre a Uneb, adotando o mesmo recorte temporal, porém a seleção das variáveis teve um elenco mais reduzido, e as análises de dados foram de âmbito mais gerais, sem se reportar aos subespaços da Uneb. Portanto, o presente estudo tem uma proposta mais ampliada de elenco de variáveis e diferenciada de discussão, porque estratifica as análises para a regionalização das RGD da Uneb.

A partir de uma análise univariável, bivariável e multivariável dos dados e a comparação entre os anos, buscou-se neste processo de análise de dados, que teve como principal insumo as variáveis associadas às ações de Assistência Estudantil, obter o reconhecimento de padrões espaciais e temporais das RGD da Uneb.

### **6.1 Caracterização Univariável e Bivariável da Assistência Estudantil**

Referente ao estudo feito pela pesquisa, a caracterização da Assistência Estudantil da Uneb, incluiu todos os municípios que foram registrados no Censo da Educação Superior do INEP contendo cursos de graduação presencial, no período de 2014 a 2015. Vale destacar que, as análises cruzadas com a RDG somente foram possíveis para os municípios classificados no Censo da Educação Superior com graduação presencial, e que também pertenciam a uma RGD definida pela Uneb (Figura 3).

A seguir, cada variável será discutida na perspectiva da caracterização univariável e bivariável da Assistência Estudantil:

- Turno do Aluno

Segundo o Censo de Educação Superior realizado pelo INEP (2014; 2015), o turno noturno é o mais demandado nos cursos de graduação presencial. Em particular, a distribuição do número de alunos em relação ao turno do curso na Uneb, de acordo com a Tabela 1 e Gráfico 1, apontam que o turno integral foi o mais demandado, e em ambos os anos (2014 e 2015) alcançou um percentual de 37,2%. Vale destacar que o turno noturno foi a segunda maior opção, também em ambos os anos. O aumento de oferta de

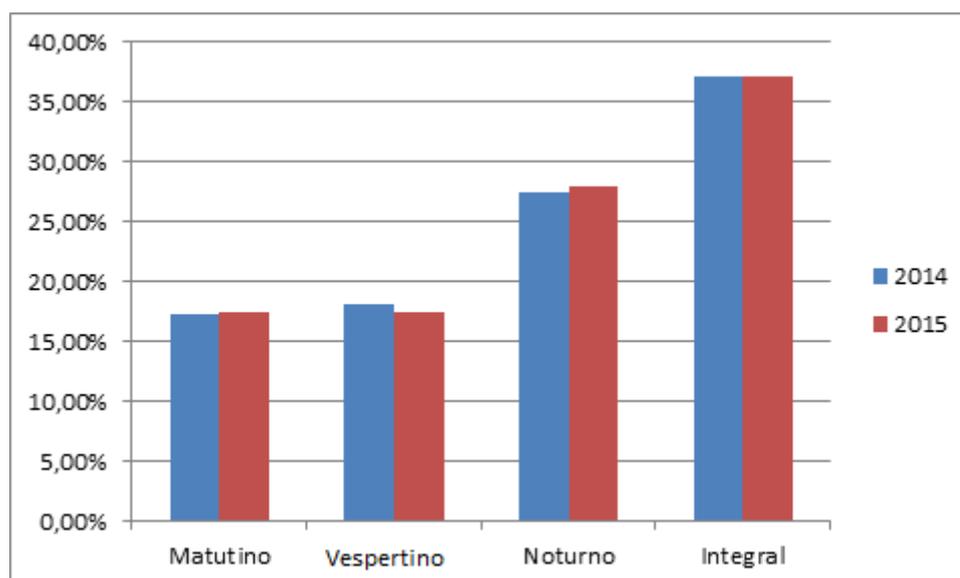
vagas em 2015 para o turno noturno nos cursos de graduação da Uneb, está coadunado com a política nacional do governo de se ter uma maior oferta de vagas para a educação superior no país.

Tabela 1 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição de alunos em relação ao Turno do curso em 2014 e 2015.

ANO		TURNO_DO ALUNO				Total
		Matutino	Vespertino	Noturno	Integral	
2014	Contagem	5233	5532	8387	11330	30482
	%	17,2%	18,1%	27,5%	37,2%	100,0%
2015	Contagem	4902	4711	7924	10395	27932
	%	17,5%	16,9%	28,4%	37,2%	100,0%
Total	Contagem	10135	10243	16311	21725	58414
	%	17,4%	17,5%	27,9%	37,2%	100,0%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior-INEP (2014;2015).

Gráfico 1 – Universidade do Estado da Bahia - Distribuição de alunos em relação ao Turno do curso em 2014 e 2015.



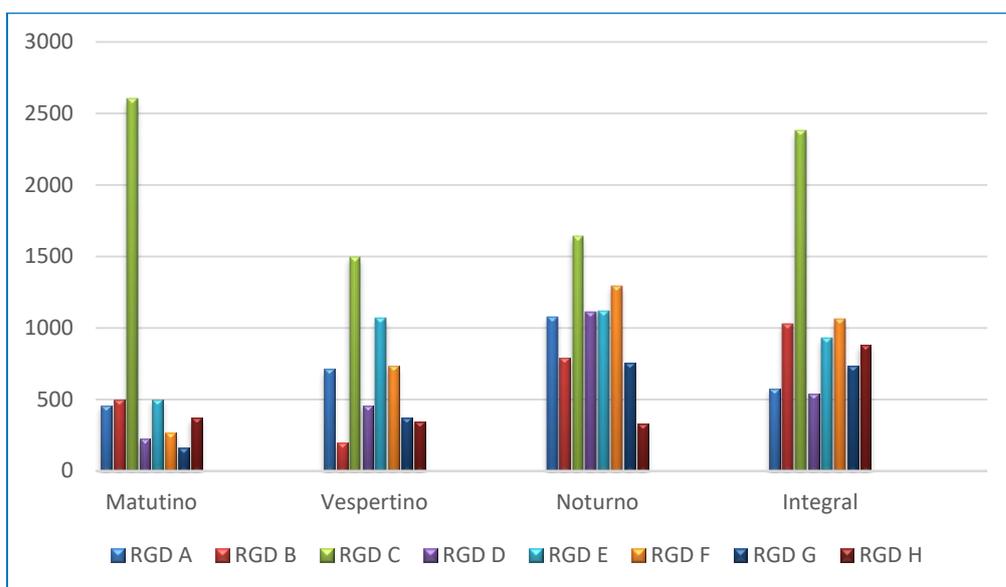
Fonte:

Microdados do Censo da Educação Superior-INEP (2014;2015).

Esta situação ao ser projetada para as RGD da Uneb, observa-se que no ano de 2014 (Gráfico 2) as RGD C e F, em relação ao total geral dos estudantes que frequentaram o curso integral, foram as que tiveram os maiores valores. Vale notar que, no ano de 2015 (Gráfico 3), as RGD C e F, em relação ao total geral dos estudantes continuaram apresentando o mesmo quadro, ou seja, foram as que tiveram também os maiores valores. Em termos gerais, cada RGD apresentou um comportamento diferenciado em relação ao turno do curso do aluno, e isto foi estatisticamente evidenciado com o cálculo da  $\chi^2_{p-valor}$ , que em ambos os anos, teve um valor de praticamente zero ( $\chi^2_{p-valor} < 0,05$ ), indicando

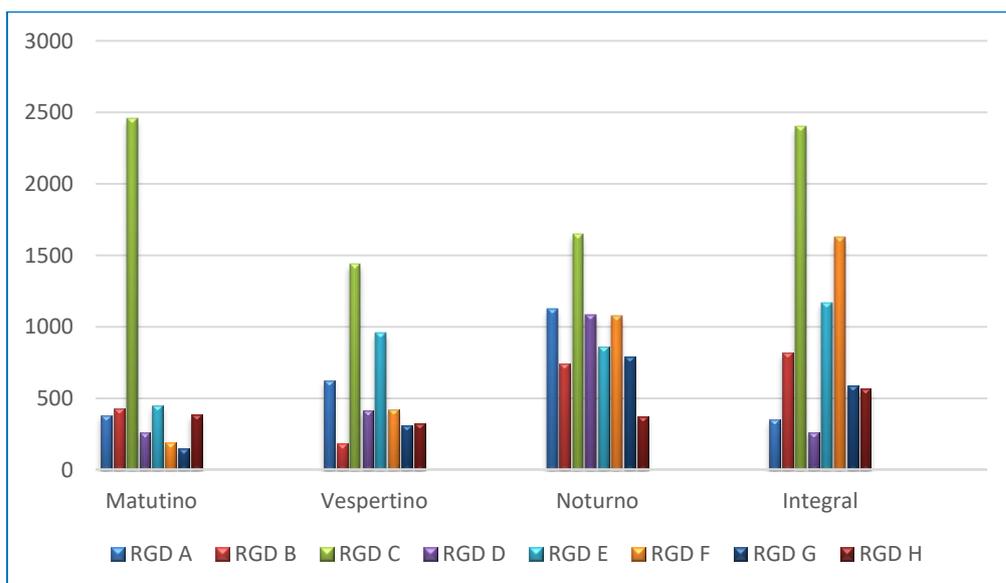
que rejeita-se a hipótese nula, ou seja, as distribuições de frequências observadas não diferem das distribuições de frequências esperadas, por isso pode-se afirmar estatisticamente que as variáveis cruzadas são dependentes. Em outros termos, pode-se dizer que a variável considerada é relevante para a diferenciação das RGD.

Gráfico 2 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição dos alunos em relação ao Turno do curso por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior-INEP (2014;2015).

Gráfico 3 - Universidade do Estado da Bahia – Distribuição dos alunos em relação ao Turno do curso por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior-INEP (2014;2015).

- **Cor/Raça**

Outra dimensão analisada é a variável Cor/Raça. Para Matos & Barbosa (2017):

O ponto de vista dos movimentos negros no Brasil, por sua vez, apresenta a discriminação étnica e racial como fonte precípua da desigualdade social. Esse posicionamento vale-se da história brasileira e dos dados atuais, para mostrar que, desde a colonização até os nossos dias, a dominação tem sido exercida pelos brancos sobre indígenas e sobre os africanos escravizados e seus descendentes (MATOS & BARBOSA, 2017).

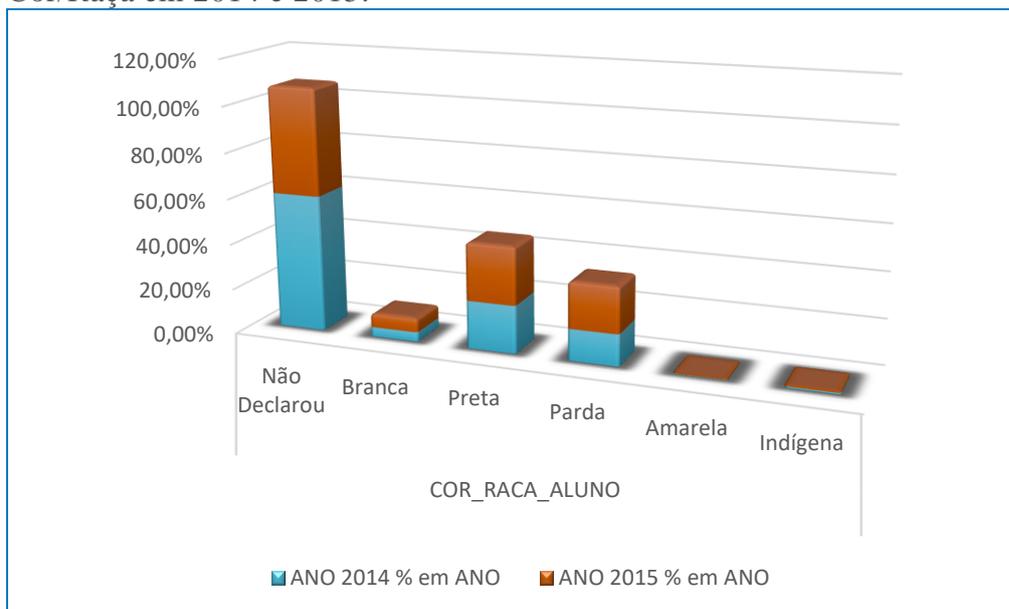
Face ao exposto, a Uneb é uma das universidades brasileiras pioneiras na implantação da reserva de vagas para negros e indígenas como política de ação afirmativa. Dessa forma, o presente estudo analisou o pertencimento étnico dos estudantes da Uneb, e apurou-se que ocorreu uma redução de alunos que não fizeram a Declaração da sua Cor/Raça em relação ao ano de 2014 (60,1%) para 2015 (47,1%) (Tabela 2 e Gráfico 4), porém ainda elevada. Com isso, destaca-se que o índice de estudantes que se identificaram da cor Preta aumentou de 21,0% para 25,0%, a Parda aumentou de 13,9% para 20,3% e a Indígena aumentou de 0,6% para 0,7%. Um fato também digno de ser mencionado, é que no período de 2014 e 2015, os percentuais dos estudantes que não declaram a Cor/Raça (respectivamente, 60,1% e 47,1%) supera os percentuais de ocorrências das outras classes de respostas em ambos os períodos. Isto evidencia uma discreta inserção das classes historicamente alijadas no contexto universitário.

Tabela 2 - Universidade do Estado da Bahia- Distribuição dos estudantes por Cor/Raça em 2014 e 2015.

		COR_RACA_ALUNO						Total	
		Não Declarou	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena		
ANO	2014	Contagem	18319	1281	6408	4248	48	178	30482
		% em ANO	60,1%	4,2%	21,0%	13,9%	0,2%	0,6%	100,0%
2015		Contagem	13158	1745	7113	5662	71	183	27932
		% em ANO	47,1%	6,2%	25,5%	20,3%	0,3%	0,7%	100,0%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior-INEP (2014;2015).

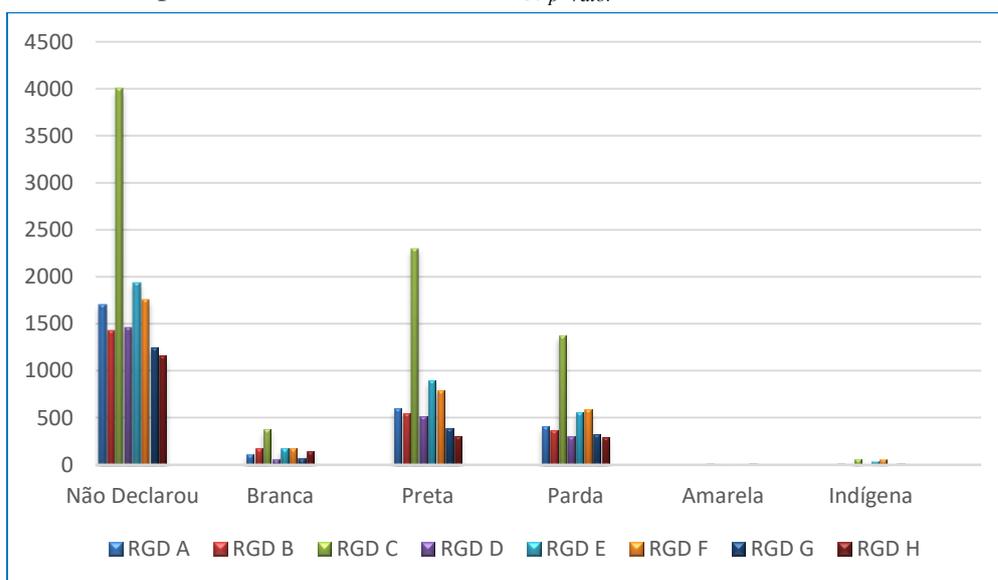
Gráfico 4 – Universidade do Estado da Bahia - Distribuição de alunos em relação à Cor/Raça em 2014 e 2015.



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior-INEP (2014;2015).

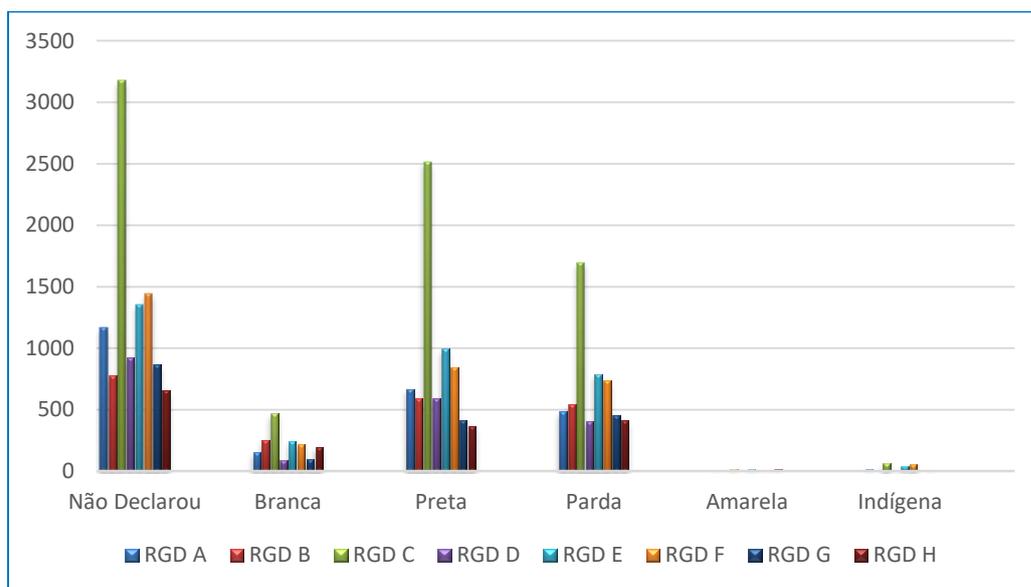
No tocante às RGD da Uneb, no ano de 2014 (Gráfico 5), as RGD C e E, em relação ao total geral dos estudantes com cor Preta, foram as que tiveram os maiores valores. Por sua vez, no ano de 2015 (Gráfico 6), observa-se o mesmo padrão, as RGD C e E, em relação ao total geral dos estudantes com cor Preta, foram as que tiveram os maiores valores. Em termos gerais, cada RGD apresentou um comportamento diferenciado em relação à Cor/Raça do aluno, e isto foi estatisticamente evidenciado com o cálculo da  $\chi^2_{p\text{-valor}}$  que em ambos os anos teve um valor de praticamente zero.

Gráfico 5- Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Cor/Raça dos estudantes por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior-INEP (2014;2015).

Gráfico 6- Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Cor/Raça dos estudantes por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior-INEP (2014;2015).

#### • Sexo do Aluno

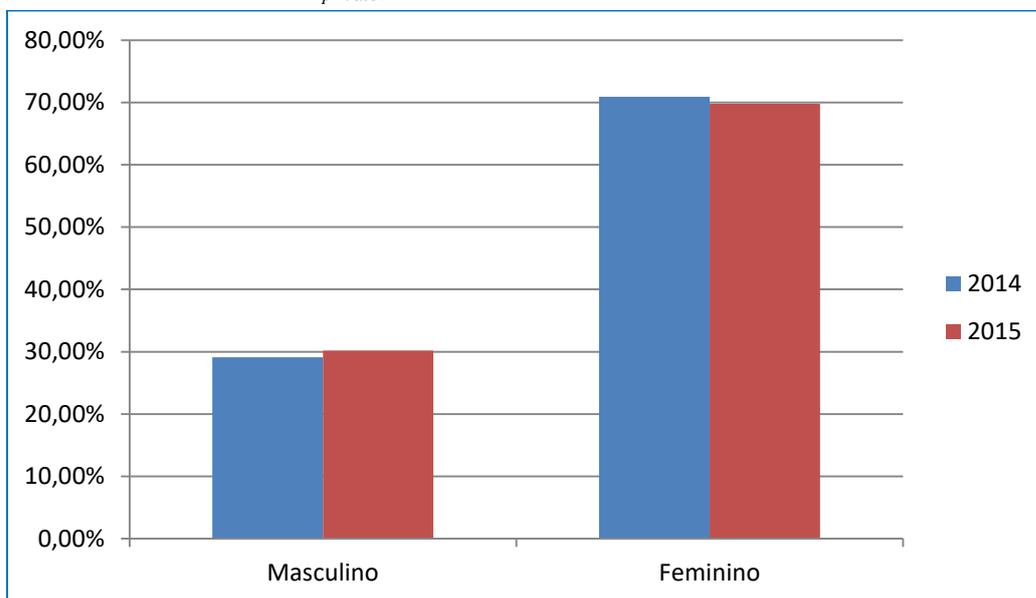
Segundo o Censo de Educação Superior realizado pelo INEP (2014; 2015), as mulheres são a maioria dos estudantes matriculados e concluintes no Brasil. Por sua vez, a distribuição dos estudantes por Sexo na Uneb apresentou um comportamento agudo em relação a esta questão. Observa-se que a Tabela 3 e Gráfico 7 apontam que houve uma redução de alunos de ambos os sexos em relação ao ano de 2014 para 2015. Porém, em termos percentuais, destaca-se que o sexo masculino e o sexo feminino mantiveram o mesmo percentual de participação em cada ano de aproximadamente 30,0% para masculino e 70% para feminino. Este percentual da maioria de estudantes do sexo feminino, no cenário da Uneb favorece a proposta de ações na área de Assistência Estudantil alinhadas com as políticas de ações afirmativas das mulheres.

Tabela 3 - Universidade do Estado da Bahia- Distribuição dos estudantes por Cor/Raça em 2014 e 2015.

		IN_SEXO_ALUNO			
			Masculino	Feminino	Total
ANO	2014	Contagem	8860	21622	30482
		% em ANO	29,1%	70,9%	100,0%
	2015	Contagem	8448	19484	27932
		% em ANO	30,2%	69,8%	100,0%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014; 2015).

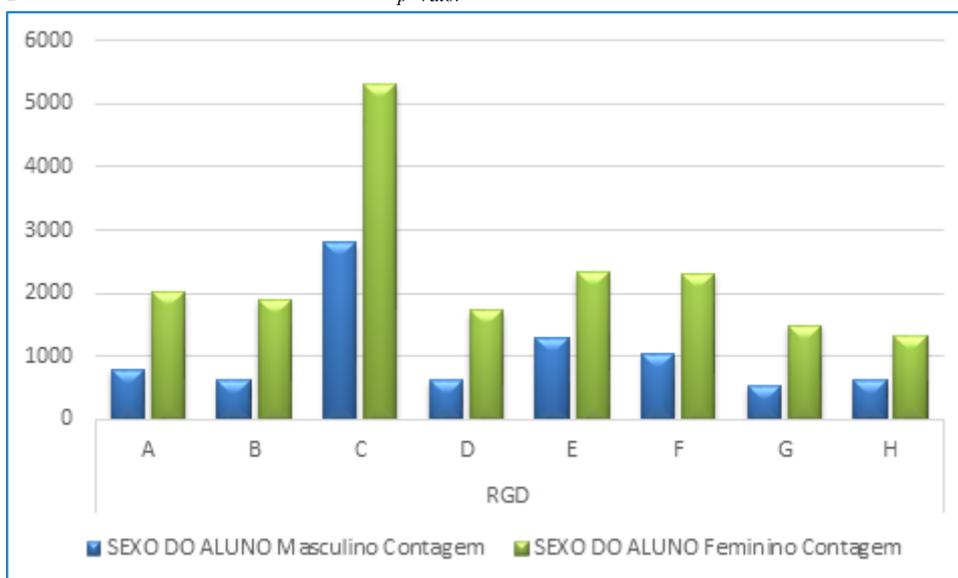
Gráfico 7 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição dos alunos por Sexo no ano de 2014 e 2015 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014; 2015).

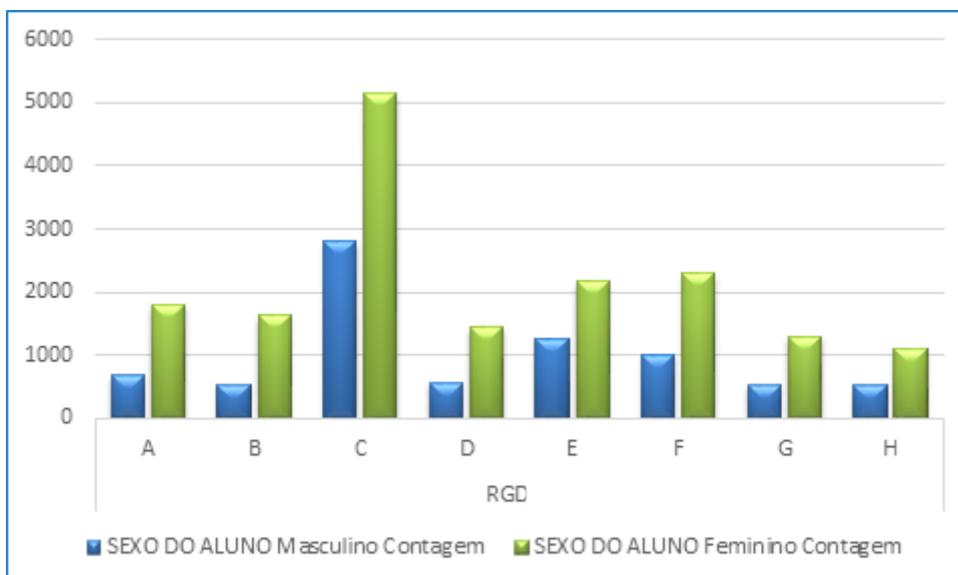
Em relação às RGD da Uneb, no ano de 2014 (Gráfico 8), as RGD C e E, em relação ao total geral dos estudantes do Sexo feminino, foram as que tiveram os maiores valores. Por sua vez, no ano de 2015 (Gráfico 9), as RGD C e F, em relação ao total geral das estudantes do Sexo feminino, foram as que tiveram os maiores valores. Em termos gerais, cada RGD apresentou um comportamento diferenciado em relação ao Sexo do aluno, e isto foi estatisticamente evidenciado com o cálculo da  $\chi^2_{p\text{-valor}}$  que em ambos os anos teve um valor de praticamente zero.

Gráfico 8 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Sexo dos Alunos por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014; 2015).

Gráfico 9 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Sexo dos Alunos por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014; 2015).

- **Idade dos Alunos**

Segundo o INEP (2014-2015) a idade mais frequente dos estudantes matriculados no ensino superior nacional é de 21 anos nos cursos de graduação presencial. Neste aspecto, a Uneb no período de 2014 a 2015 teve um comportamento típico etário, pois, a

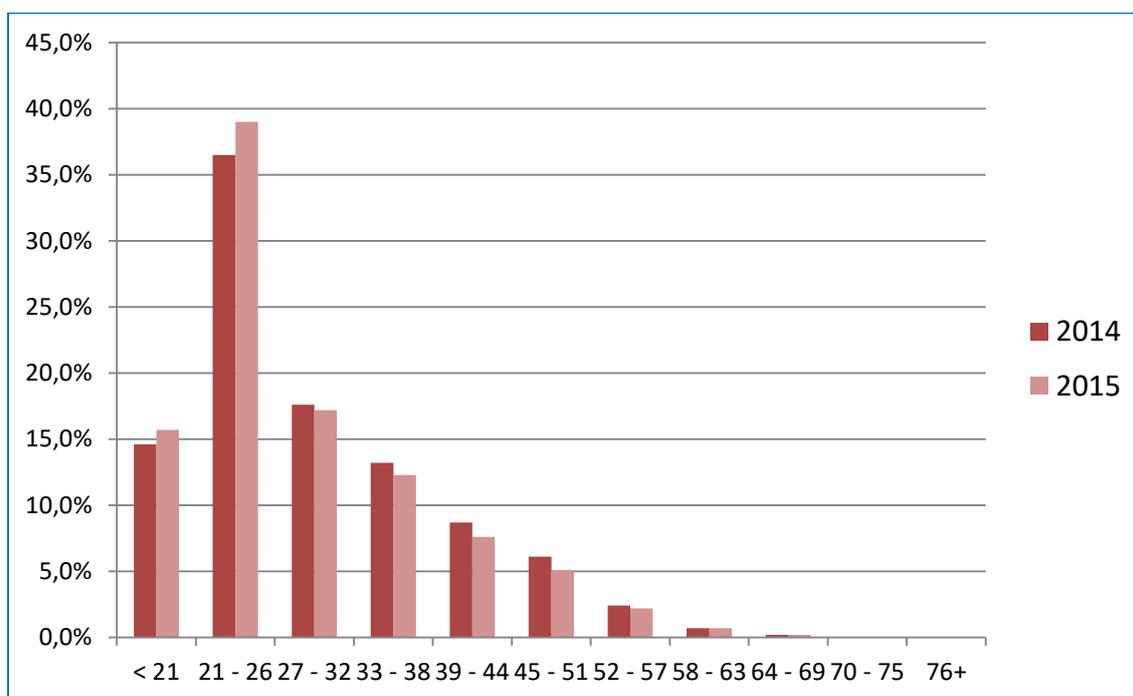
maioria dos (as) estudantes apresentaram a idades entre 21 e 26 anos (Tabela 4 e Gráfico 10).

Tabela 4 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Faixa Etária dos alunos em 2014 e 2015.

Anos	FAIXA ETÁRIA DOS ALUNOS											Total	
	< 21	21 - 26	27 - 32	33 - 38	39 - 44	45 - 51	52 - 57	58 - 63	64 - 69	70 - 75	76+		
2014	Quant.	4.454	11.121	5.352	4.034	2.648	1.867	731	220	49	3	3	30.482
	%	14,6%	36,5%	17,6%	13,2%	8,7%	6,1%	2,4%	0,7%	0,2%	0,0%	0,0%	100,0%
2015	Quant.	4.382	10.893	4.814	3.429	2.133	1.418	624	187	45	4	3	27.932
	%	15,7%	39,0%	17,2%	12,3%	7,6%	5,1%	2,2%	0,7%	0,2%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014; 2015).

Gráfico 10 - Universidade do Estado da Bahia- Distribuição da Faixa Etária dos alunos em 2014 e 2015.

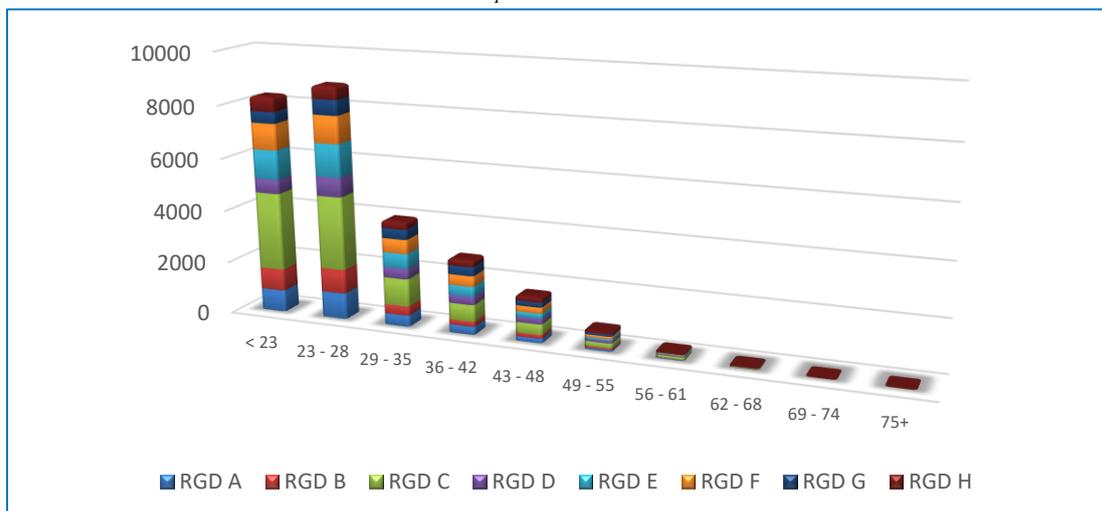


Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015)

Ao trazer esta perspectiva para o universo das RGD da Uneb, no ano de 2014 (Gráfico 11), as RGD C e E, em relação ao total geral dos estudantes com idade entre 23 e 28 anos, foram as que tiveram os maiores valores. Em relação ao ano de 2015 (Gráfico 12), as RGD C e E, em relação ao total geral dos estudantes com idade abaixo de 24 anos, foram as que tiveram os maiores valores. Em termos gerais, cada RGD apresentou um comportamento diferenciado em relação à Idade do aluno, e isto foi estatisticamente

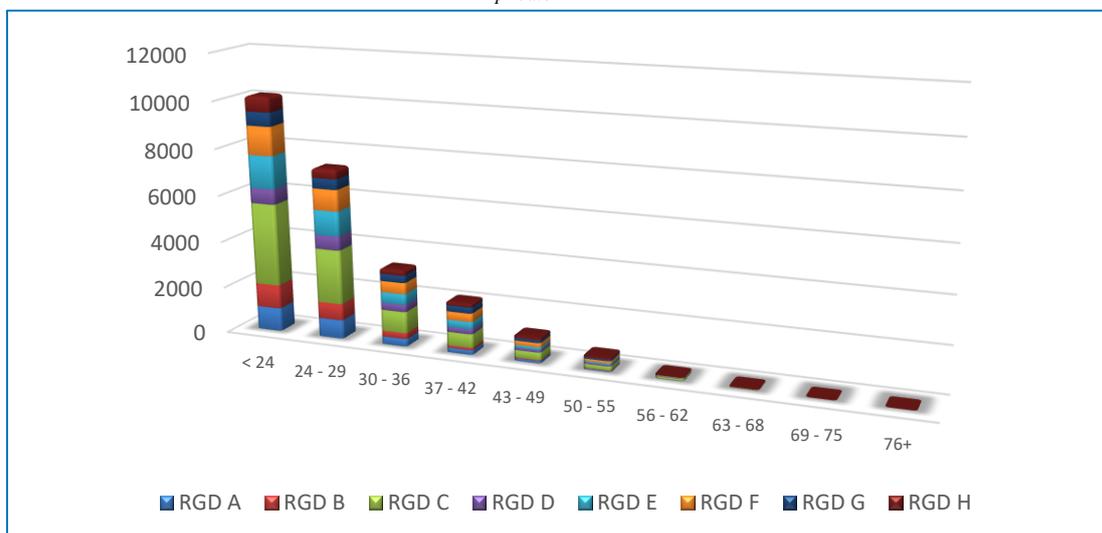
evidenciado com o cálculo da  $\chi^2_{p-valor}$  que em ambos os anos teve um valor de praticamente zero.

Gráfico 11 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Faixa Etária dos Alunos por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

Gráfico 12 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Faixa Etária dos Alunos por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

- **Deficiência/Transtorno Global do Desenvolvimento/Superdotação do Aluno**

O acesso de alunos com necessidades educacionais específicas nas universidades (públicas ou privadas) ainda apresentam percentuais reduzidos. De acordo com o Censo

da Educação Superior realizado em 2014 e 2015 pelo INEP somente houve a incidência de, respectivamente, 0,43% e 0,47% de estudantes com: deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que conseguiram alcançar o ingresso nas IES.

A lei Nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) teve aprovação no congresso nacional, e passou a entrar em vigor no dia 02/01/2016. Dentre as diversas contribuições, que este dispositivo prevê, está a reserva de 10% das vagas nas instituições de ensino superior e profissionalizante para estudantes com necessidades educacionais específicas.

Recentemente, foi aprovado pelo CONSU da UNEB a reserva no quantitativo de sobrevagas para pessoas com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento, Altas Habilidades, Superdotação, dentre outros segmentos, cujo critério será utilizado no próximo processo seletivo.

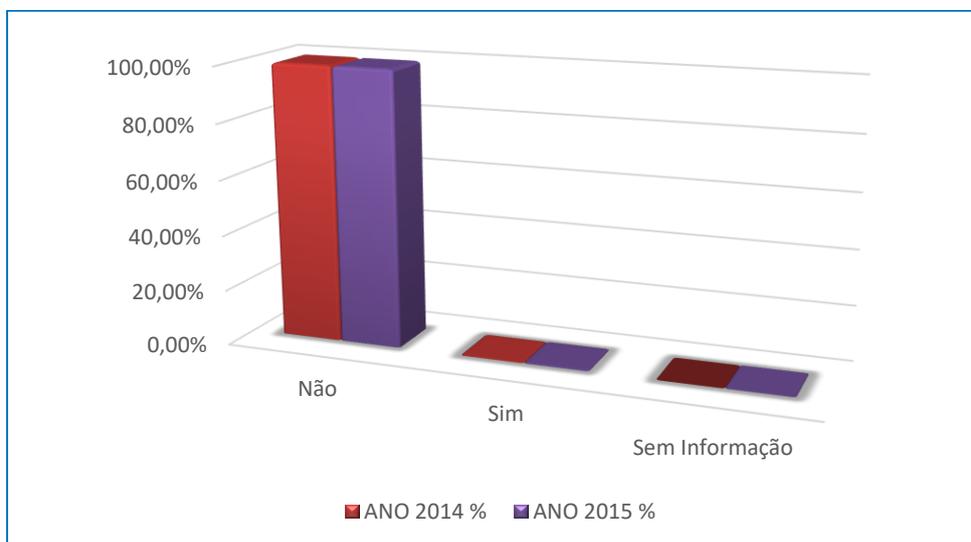
No âmbito da Uneb, de acordo com a Tabela 5 e Gráfico 13, nos anos de 2014 e 2015, houve a incidência de, respectivamente, 0,2% e 0,3% de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Embora este cenário esteja abaixo da expectativa nacional, observa-se que a Uneb teve uma tendência crescente condizente a realidade nacional.

Tabela 5 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da incidência da Deficiência/Transtorno Global do Desenvolvimento/Superdotação dos alunos em 2014 e 2015.

		IN_ALUNO_DEF_TGD_SUPER			Total	
		Não	Sim	Sem Informação		
ANO	2014	Contagem	30405	69	8	30482
		% em ANO	99,7%	0,2%	0,0%	100,0%
	2015	Contagem	27833	75	24	27932
		% em ANO	99,6%	0,3%	0,1%	100,0%
Total		Contagem	58238	144	32	58414
		% em ANO	99,7%	0,2%	0,1%	100,0%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

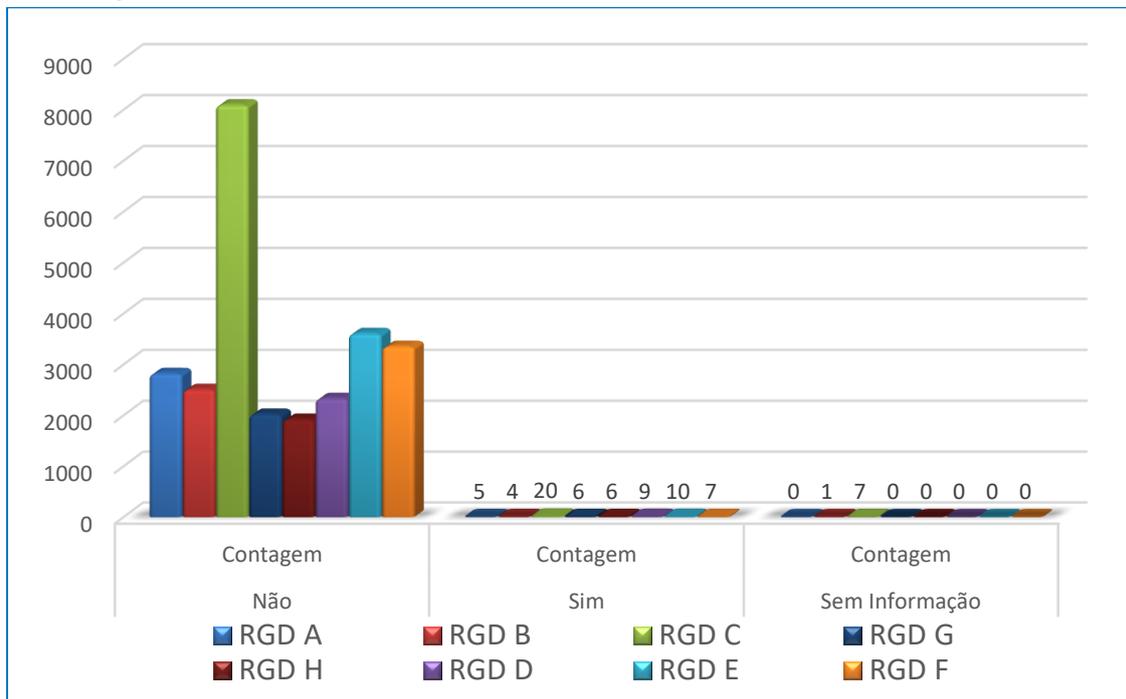
Gráfico 13 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da incidência da Deficiência/Transtorno Global do Desenvolvimento/Superdotação dos alunos em 2014 e 2015.



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

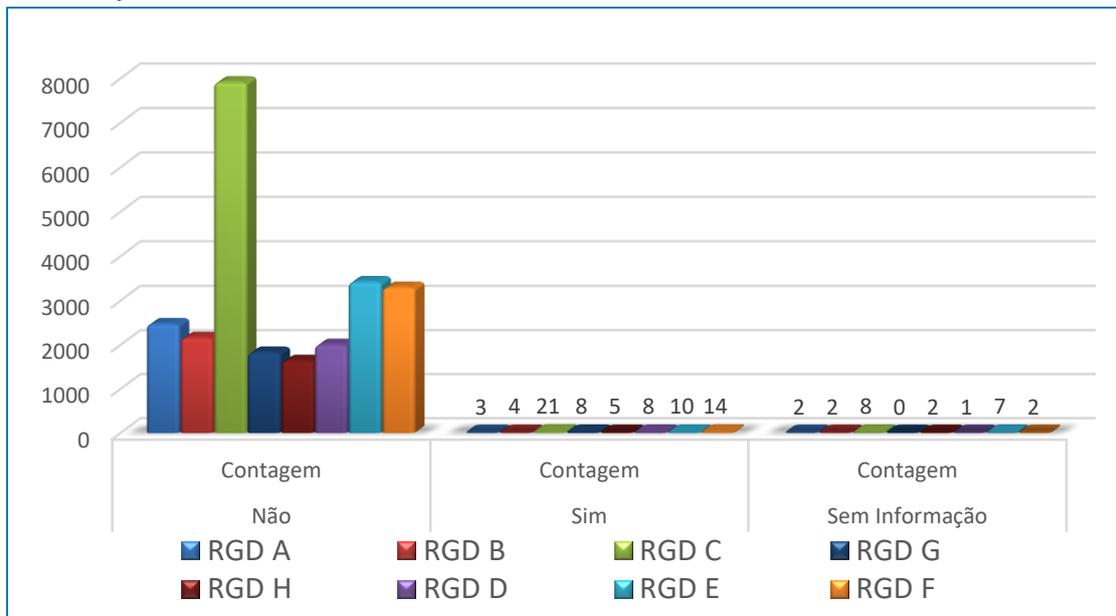
No tocante à situação das RGD da Uneb, no ano de 2014 (Gráfico 14), as RGD C e E, em relação aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, foram as que tiveram os maiores valores. Em relação ao ano de 2015 (Gráfico 15), as RGD C e F, em relação aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, foram as que tiveram os maiores valores. Em termos gerais, cada RGD apresentou um comportamento diferenciado a esta questão, e isto foi estatisticamente evidenciado com o cálculo da  $\chi^2_{p-valor}$  que em ambos os anos teve um valor de praticamente zero.

Gráfico 14 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da incidência da Deficiência/Transtorno Global do Desenvolvimento/Superdotação por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,235$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

Gráfico 15 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da incidência da Deficiência/Transtorno Global do Desenvolvimento/Superdotação por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,415$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

- **Reservas de Vagas para o aluno**

O programa de Reserva de Vagas nas instituições de ensino superior são parte integrante da política de ações afirmativas, para promover a representação e oportunidades iguais para grupos pertencentes ao segmento subordinado, excluído, devido a discriminação, conforme Heringer e Klitze (2017).

A Uneb, desde de 2002, implantou o programa de reserva de vagas. Para Ressureição e Sampaio (2017): "...a adoção de política de cotas nas universidades, enquanto política pública, colabora para a configuração identitária e para o reconhecimento de direitos e diferenças entre grupos étnicos (RESSUREIÇÃO; SAMPAIO, 2017, p.13 e 114).

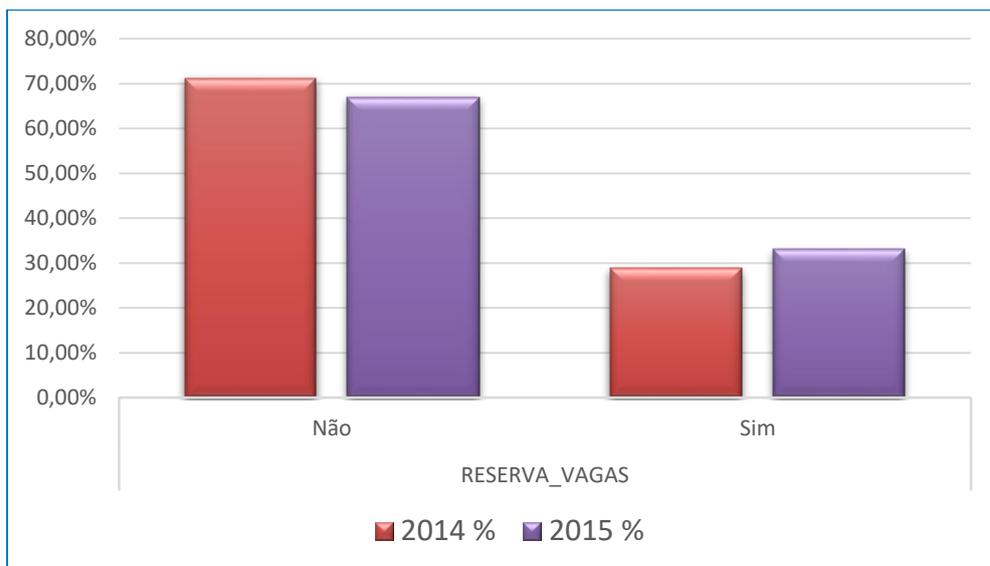
No período de 2014 a 2015 na Uneb, de acordo com a Tabela 6 e Gráfico 16, houve a disponibilização de, respectivamente, 28,8% e 33,0% de Reserva de Vagas para estudantes em razão da etnia e por terem concluído seus estudos de educação básica em escolas da rede pública.

Tabela 6 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Reserva de Vagas dos alunos em 2014 e 2015.

		RESERVA_VAGAS			
		Não	Sim	Total	
ANO	2014	Contagem	21709	8773	30482
		%	71,2%	28,8%	100,0%
	2015	Contagem	18711	9221	27932
		%	67,0%	33,0%	100,0%
Total		Contagem	40420	17994	58414
		%	69,2%	30,8%	100,0%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

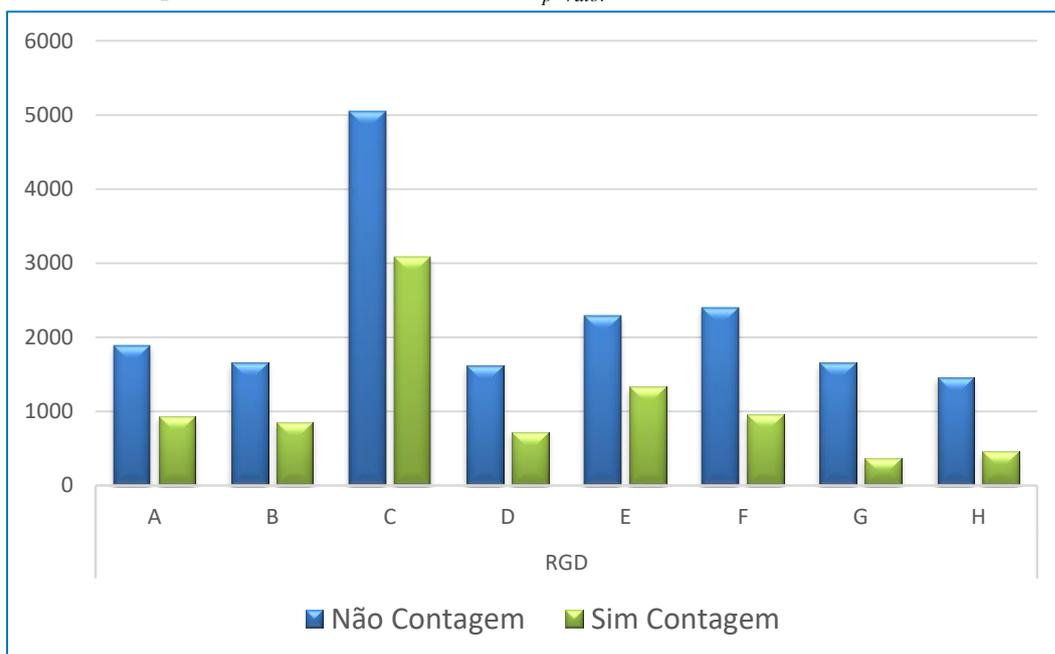
Gráfico 16 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Reserva de Vagas dos alunos em 2014 e 2015.



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

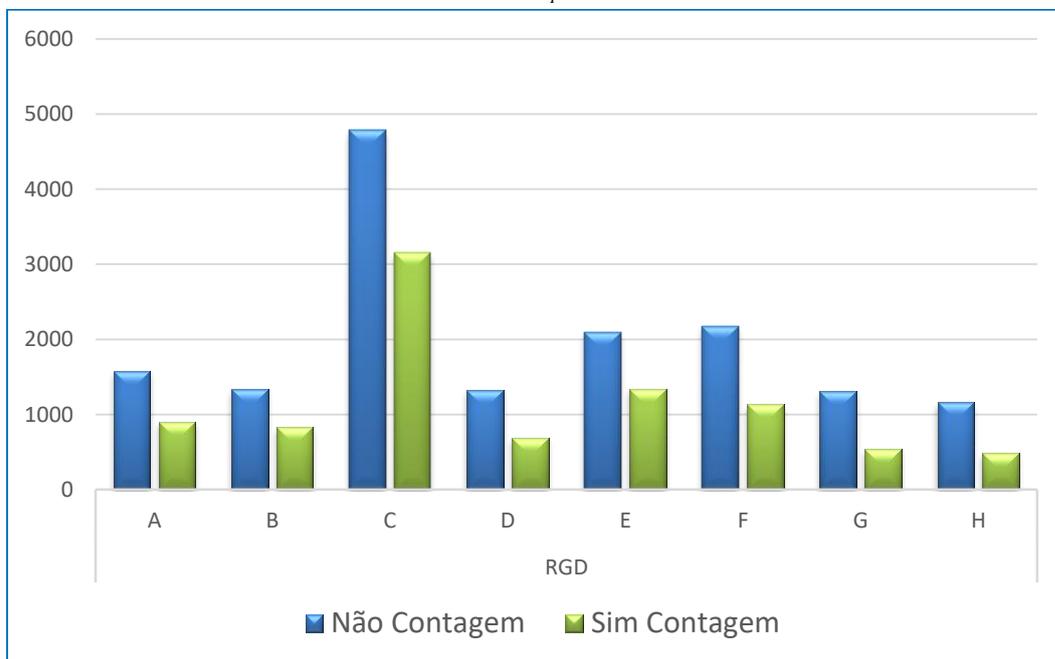
Referente à situação das RGD da Uneb, no ano de 2014 (Gráfico 17), as RGD C e F, em relação ao total geral de estudantes contemplado pelo critério de Reservas de Vagas, foram as que tiveram os maiores valores. Em relação ao ano de 2015 (Gráfico 18), as RGD C e F, em relação ao total geral de estudantes contemplado pelo critério de Reservas de Vagas, também foram as que tiveram os maiores valores. Em termos gerais, cada RGD apresentou um comportamento diferenciado a esta questão, e isto foi estatisticamente evidenciado com o cálculo da  $\chi^2_{p\text{-valor}}$  que em ambos os anos teve um valor de praticamente zero.

Gráfico 17 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Reserva de Vagas dos alunos por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

Gráfico 18 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição da Reserva de Vagas dos alunos por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

- **Apoio Social ao aluno**

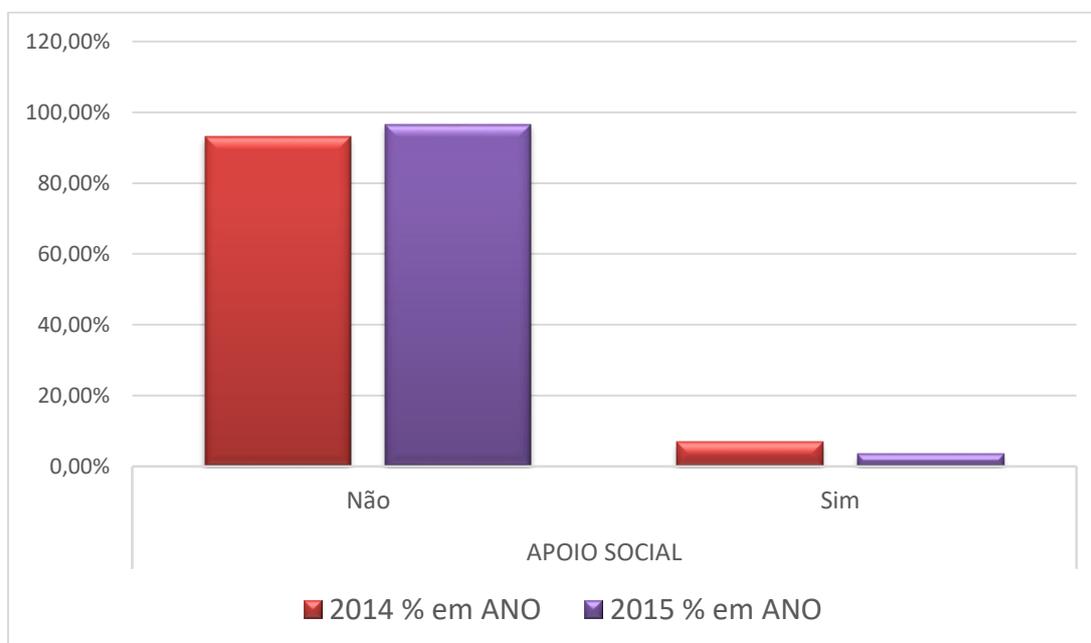
Em relação ao Apoio Social na UNEB, este tem sido um instrumento importante de política pública de combate à vulnerabilidade financeira dos estudantes, pois tem assegurado aos mesmos, direitos para frequentarem e permanecerem na instituição de ensino. Embora tenha tido uma redução de alunos que receberam algum tipo de Apoio Social do ano de 2014 (6,9%) para 2015 (3,4%) (Tabela 7 e Gráfico 19), devido à crise política e financeira que assolou o país neste período, a UNEB fez um esforço para manter este benefício dentro de suas possibilidades orçamentárias.

Tabela 7 – Universidade do Estado da Bahia - Distribuição de estudantes que receberam Apoio Social em 2014 e 2015.

		APOIO SOCIAL			
		Não	Sim	Total	
ANO	2014	Contagem	28393	2089	30482
		% em ANO	93,1%	6,9%	100,0%
	2015	Contagem	26970	962	27932
		% em ANO	96,6%	3,4%	100,0%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

Gráfico 19 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição dos alunos que receberam Apoio Social em 2014 e 2015.

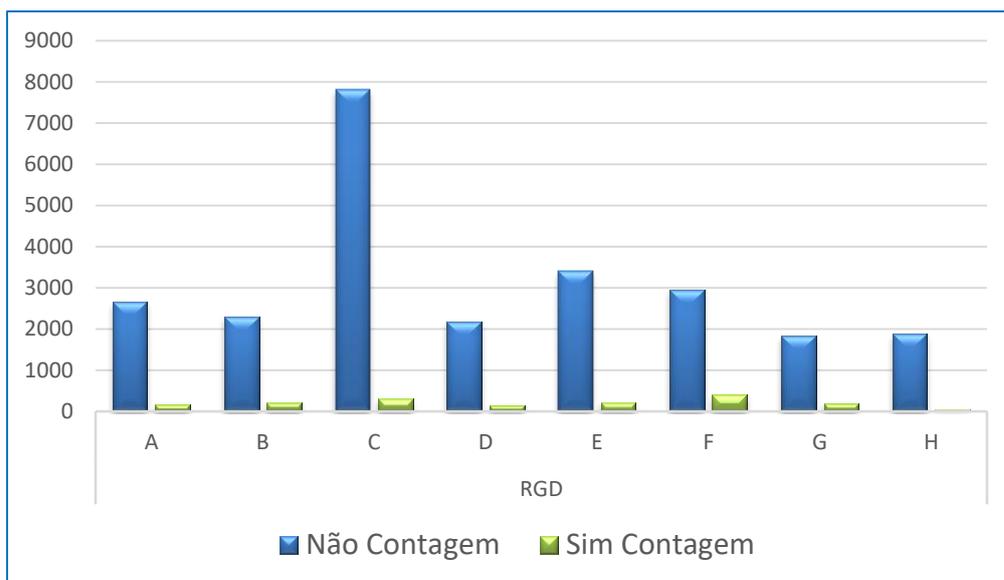


Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

Neste aspecto, estratificando a discussão para as RGD da Uneb, no ano de 2014 (Gráfico 20), as RGD C e E, do total geral, foram as que tiveram os maiores números de

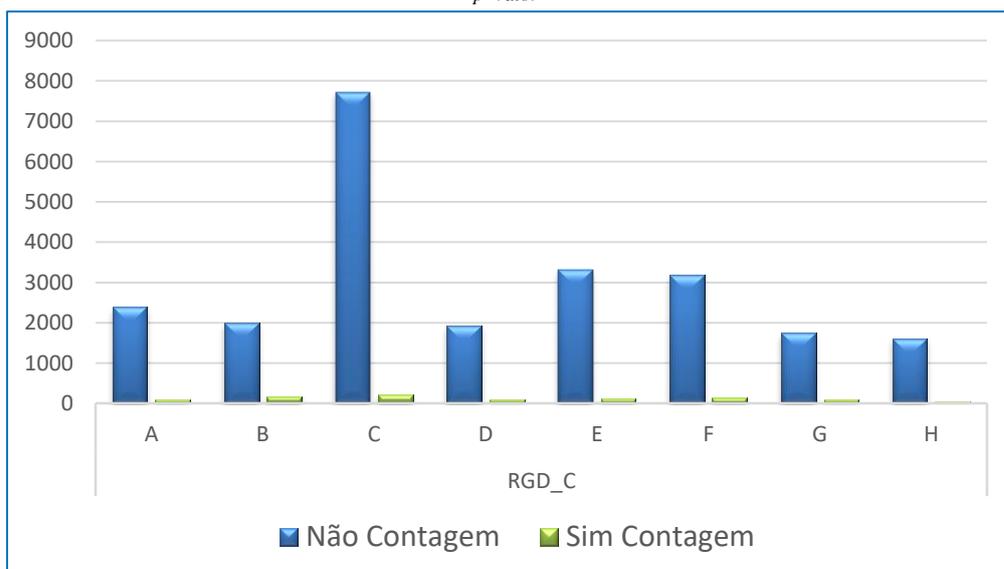
estudantes que tiveram Apoio Social. Por sua vez, no ano de 2015 (Gráfico 21), o mesmo padrão do ano anterior se repetiu. Em termos gerais, cada RGD apresentou um comportamento diferenciado em relação ao Apoio Social ofertado ao aluno, e isto foi estatisticamente evidenciado com o cálculo da  $\chi^2_{p-valor}$  que em ambos os anos teve um valor de praticamente zero.

Gráfico 20 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Apoio Social ao aluno por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

Gráfico 21 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Apoio Social ao aluno por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p-valor} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

- **Apoio Social modalidade Apoio Bolsa Permanência**

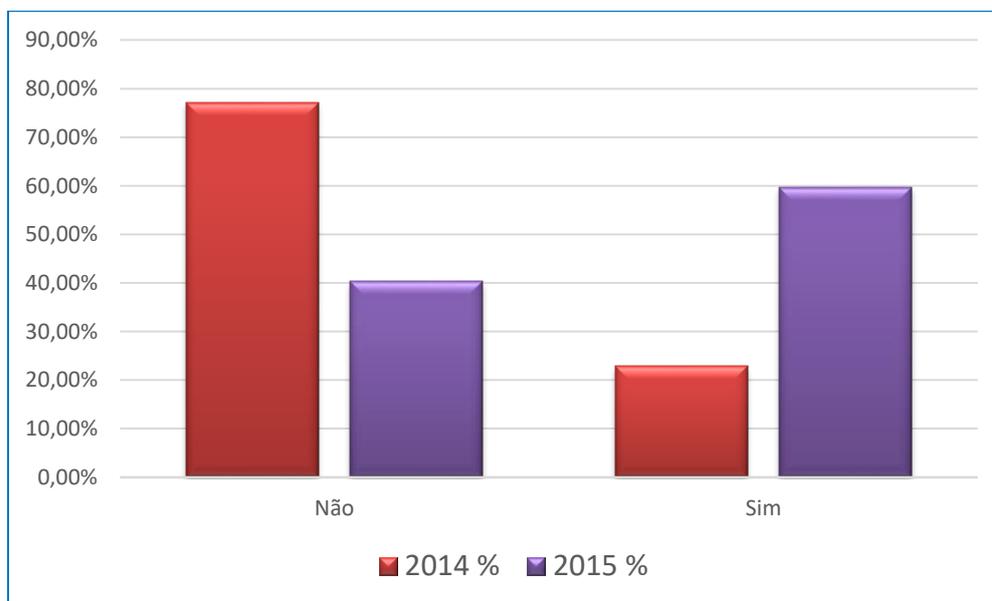
Estreitando a discussão para o Apoio a Bolsa Permanência, é ponto pacífico que esta ação contribui para permanência dos discentes, gerando sucesso no âmbito acadêmico no sentido de prevenir situações de retenção e evasão. Na Uneb, do grupo de alunos que receberam algum tipo de Apoio Social, houve um aumento de estudantes que receberam Apoio Bolsa Permanência do ano de 2014 (22,8%) para 2015 (59,7%) (Tabela 8 e Gráfico 22).

Tabela 8 - Universidade do Estado da Bahia- Número de estudantes que receberam Apoio Bolsa Permanência em 2014 e 2015.

		APOIO BOLSA PERMANENCIA			
		Não	Sim	Total	
ANO	2014	Contagem	1612	477	2089
		% em ANO	77,2%	22,8%	100,0%
	2015	Contagem	388	574	962
		% em ANO	40,3%	59,7%	100,0%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

Gráfico 22 – Universidade do Estado da Bahia- Número de estudantes que receberam Apoio Bolsa Permanência em 2014 e 2015.

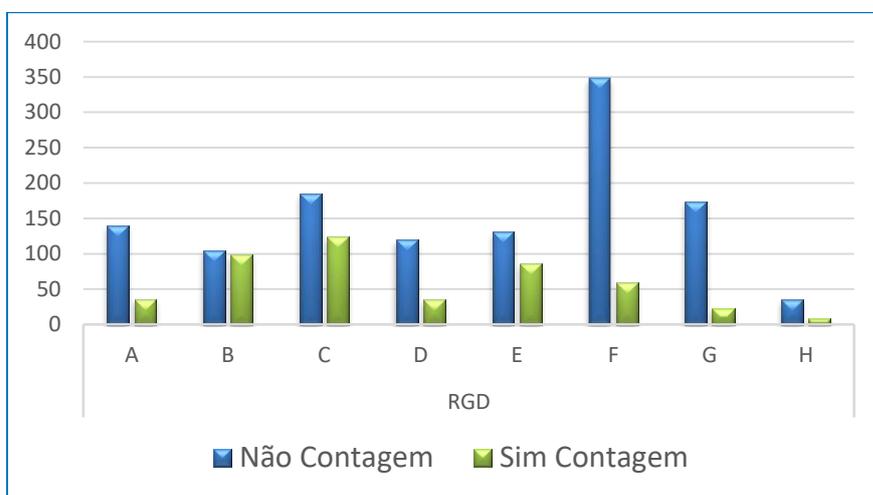


Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

Este cenário para as RGD da Uneb, no ano de 2014 (Gráfico 23), ficou da seguinte forma: as RGD C e E, do total geral, foram as que tiveram os maiores números de

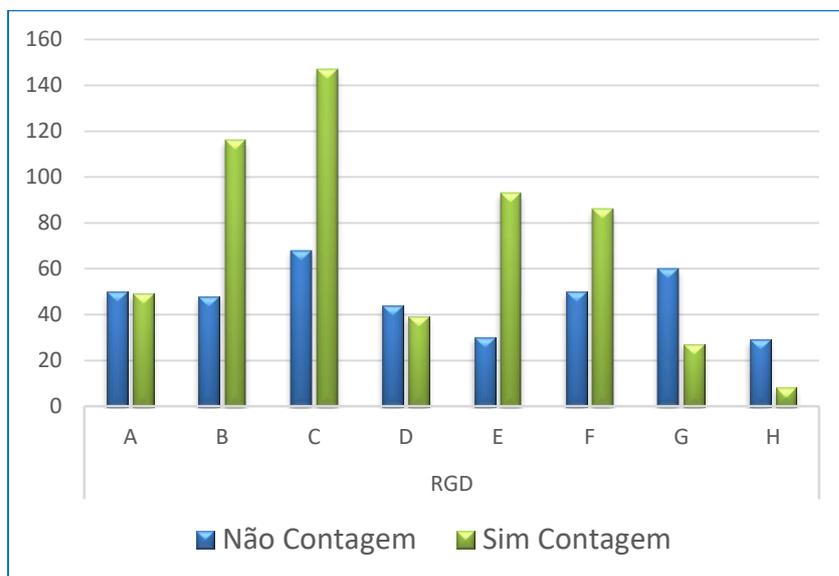
estudantes que tiveram Apoio Social modalidade Apoio Permanência. Por sua vez, no ano de 2015 (Gráfico 24), as RGD C e E, do total geral, também foram as que tiveram os maiores números de estudantes que foram beneficiados com Apoio Social modalidade Apoio Permanência. Em termos gerais, cada RGD apresentou um comportamento diferenciado em relação ao Apoio Social modalidade Apoio Permanência ofertado ao aluno, e isto foi estatisticamente evidenciado com o cálculo da  $\chi^2_{p\text{-valor}}$  que em ambos os anos teve um valor de praticamente zero.

Gráfico 23 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Apoio Social modalidade Apoio Permanência ao aluno por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

Gráfico 24 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Apoio Social modalidade Apoio Permanência ao aluno por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

- **Apoio Social modalidade Apoio Moradia**

Outra face desse mesmo prisma é o Apoio Social modalidade Apoio Moradia, que no ambiente acadêmico representa a viabilização de recursos financeiros, ou vagas nas residências universitárias para estudantes carentes advindos de localidades distantes. A residência universitária é uma questão estratégica na implementação de políticas de Assistência Estudantil. Neste ponto Imperatori (2017) faz a seguinte reflexão:

Em relação à moradia estudantil, por exemplo, em algumas instituições existem residências universitárias, onde é disponibilizada toda a infraestrutura, tal como quartos mobilizados e com eletrodomésticos, enquanto em outras é fornecida uma bolsa destinada ao pagamento dos gastos com moradia com valores variados (IMPERATORI, 2017, p. 295).

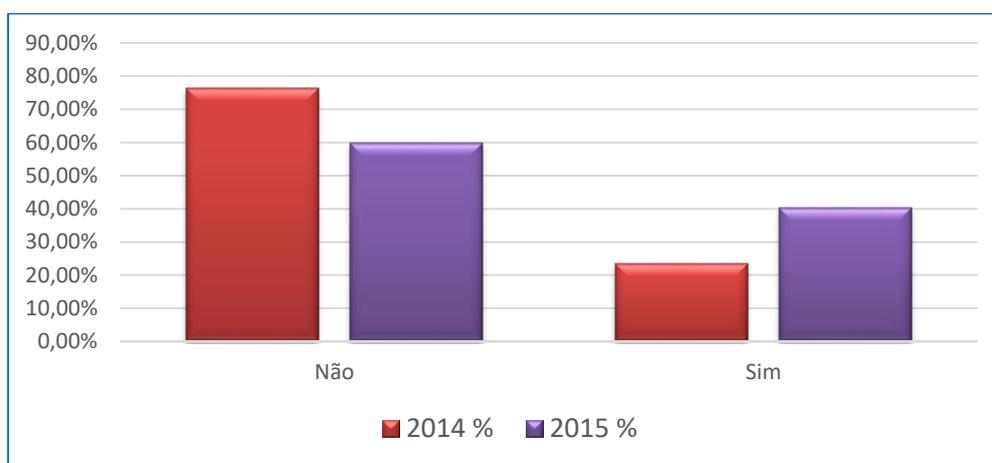
Em relação a Uneb, o Apoio a Moradia, nos anos de 2014 e 2015, foi realizado através da viabilização de processos seletivos para ingresso nas residências universitárias. O resultado destas ações pode ser constatado na Tabela 9 e Gráfico 25, na qual, observa-se um decréscimo de estudantes que receberam Apoio Moradia do ano de 2014 (490) para 2015 (388). Contudo, em termos relativos, o percentual aumentou de um ano para outro, ou seja, em 2014 passou de 23,5% para 40,3% (Tabela 9 e Gráfico 25), evidenciando uma situação favorável à política de Assistência Estudantil.

Tabela 9 - Universidade do Estado da Bahia-Número de estudantes que receberam Apoio Moradia em 2014 e 2015.

		APOIO MORADIA			
		Não	Sim	Total	
ANO	2014	Contagem	1599	490	2089
		%	76,5%	23,5%	100,0%
	2015	Contagem	574	388	962
		%	59,7%	40,3%	100,0%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

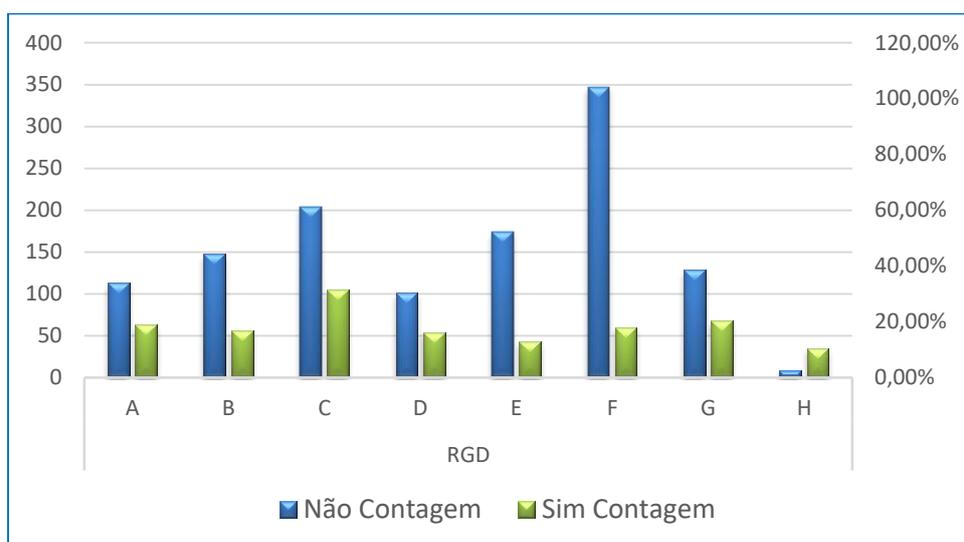
Gráfico 25 – Universidade do Estado da Bahia-Número de estudantes que receberam Apoio Moradia em 2014 e 2015.



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

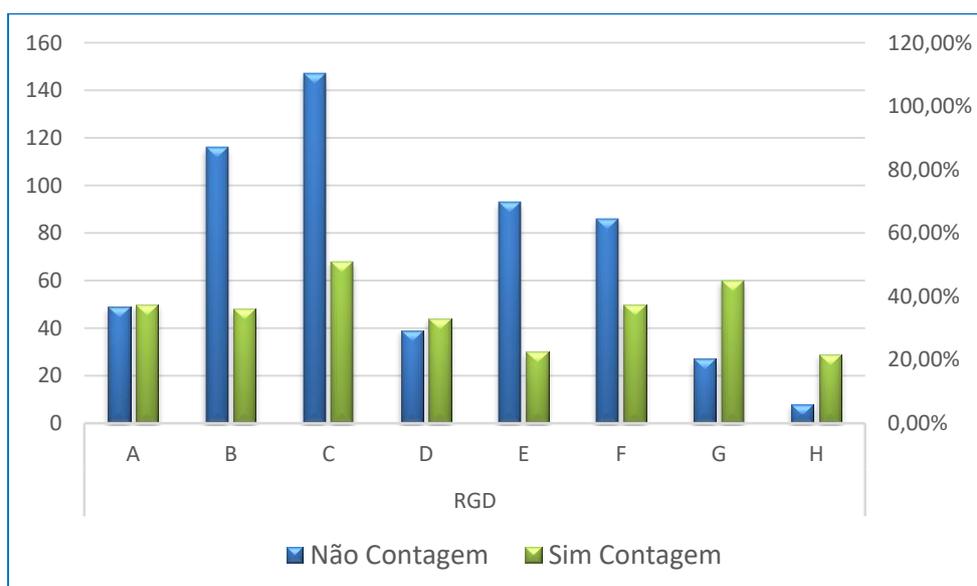
Do ponto de vista das RGD da Uneb, no ano de 2014 (Gráfico 26), as RGD C e G, em relação ao total geral dos estudantes que receberam Apoio Social modalidade Apoio Moradia, foram as que tiveram os maiores valores. Por sua vez, no ano de 2015 (Gráfico 27), as RGD C e G, do total geral, também foram as que tiveram os maiores números de estudantes que foram beneficiados com Apoio Social modalidade Apoio Moradia. Em termos gerais, cada RGD apresentou um comportamento diferenciado em relação ao Apoio Social modalidade Apoio Moradia ofertado ao aluno, e isto foi estatisticamente evidenciado com o cálculo da  $\chi^2_{p-valor}$  que em ambos os anos teve um valor de praticamente zero.

Gráfico 26 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Apoio Social modalidade Apoio Moradia ao aluno por RGD no ano de 2014 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

Gráfico 27 - Universidade do Estado da Bahia - Distribuição do Apoio Social modalidade Apoio Moradia ao aluno por RGD no ano de 2015 ( $\chi^2_{p\text{-valor}} = 0,000$ ).



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior- INEP (2014;2015).

## 6.2 Caracterização Multivariável da Assistência Estudantil

As caracterizações univariáveis e bivariáveis realizadas, podem ser ampliadas para uma caracterização multivariável, com o fito de se ter um mapeamento das similaridades entre as RGD da Uneb. Com isso, foi construído um escalonamento

multidimensional a partir de uma tabela de contingência de um conjunto de variáveis correlatas às ações da Assistência Estudantil.

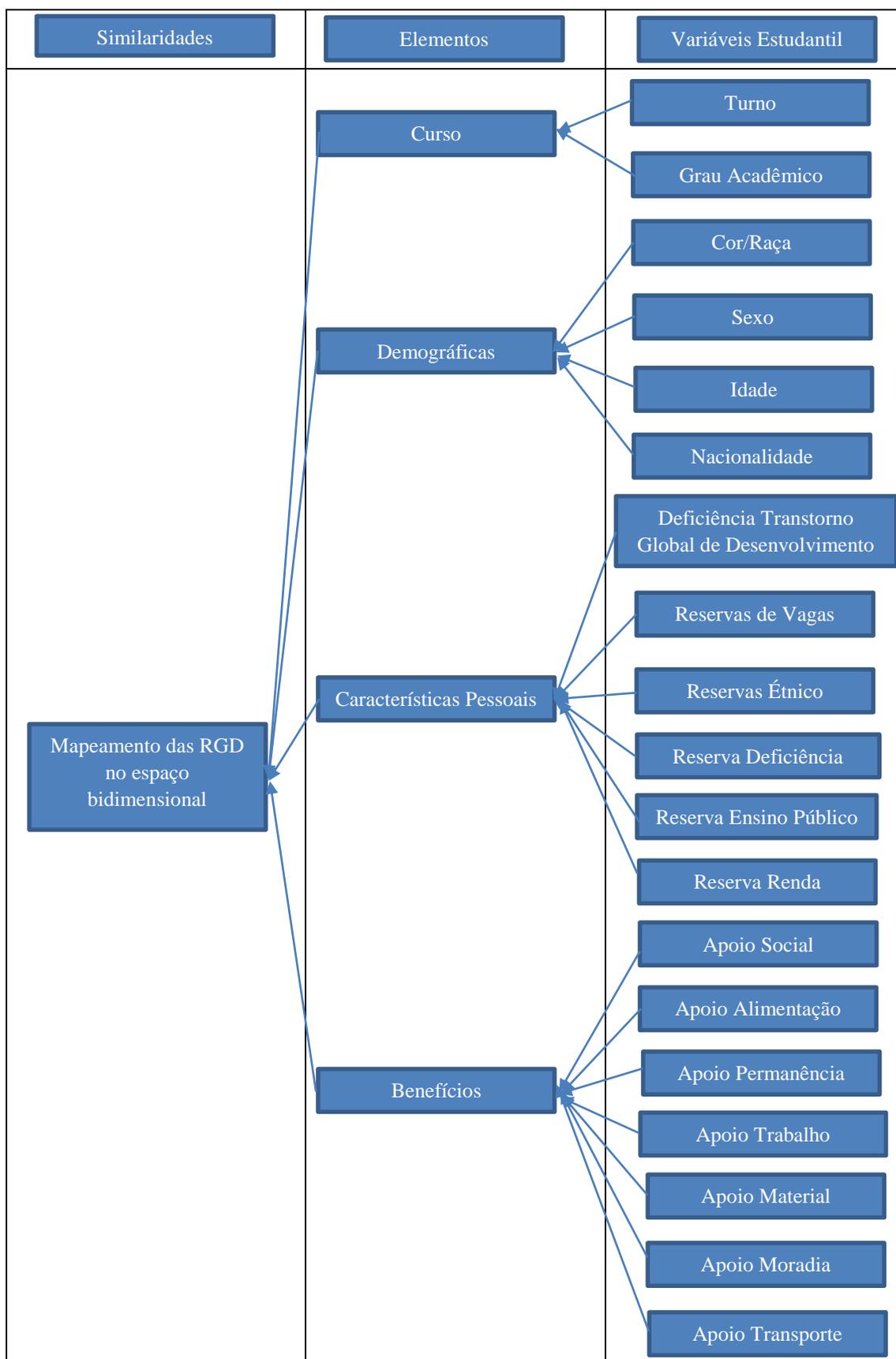
Até o momento, as análises estatísticas dos dados dão conta que as variáveis estudadas têm uma condicionalidade significativa com as RGD, e que grupos de RGD com perfis semelhantes podem ser identificados de acordo com a perspectiva de cada uma destas variáveis. Dessa forma, um procedimento de mapeamento de grupos pode ser feito considerando simultaneamente diversas variáveis utilizando uma metodologia estatística do escalonamento multidimensional.

Hair Jr. et al. (2005) define que o escalonamento multidimensional é uma representação geométrica de similaridades (mapas) entre objetos (na presente pesquisa definida como RGD) em duas ou mais dimensões, ou seja, possibilita representar similaridades em um espaço possível de ser visualizado. Desta forma, as similaridades entre objetos são refletidas nesses mapas de tal modo que objetos semelhantes estão próximos.

Diante disso, pode-se fazer um escalonamento multidimensional para obter um mapeamento das similaridades em duas dimensões da proximidade entre as RGD da Uneb, tomando-se como características de referência as variáveis correlatas às ações de Assistência Estudantil até aqui discutidas. Contudo, no sentido de promover um reconhecimento de padrões de proximidade mais robusto, preferiu-se na presente análise de dados incorporar outras características neste processo, quais sejam: Turno; Grau Acadêmico; Nacionalidade; Pessoa com Deficiência; Reserva de Vagas; Reserva Étnico; Reserva Deficiência; Reserva Ensino Público; Reserva Renda Familiar, Apoio Social modalidade Apoio Alimentação; Apoio Social modalidade Apoio Trabalho; Apoio Social modalidade Apoio Material Didático e Apoio Social modalidade Apoio Transporte.

Na Figura 9 está descrito esquematicamente os elementos da Assistência Estudantil com suas respectivas variáveis que foram utilizadas na construção do escalonamento multidimensional das RGD da Uneb.

Figura 9 – Esquema de construção do Escalonamento Multidimensional.



Fonte: Elaboração Própria.

Dessa forma, a partir das matrizes de dados (Tabela 30 e 31) foi feito o escalonamento multidimensional, respectivamente, para ano de 2014 e 2015 e seus mapas perceptuais foram obtidos, conforme pode ser observado na Figura 10.

Fazendo uma inspeção visual, pode-se identificar três grupos de RGD para o ano de 2014: Grupo 1 -RGD C, Grupo 2 – RGD A, B, D e E, e Grupo 3 – RGD F (Figura 10a). Para o ano de 2015 também se identifica três de grupos de RGD: Grupo 1 – RGD C, Grupo 2 – RGD A, B, D, F e H e Grupo 3 – RGD E (Figura 10b). A partir desta identificação as matrizes de dados foram rearranjadas para permitir um melhor diagnóstico para o ano de 2014 e 2015, conforme pode ser constatado, respectivamente, nas Tabelas 32 e 33.

Com isso, é possível identificar, com auxílio da Figura 10 e das Tabelas 32 e 33 que o ano 2015, em comparação ao ano de 2014, teve uma alteração de padrão na distribuição de frequência das variáveis nas RGD da Uneb. Contudo, a RGD C se manteve um comportamento isolado, em outros termos, a distribuição de frequência das variáveis, correlatas às ações de Assistência Estudantil, teve uma alteração de padrão fora da RGD C.

Tabela 10 - Universidade do Estado da Bahia- Matriz da distribuição de frequência das RGD em relação às categorias de variáveis correlatas às Ações de Assistência estudantil do ano de 2014.

VARIÁVEIS	CATEGORIAS	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RGD (%)								TOTAL
		A	B	C	D	E	F	G	H	
CO_TURNO_ALUNO	Matutino	8,98	9,83	51,17	4,40	9,83	5,29	3,20	7,31	100,00
	Vespertino	13,26	3,66	27,77	8,53	19,84	13,60	6,93	6,43	100,00
	Noturno	13,26	9,71	20,23	13,72	13,80	15,94	9,27	4,06	100,00
	Integral	7,10	12,62	29,27	6,66	11,40	13,07	9,07	10,81	100,00
CO_GRAU_ACADEMICO	Bacharelado	11,25	3,92	51,17	5,67	15,36	9,39	1,69	1,55	100,00
	Licenciatura	10,17	12,64	18,07	10,58	12,45	14,45	11,08	10,56	100,00
CO_COR_RACA_ALUNO	Não Declarou	11,59	9,71	27,24	9,93	13,20	11,97	8,48	7,88	100,00
	Branca	8,46	13,60	29,64	4,51	13,44	13,68	5,30	11,38	100,00
	Preta	9,44	8,63	36,31	8,13	14,24	12,39	6,05	4,81	100,00
	Parda	9,62	8,60	32,63	7,10	13,36	13,91	7,72	7,05	100,00
	Amarela	6,38	6,38	23,40	4,26	17,02	8,51	10,64	23,40	100,00
	Indígena	5,06	0,56	34,83	3,93	19,10	29,78	0,00	6,74	100,00
IN_SEXO_ALUNO	Masculino	9,58	7,39	33,71	7,39	15,47	12,56	6,55	7,35	100,00
	Feminino	11,02	10,31	28,89	9,37	12,65	12,57	8,05	7,14	100,00
NU_IDADE_ALUNO (Categorizado)	< 24	9,90	10,10	34,80	6,50	13,90	12,30	5,90	6,60	100,00
	24  --- 30	11,00	9,80	31,90	8,30	14,50	12,60	6,10	5,80	100,00
	30  --- 36	9,90	7,70	27,80	9,50	14,00	14,60	9,50	7,00	100,00

	36  --- 42	8,70	4,90	26,50	10,00	14,30	16,40	12,20	7,00	100,00
	42  --- 48	9,00	3,70	29,20	10,30	10,40	17,10	11,40	9,00	100,10
	48  --- 54	6,80	3,70	29,20	12,20	10,10	16,20	12,50	9,40	100,10
	54  --- 60	5,40	0,70	46,30	15,00	6,80	12,20	7,50	6,10	100,00
	60  --- 66	10,50	2,60	36,80	7,90	2,60	18,40	21,10	0,00	99,90
	66  --- 72	0,00	0,00	66,70	33,30	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
	> 72	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
CO_NACIONALIDADE_ALUNO	Brasileira	10,57	9,40	30,38	8,75	13,53	12,57	7,59	7,21	100,00
	Estrangeira	8,33	0,00	58,33	16,67	16,67	0,00	0,00	0,00	100,00
IN_ALUNO_DEF_TGD_SUPER	Não	10,58	9,41	30,37	8,74	13,53	12,58	7,58	7,21	100,00
	Sim	7,46	5,97	29,85	13,43	14,93	10,45	8,96	8,96	100,00
	Sem Informação	0,00	12,50	87,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
IN_RESERVA_VAGAS	Não	10,50	9,21	27,99	8,99	12,68	13,32	9,19	8,12	100,00
	Sim	10,73	9,79	35,35	8,26	15,28	11,01	4,26	5,32	100,00
IN_RESERVA_ETNICO	Sim	10,73	9,79	35,35	8,26	15,28	11,01	4,26	5,32	100,00
IN_RESERVA_DEFICIENCIA	Não	10,73	9,79	35,35	8,26	15,28	11,01	4,26	5,32	100,00
IN_RESERVA_ENSINO_PUBLICO	Não	10,73	9,79	35,35	8,26	15,28	11,01	4,26	5,32	100,00
IN_RESERVA_RENDA_FAMILIAR	Não	10,73	9,79	35,35	8,26	15,28	11,01	4,26	5,32	100,00
IN_APOIO_SOCIAL	Não	10,59	9,22	31,23	8,73	13,59	11,80	7,31	7,52	100,00
	Sim	10,30	11,94	18,08	9,07	12,70	23,82	11,53	2,57	100,00
IN_APOIO_ALIMENTACAO	Não	9,24	12,10	18,40	8,65	13,64	26,39	10,48	1,10	100,00
	Sim	14,49	11,30	16,81	10,72	8,99	13,62	15,65	8,41	100,00
IN_APOIO_BOLSA_PERMANENCIA	Não	11,31	8,48	14,94	9,69	10,58	28,11	14,05	2,83	100,00
	Sim	7,64	21,02	26,33	7,43	18,26	12,53	4,88	1,91	100,00
IN_APOIO_BOLSA_TRABALHO	Não	10,30	11,94	18,08	9,07	12,70	23,82	11,53	2,57	100,00
IN_APOIO_MATERIAL_DIDATICO	Não	10,38	16,35	23,90	9,33	13,63	12,26	9,54	4,61	100,00
	Sim	10,20	6,36	10,73	8,74	11,52	38,41	14,04	0,00	100,00
IN_APOIO_MORADIA	Não	9,22	12,08	16,65	8,24	14,20	28,33	10,53	0,73	100,00
	Sim	13,02	11,57	21,69	11,16	8,88	12,40	14,05	7,23	100,00
IN_APOIO_TRANSPORTE	Não	10,30	11,94	18,08	9,07	12,70	23,82	11,53	2,57	100,00

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior-INEP / 2014

Tabela 11- Universidade do Estado da Bahia- Matriz da distribuição de frequência das RGD em relação às categorias de variáveis correlatas às Ações de Assistência estudantil do ano de 2015.

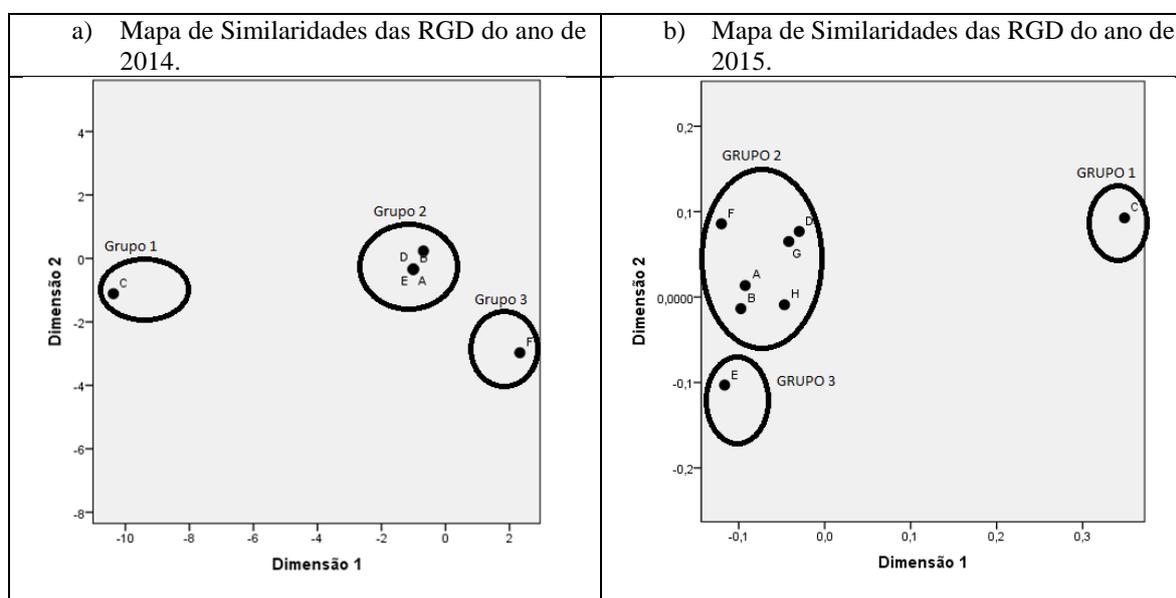
VARIÁVEIS	CATEGORIAS	RGD								TOTAL
		A	B	C	D	E	F	G	H	
CO_TURNO_ALUNO	Matutino	8,10	9,10	52,30	5,50	9,60	4,10	3,10	8,20	100,00

VARIÁVEIS	CATEGORIAS	RGD								TOTAL
		A	B	C	D	E	F	G	H	
	Vespertino	13,40	3,90	30,70	8,80	20,50	9,00	6,70	7,00	100,00
	Noturno	14,60	9,60	21,40	14,10	11,20	14,00	10,30	4,80	100,00
	Integral	4,50	10,50	30,80	3,40	15,00	20,90	7,60	7,30	100,00
CO_GRAU_ACADEMICO	Bacharelado	10,50	3,80	51,10	5,60	15,40	9,40	2,40	1,80	100,00
	Licenciatura	9,60	12,00	19,10	9,80	12,80	16,00	10,80	9,90	100,00
CO_COR_RACA_ALUNO	Não Declarou	11,20	7,50	30,70	8,90	13,10	13,90	8,40	6,30	100,00
	Branca	8,70	14,90	27,40	5,00	14,30	12,70	5,50	11,50	100,00
	Preta	9,50	8,40	36,00	8,50	14,30	12,10	6,00	5,20	100,00
	Parda	8,70	9,90	30,70	7,30	14,30	13,40	8,20	7,50	100,00
	Amarela	10,10	5,80	26,30	4,30	23,20	7,20	7,20	15,90	100,00
	Indígena	6,00	0,00	34,50	4,90	19,10	31,10	0,00	4,40	100,00
IN_SEXO_ALUNO	Masculino	8,50	6,80	35,30	7,10	16,00	12,80	6,80	6,70	100,00
	Feminino	10,70	9,60	30,40	8,60	12,80	13,60	7,70	6,60	100,00
NU_IDADE_ALUNO (Categorizado)	< 24	9,90	10,10	34,80	6,50	13,90	12,30	5,90	6,60	100,00
	24  --- 30	11,00	9,80	31,90	8,30	14,50	12,60	6,10	5,80	100,00
	30  --- 36	9,90	7,70	27,80	9,50	14,00	14,60	9,50	7,00	100,00
	36  --- 42	8,70	4,90	26,50	10,00	14,30	16,40	12,20	7,00	100,00
	42  --- 48	9,00	3,70	29,10	10,30	10,40	17,10	11,40	9,00	100,00
	48  --- 54	6,80	3,70	29,10	12,20	10,10	16,20	12,50	9,40	100,00
	54  --- 60	5,40	0,70	46,30	15,00	6,80	12,20	7,50	6,10	100,00
	60  --- 66	10,50	2,60	36,90	7,90	2,60	18,40	21,10	0,00	100,00
	66  --- 72	0,00	0,00	66,70	33,30	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
	> 72	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
CO_NACIONALIDADE_ALUNO	Brasileira	10,00	8,70	32,10	8,10	13,80	13,30	7,40	6,60	100,00
	Estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
IN_ALUNO_DEF_TGD_SUPER	Não	10,00	8,70	32,10	8,10	13,80	13,30	7,40	6,60	100,00
	Sim	4,10	5,50	28,70	11,00	13,70	19,20	11,00	6,80	100,00
	Sem Informação	8,30	8,30	33,40	4,20	29,20	8,30	0,00	8,30	100,00
IN_RESERVA_VAGAS	Não	10,00	8,50	30,30	8,40	13,30	13,80	8,30	7,40	100,00
	Sim	9,90	9,20	34,80	7,60	14,80	12,50	5,90	5,30	100,00
IN_RESERVA_ETNICO	Sim	9,90	9,20	34,80	7,60	14,80	12,50	5,90	5,30	100,00
IN_RESERVA_DEFICIENCIA	Não	9,90	9,20	34,80	7,60	14,80	12,50	5,90	5,30	100,00
IN_RESERVA_ENSINO_PUBLICO	Não	9,90	9,20	34,80	7,60	14,80	12,50	5,90	5,30	100,00
IN_RESERVA_RENDA_FAMILIAR	Não	9,90	9,20	34,80	7,60	14,80	12,50	5,90	5,30	100,00
IN_APOIO_SOCIAL	Não	10,00	8,40	32,30	8,10	13,90	13,30	7,30	6,70	100,00
	Sim	10,50	17,40	22,80	8,80	13,00	14,40	9,20	3,90	100,00
IN_APOIO_ALIMENTACAO	Não	10,50	17,40	22,80	8,80	13,00	14,40	9,20	3,90	100,00
	Sim	13,20	12,70	17,90	11,60	7,90	13,20	15,80	7,70	100,00
IN_APOIO_BOLSA_PERMANENCIA	Não	8,70	20,50	26,00	6,90	16,50	15,20	4,80	1,40	100,00

VARIÁVEIS	CATEGORIAS	RGD								TOTAL
		A	B	C	D	E	F	G	H	
	Sim	10,50	17,40	22,80	8,80	13,00	14,40	9,20	3,90	100,00
IN_APOIO_BOLSA_TRABALHO	Não	10,50	17,40	22,80	8,80	13,00	14,40	9,20	3,90	100,00
IN_APOIO_MATERIAL_DIDATICO	Não	8,70	20,50	26,00	6,90	16,50	15,20	4,80	1,40	100,00
	Sim	13,20	12,70	17,90	11,60	7,90	13,20	15,80	7,70	100,00
IN_APOIO_MORADIA	Não	8,70	20,50	26,00	6,90	16,50	15,20	4,80	1,40	100,00
	Sim	13,20	12,70	17,90	11,60	7,90	13,20	15,80	7,70	100,00
IN_APOIO_TRANSPORTE	Não	10,50	17,40	22,80	8,80	13,00	14,40	9,20	3,90	100,00

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior-INEP / 2015

Figura 10 – Mapas Perceptuais das RGD da Uneb nos anos de 2014 e 2015.



Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 12 - Universidade do Estado da Bahia- Matriz da distribuição de frequência das RGD em relação às categorias de variáveis correlatas às Ações de Assistência estudantil do ano de 2014.

VARIÁVEIS	CATEGORIAS	RGD								TOTAL (%)
		C	A	B	D	E	G	H	F	
		GRUPO 1	GRUPO 2						GRUPO 3	
CO_TURNO_ALUNO	Matutino	51,17	8,98	9,83	4,40	9,83	3,20	7,31	5,29	100,00
	Vespertino	27,77	13,26	3,66	8,53	19,84	6,93	6,43	13,60	100,00
	Noturno	20,23	13,26	9,71	13,72	13,80	9,27	4,06	15,94	100,00
	Integral	29,27	7,10	12,62	6,66	11,40	9,07	10,81	13,07	100,00
CO_GRAU_ACADEMICO	Bacharelado	51,17	11,25	3,92	5,67	15,36	1,69	1,55	9,39	100,00
	Licenciatura	18,07	10,17	12,64	10,58	12,45	11,08	10,56	14,45	100,00

CO_COR_RACA_ALUNO	Não Declarou	27,24	11,59	9,71	9,93	13,20	8,48	7,88	11,97	100,00
	Branca	29,64	8,46	13,60	4,51	13,44	5,30	11,38	13,68	100,00
	Preta	36,31	9,44	8,63	8,13	14,24	6,05	4,81	12,39	100,00
	Parda	32,63	9,62	8,60	7,10	13,36	7,72	7,05	13,91	100,00
	Amarela	23,40	6,38	6,38	4,26	17,02	10,64	23,40	8,51	100,00
	Indígena	34,83	5,06	0,56	3,93	19,10	0,00	6,74	29,78	100,00
IN_SEXO_ALUNO	Masculino	33,71	9,58	7,39	7,39	15,47	6,55	7,35	12,56	100,00
	Feminino	28,89	11,02	10,31	9,37	12,65	8,05	7,14	12,57	100,00
NU_IDADE_ALUNO (Categorizado)	< 24	34,80	9,90	10,10	6,50	13,90	5,90	6,60	12,30	100,00
	24  --- 30	31,90	11,00	9,80	8,30	14,50	6,10	5,80	12,60	100,00
	30  --- 36	27,80	9,90	7,70	9,50	14,00	9,50	7,00	14,60	100,00
	36  --- 42	26,50	8,70	4,90	10,00	14,30	12,20	7,00	16,40	100,00
	42  --- 48	29,20	9,00	3,70	10,30	10,40	11,40	9,00	17,10	100,10
	48  --- 54	29,20	6,80	3,70	12,20	10,10	12,50	9,40	16,20	100,10
	54  --- 60	46,30	5,40	0,70	15,00	6,80	7,50	6,10	12,20	100,00
	60  --- 66	36,80	10,50	2,60	7,90	2,60	21,10	0,00	18,40	99,90
	66  --- 72	66,70	0,00	0,00	33,30	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
> 72	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
CO_NACIONALIDADE_ALUNO	Brasileira	30,38	10,57	9,40	8,75	13,53	7,59	7,21	12,57	100,00
	Estrangeira	58,33	8,33	0,00	16,67	16,67	0,00	0,00	0,00	100,00
IN_ALUNO_DEF_TGD_SUPER	Não	30,37	10,58	9,41	8,74	13,53	7,58	7,21	12,58	100,00
	Sim	29,85	7,46	5,97	13,43	14,93	8,96	8,96	10,45	100,00
	Sem Informação	87,50	0,00	12,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
IN_RESERVA_VAGAS	Não	27,99	10,50	9,21	8,99	12,68	9,19	8,12	13,32	100,00
	Sim	35,35	10,73	9,79	8,26	15,28	4,26	5,32	11,01	100,00
IN_RESERVA_ETNICO	Sim	35,35	10,73	9,79	8,26	15,28	4,26	5,32	11,01	100,00
IN_RESERVA_DEFICIENTIA	Não	35,35	10,73	9,79	8,26	15,28	4,26	5,32	11,01	100,00
IN_RESERVA_ENSINO_PUBICO	Não	35,35	10,73	9,79	8,26	15,28	4,26	5,32	11,01	100,00
IN_RESERVA_RENDA_FAMILIAR	Não	35,35	10,73	9,79	8,26	15,28	4,26	5,32	11,01	100,00
IN_APOIO_SOCIAL	Não	31,23	10,59	9,22	8,73	13,59	7,31	7,52	11,80	100,00
	Sim	18,08	10,30	11,94	9,07	12,70	11,53	2,57	23,82	100,00
IN_APOIO_ALIMENTACAO	Não	18,40	9,24	12,10	8,65	13,64	10,48	1,10	26,39	100,00
	Sim	16,81	14,49	11,30	10,72	8,99	15,65	8,41	13,62	100,00
IN_APOIO_BOLSA_PERMANENCIA	Não	14,94	11,31	8,48	9,69	10,58	14,05	2,83	28,11	100,00
	Sim	26,33	7,64	21,02	7,43	18,26	4,88	1,91	12,53	100,00
IN_APOIO_BOLSA_TRABALHO	Não	18,08	10,30	11,94	9,07	12,70	11,53	2,57	23,82	100,00
	Não	23,90	10,38	16,35	9,33	13,63	9,54	4,61	12,26	100,00

IN_APOIO_MATERIAL_DIDATICO	Sim	10,73	10,20	6,36	8,74	11,52	14,04	0,00	38,41	100,00
IN_APOIO_MORADIA	Não	16,65	9,22	12,08	8,24	14,20	10,53	0,73	28,33	100,00
	Sim	21,69	13,02	11,57	11,16	8,88	14,05	7,23	12,40	100,00
IN_APOIO_TRANSPORTE	Não	18,08	10,30	11,94	9,07	12,70	11,53	2,57	23,82	100,00

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior-INEP / 2014

Tabela 13 - Universidade do Estado da Bahia- Matriz da distribuição de frequência das RGD em relação às categorias de variáveis correlatas às Ações de Assistência estudantil do ano de 2015.

VARIÁVEIS	CATEGORIAS	RGD								TOTAL (%)
		C	A	B	D	F	G	H	E	
		GRUPO 1	GRUPO 2						GRUPO 3	
CO_TURNO_ALUNO	Matutino	52,30	8,10	9,10	5,50	4,10	3,10	8,20	9,60	100,00
	Vespertino	30,70	13,40	3,90	8,80	9,00	6,70	7,00	20,50	100,00
	Noturno	21,40	14,60	9,60	14,10	14,00	10,30	4,80	11,20	100,00
	Integral	30,80	4,50	10,50	3,40	20,90	7,60	7,30	15,00	100,00
CO_GRAU_ACADEMICO	Bacharelado	51,10	10,50	3,80	5,60	9,40	2,40	1,80	15,40	100,00
	Licenciatura	19,10	9,60	12,00	9,80	16,00	10,80	9,90	12,80	100,00
CO_COR_RACA_ALUNO	Não Declarou	30,70	11,20	7,50	8,90	13,90	8,40	6,30	13,10	100,00
	Branca	27,40	8,70	14,90	5,00	12,70	5,50	11,50	14,30	100,00
	Preta	36,00	9,50	8,40	8,50	12,10	6,00	5,20	14,30	100,00
	Parda	30,70	8,70	9,90	7,30	13,40	8,20	7,50	14,30	100,00
	Amarela	26,30	10,10	5,80	4,30	7,20	7,20	15,90	23,20	100,00
	Indígena	34,50	6,00	0,00	4,90	31,10	0,00	4,40	19,10	100,00
IN_SEXO_ALUNO	Masculino	35,30	8,50	6,80	7,10	12,80	6,80	6,70	16,00	100,00
	Feminino	30,40	10,70	9,60	8,60	13,60	7,70	6,60	12,80	100,00
NU_IDADE_ALUNO (Categorizado)	< 24	34,80	9,90	10,10	6,50	12,30	5,90	6,60	13,90	100,00
	24  --- 30	31,90	11,00	9,80	8,30	12,60	6,10	5,80	14,50	100,00
	30  --- 36	27,80	9,90	7,70	9,50	14,60	9,50	7,00	14,00	100,00
	36  --- 42	26,50	8,70	4,90	10,00	16,40	12,20	7,00	14,30	100,00
	42  --- 48	29,10	9,00	3,70	10,30	17,10	11,40	9,00	10,40	100,00
	48  --- 54	29,10	6,80	3,70	12,20	16,20	12,50	9,40	10,10	100,00
	54  --- 60	46,30	5,40	0,70	15,00	12,20	7,50	6,10	6,80	100,00
	60  --- 66	36,90	10,50	2,60	7,90	18,40	21,10	0,00	2,60	100,00
	66  --- 72	66,70	0,00	0,00	33,30	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
> 72	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
CO_NACIONALIDADE_ALUNO	Brasileira	32,10	10,00	8,70	8,10	13,30	7,40	6,60	13,80	100,00
	Estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00
IN_ALUNO_DEF_TGD_SUPER	Não	32,10	10,00	8,70	8,10	13,30	7,40	6,60	13,80	100,00
	Sim	28,70	4,10	5,50	11,00	19,20	11,00	6,80	13,70	100,00
	Sem Informação	33,40	8,30	8,30	4,20	8,30	0,00	8,30	29,20	100,00

IN_RESERVA_VAGAS	Não	30,30	10,00	8,50	8,40	13,80	8,30	7,40	13,30	100,00
	Sim	34,80	9,90	9,20	7,60	12,50	5,90	5,30	14,80	100,00
IN_RESERVA_ETNICO	Sim	34,80	9,90	9,20	7,60	12,50	5,90	5,30	14,80	100,00
IN_RESERVA_DEFICIENCIA	Não	34,80	9,90	9,20	7,60	12,50	5,90	5,30	14,80	100,00
IN_RESERVA_ENSINO_PUBLICO	Não	34,80	9,90	9,20	7,60	12,50	5,90	5,30	14,80	100,00
IN_RESERVA_RENDA_FAMILIAR	Não	34,80	9,90	9,20	7,60	12,50	5,90	5,30	14,80	100,00
IN_APOIO_SOCIAL	Não	32,30	10,00	8,40	8,10	13,30	7,30	6,70	13,90	100,00
	Sim	22,80	10,50	17,40	8,80	14,40	9,20	3,90	13,00	100,00
IN_APOIO_ALIMENTACAO	Não	22,80	10,50	17,40	8,80	14,40	9,20	3,90	13,00	100,00
	Sim	17,90	13,20	12,70	11,60	13,20	15,80	7,70	7,90	100,00
IN_APOIO_BOLSA_PERMANENCIA	Não	26,00	8,70	20,50	6,90	15,20	4,80	1,40	16,50	100,00
	Sim	22,80	10,50	17,40	8,80	14,40	9,20	3,90	13,00	100,00
IN_APOIO_BOLSA_TRABALHO	Não	22,80	10,50	17,40	8,80	14,40	9,20	3,90	13,00	100,00
IN_APOIO_MATERIAL_DIDATICO	Não	26,00	8,70	20,50	6,90	15,20	4,80	1,40	16,50	100,00
	Sim	17,90	13,20	12,70	11,60	13,20	15,80	7,70	7,90	100,00
IN_APOIO_MORADIA	Não	26,00	8,70	20,50	6,90	15,20	4,80	1,40	16,50	100,00
	Sim	17,90	13,20	12,70	11,60	13,20	15,80	7,70	7,90	100,00
IN_APOIO_TRANSPORTE	Não	22,80	10,50	17,40	8,80	14,40	9,20	3,90	13,00	100,00

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior-INEP /2015

## 7. CONCLUSÃO

Este estudo caracterizou as ações da Assistência Estudantil da Universidade do Estado da Bahia, sob a perspectiva do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, considerando os principais eixos estruturantes adotados pela política nacional e legislação vigente.

No âmbito das análises, constatou-se que no ano de 2014, em comparação ao ano de 2015, apresentou alterações importantes nos seus comportamentos temporais e espaciais, em relação aos perfis estudantis da Universidade do Estado da Bahia.

Diante dessa sinalização, esse fato fortalece a necessidade de estudos sobre as ações voltadas para assistência estudantil prestada a comunidade discente unebiana, visando observar os fenômenos intrínsecos a essa realidade, e com isso auxiliar no processo de decisão institucional.

De um modo geral, as variáveis analisadas, tanto no ano de 2014 como 2015, tiveram um comportamento da distribuição de frequência dos estudantes influenciado pela regionalização da RGD. Em termos estatísticos, isto foi verificado com o Teste Qui-Quadrado, e de fato, em todos os cruzamentos das variáveis com as RGD o *p-Valor* foi praticamente zero, indicando que houve a confirmação da suspeita da influência da regionalização das RGD na manifestação das variáveis.

Em termos da análise, o processo de discussão iniciou-se com um elenco parcial de variáveis, com fito de se refletir, de modo mais central, a respeito das questões associadas às ações da Assistência Estudantil.

O cenário evidenciado apresentou um perfil discente que na sua maioria estuda em período integral, e paulatinamente vem assumindo seu pertencimento étnico como: negro, pardo e indígena, conforme foi declarado no Censo da Educação Superior. Além disso, o universo estudantil em relação à faixa etária e sexo, foi caracterizado, respectivamente, como jovem na idade de 21 a 26 anos e predominantemente composto por mulheres.

No que tange a política de reserva de vagas, observa-se que tem cumprido uma função importante, já que praticamente 1/3 das vagas disponibilizadas tem sido ocupadas pelo público historicamente alijado dos espaços de conhecimento, através da política de reserva de vagas, o que vem tornando a Universidade do Estado da Bahia cada vez mais inclusiva e plural.

Ao se verificar o impacto e alcance das ações de Assistência Estudantil aos demandantes dessa política, constatou-se o quanto tem sido importante assegurar minimamente as condições de permanência institucionalmente, através dos apoios de cunho social, Bolsa Permanência e Moradia. Ao mesmo tempo em que nos apresenta o desafio de coletivamente conseguirmos recursos específicos nessa área para ampliar o número de estudantes atendidos, para que cada vez mais essa população vulnerável socioeconomicamente ingresse e permaneça com sucesso no contexto universitário.

Ainda sobre esse ponto, faz-se necessário observar que o Censo da Educação Superior, voltado para o público discente é um instrumento importante para formulação de políticas públicas ao oportunizar o conhecimento de diversas realidades. Porém, alguns aspectos que compõem e caracterizam a Assistência Estudantil, quer seja previsto ou não na legislação do PNAEST, não foram considerados no seu planejamento da coleta de dados, por isso não puderam ser analisados.

No tocante aos aspectos contemplados pelo PNAEST, temos a assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico. Em relação aos aspectos não contemplados, destaca-se a necessidade de inclusão de um item, no Censo da Educação Superior, importante para a consolidação da assistência e permanência estudantil, que é o apoio psicossocial aos estudantes.

Tal situação oportuniza a recomendação da inserção desses itens no Censo da Educação Superior para uma reflexão desses quesitos, ampliando a compreensão das ações da área da Assistência e Permanência Estudantil prestada nas IES.

Em seguida, numa etapa posterior, houve uma ampliação do elenco de variáveis, para permitir uma melhor identificação das similaridades entre as RGD de modo mais robusto. Isto propiciou a aplicação de um procedimento de mapeamento de grupos de RGD, utilizando uma metodologia estatística multivariada denominada de escalonamento multidimensional. Dessa forma, conseguiu-se identificar que o ano 2015, em comparação ao ano de 2014, houve uma alteração de padrão de agrupamento das RGD da Uneb. Vale reiterar que, a RGD C manteve um comportamento isolado.

Este conhecimento estatístico do processo educacional da Uneb, contribui para o aumento da qualidade da implementação das políticas institucionais e, particularmente, das políticas de Assistência Estudantil, pois estabelece um balizamento mais seguro para o processo decisório. O diagnóstico do cenário estatístico, das variações assinaladas, tem

um potencial de ajudar aos tomadores de decisões terem um maior êxito na gestão educacional, sobretudo, porque considera as características mais importantes das RDG.

Os resultados até aqui apresentados foram analisados, a partir de uma perspectiva temporal e espacial, portanto não tem caráter conclusivo, mas indicam possibilidades e desafios para consolidação das ações desenvolvidas nesta área pela instituição. É digno de menção que a base de dados, o Censo da Educação Superior do INEP, tem um potencial de exploração de cruzamento de variáveis, que podem ainda promover um maior adensamento de conhecimento do ambiente investigado.

Uma questão também importante a ser mencionada é que, no modelo atual da gestão universitária unebiana, para buscar dar uma maior eficiência na consolidação da gestão administrativa e fortalecimento acadêmico para responder às demandas da sociedade, uma nova classificação territorial da instituição está sendo proposta a partir da integração dos Departamentos em “Territórios de Conhecimento” (TC’s), conforme previsto numa recente publicação oficial da instituição denominada: “UNEB GERA CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BAHIA” e que estará sendo apreciada pela comunidade universitária, durante o processo da Estatuínte.

Por conta disso, em se consolidando a proposta de implantação dos Territórios de Conhecimento da UNEB, a metodologia desta pesquisa poderá ser reaplicada neste novo espaço territorial para diagnosticar as ações de Assistência Estudantil, assim como analisar os perfis estudantis neste novo modelo de regionalização flexível. Ou ainda, aplicar essa metodologia considerando os “Territórios de Identidade” definidos pelo governo estadual, ou, a partir de outra concepção territorial, que se objetive pesquisar.

Finalmente, nesse aspecto, almeja-se que este relatório técnico possa contribuir nas reflexões sobre o assunto, auxiliar no processo de tomada de decisão da instituição pesquisada, despertar interesse no estudo dessa temática para compreensão da dinâmica do tempo e do espaço dos perfis estudantis, considerando as suas especificidades, origens e pertencimentos identitários.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Arnon Marques e LÔRDELO, José Albertino. Variabilidade de Desempenho no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade): Uma tentativa de interpretação baseada nos trabalhos de Pierre Bordieu. **In: Educação Superior no pós-cotas equidade, desempenho e permanência dos estudantes.** Salvador: EDUFBA, 2017.p. 15-46

ARANTES, Aldo e LIMA, Haroldo. **História da Ação Popular da JUC ao PCB.** São Paulo, Alfa-Omega, 1984.

ARTHUR Roquete de et al. (2005) “Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira”. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, vol.13 no.47 Rio de Janeiro, 2005

BAHIA. **Lei 7.176, de 10 de dezembro de 1997. Reorganização das Universidades Estaduais Baianas.**1997

BAHIA. **Lei:13.458/2015. Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Estaduais da Bahia (UEBA).**2015.

BARBOSA, Cesar. **Financiamento Público das Universidades Estaduais Baianas: Restrições Orçamentárias, Expansão Universitária e Desenvolvimento Local.** UNEB 2013, p.165. Tese de Doutorado do Programa de Educação e Contemporaneidade. Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

BARBOSA, Elisiana Rodrigues Oliveira. **A presença da Universidade do Estado da Bahia nos meios locais: O perfil e a inserção profissional dos egressos licenciados.** UNEB 2016, p. 212. Tese de Doutorado do Programa de Educação e Contemporaneidade. Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

BEHRING, Elaine Rossetti. Crise do Capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana; MIOTO, Regina (Org.) **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A construção da Universidade Baiana: Origens, Missões e Afrodescência.** Salvador: EDUFBA, 2009.

BORSATO, F. P.; ALVES, J. M. Student Assistance in Higher Education in Brazil. **Procedia: Social and Behavioral Sciences**, v. 174, p. 1542-1549, 2015.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2012a. Disponível em <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v3\\_1934.pdf?sequence=10](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1934.pdf?sequence=10)>. Acesso em: 10 mar. 2016

BRASIL. **Constituição (1946)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2012b. Disponível em <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v5\\_1946.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes_Brasileiras_v5_1946.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2016

BRASIL. **Constituição (1947)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2012c. Disponível em <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137604/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v6\\_1967.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137604/Constituicoes_Brasileiras_v6_1967.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2016

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil. 1967.

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Brasília (DF), 2010b. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato\\_2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm)>

BRASIL. **Decreto nº4.875, de 11 de novembro de 2003**. Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) 2003.

BRASIL. **Decreto nº7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. 2010.

BRASIL. **Decreto nº7948, de 12 de março de 2013**. Programa de Estudantes- Convênio de Graduação (PEC-G) 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá providências, 2001.

BRASIL. **Lei nº13.005, de 15 de dezembro de 2010**. Aprova o Plano nacional de Educação e dá outras providências, 2010.

BRASIL. Lei nº13.146, de 06 de julho de 2015, D.O.U., de 07 de julho de 2015. Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 20 de dezembro de 2015<

BRASIL. **Lei nº6.096, de 24 de abril de 2007.** “Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) 2007.

BRASIL. **Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 25/2010** - Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais - PNAEST. Diário Oficial da União, 28 dez 2010.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. – **Estatística Básica.** Atual Editora, São Paulo, 1988

CASTRO, J. Geopolítica da Fome. 3.ed. Rio de Janeiro: **Casa do Estudante do Brasil,** 1954.

COULON, A.A **condição de estudante:** a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Crítica: o Ensino Superior na República Populista.** Rio de Janeiro: F Alves, 1989.

FÁVERO, L.P.; BELFIORE, P.; SILVA, F.L.; CHAN, B.L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões.** Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2009. 646p.

FERREIRA, Alana Mara, BARBOSA, César & FERREIRA, Adonias Magdiel. Análise da Tendência e Cenário Estudantil da Universidade do Estado da Bahia sob a perspectiva das Redes de Gestão Departamental. **In: Revista Pesquisa e Debate em Educação.** Programa de Pós- Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Volume 7, número 1. Universidade Federal de Juiz de Fora -Minas Gerais, 2017.

FIALHO, Nádía Hage. **A Universidade Multicampi.** Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS - FONAPRACE. **Relatório da Reunião Anual,** 1987.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – FONAPRACE. **Relatório da Reunião Anual,** 1996.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – FONAPRACE. **Relatório da Reunião Anual**, 2000.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – FONAPRACE. **Relatório da Reunião Anual**, 2015.

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação e Educação Brasileira Contemporânea. **In: Educação e Sociedade**. CEDES, n°8. São Paulo: Cortez, 1981.

GARRIDO, Edleuza Nery. Assistência Estudantil: Sua importância, atores envolvidos e panorama atual. **In: Seminário Universidade Sociedade**. Semana Kirimurê, p.1-17, Cachoeira-Bahia, 2012

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Joceline. **Conferência de Durban completa 10 anos**. Publicado em: 31 de agosto de 2011. Disponível em: [www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br). Acesso em: 03 de abril de 2018.

HAIR Jr., Joseph F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HERINGER, Rosana e KLITZKE, Melina. **O ENEM, SISU e as Ações Afirmativas em cursos de prestígio da UFRJ**. In: SANTOS, Georgina Gonçalves dos, VASCONCELOS, Letícia & SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Observatório da Vida Estudantil: Dez anos de estudos sobre vida e cultura universitária: percurso e novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2017, p.37-58

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.129, p.285-303, maio/ago.2017

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP/Ministério da Educação, 2014.

KOWALSKI, A. V.. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LEAL, Ione Oliveira Jatobá; NOVAES, Ivan Luís; CARNEIRO, Breno Pádua Brandão. A Universidade do Estado da Bahia/ UNEB: Paradoxos uma gestão que completa 30 anos. In Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 26, 2013, Recife. **Anais ...** Recife: ANPAE, 2013, p. 1-13. Disponível em:

<<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/IoneOliveiraJatobaLeal-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em:

LEHER, Roberto. Rumos da Educação Superior Brasileira em um contexto de persistência da agenda neoliberal. In: **Reforma Universitária a Universidade Pública em Questão**. J. de Omena Araújo e M. V. Costa Correia (orgs). Maceió: EDUFAL, 2004.

MACHADO, Fernanda Meneghini. Financiamento da Assistência Estudantil nas Universidades Federais. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, nº33, p. 231-254, jan/jun 2017.

MATOS, Uilma Rodrigues de e BARBOSA, Mário de Jesus. **Acesso e Permanência de cotistas e não cotistas segundo produções em periódicos Qualis A**. In: Educação Superior no pós-cotas equidade, desempenho e permanência dos estudantes. Salvador: EDUFBA, 2017.p.47-67

MENEZES, Ubiratan Azevedo de; FERREIRA, Alana; MATOS, Adrielle. Percurso e Perspectivas da Assistência Estudantil da Universidade do Estado da Bahia. In: **Observatório da Vida Estudantil: Dez anos de estudos sobre a vida e cultura universitária: percurso e novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2017, p.173-189.

NUNES, Fábio Costa & LORDÊLO, José Albertino. O papel da pesquisa na produção da eficácia e equidade no Ensino Superior: o caso do curso de Ciências Biológicas. In: **Educação Superior no pós-cotas**. Salvador: EDUFBA, 2017, p.69 à 92.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova Gestão Pública e Governos Democráticos-Populares: Contradições entre a busca de Eficiência e a ampliação do direito à Educação. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v.36, número 132, p. 625-646, jul-set.2015.

PASCHE, Cristiane; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes, Um olhar para a inclusão: as cotas raciais nas universidades brasileiras e o princípio da isonomia. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí (SC), v. 11, n. 2, p. 235-248, jul-dez 2006. Disponível em <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/issue/view/93>>.

RAMALHO, Ludmila Eleonora Gomes. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

RESSUREIÇÃO, Sueli Barros; SAMPAIO, Sônia. Pertencimentos e Identidades Entre Universitários Indígenas: uma perspectiva intercultural da psicologia na Educação Superior. In: **Observatório da Vida Estudantil: Dez anos de estudos sobre a vida e**

**cultura universitária: percurso e novas perspectivas.** Salvador: EDUFBA, 2017, p.37-58.

Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007 SPOSATI, Aldaíza. Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional (RBDC)**, São Paulo, n. 10, p. 435-458, jul./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza\\_Sposati.pdf](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2017

ROLIM, Cássio Frederico Camargo e SERRA, Maurício Aguiar (Orgs). **Universidade e Desenvolvimento Regional: o apoio das Instituições de Ensino Superior ao Desenvolvimento Regional.** Curitiba: Juruá Editora, 2009.

ROMANO, Roberto. A universidade e o neoliberalismo. In: **Caminhos, Belo Horizonte:** APUBH, nº. 18, 1999.

RUY, Carolina. “**História do Movimento Estudantil: A Fênix UNE**”. Disponível em: <<https://www.vermelho.org.br>> Acesso em: 08 de fevereiro de 2018.

SALVADOR, Evilasio. Ajuste fiscal e a captura do fundo público pelo capital portador de juros. In RAMOS, Gustavo Teixeira et al. (Orgs). **A classe trabalhadora e a resistência ao golpe de 2016.** Bauru: Canal 6, 2016. p. 115-128.

SANTOS, Milton **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6ª Ed. Rio de Janeiro. Record, 2001.

SAVIANI, Demerval. **A Nova Lei da Educação: LDB trajetórias e limites.** Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SILVEIRA, Miriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: Uma análise sobre as políticas de permanência das Universidades Federais Brasileiras.** Pelotas, 2012.

SPOSATI, Adailza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: Concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**, São Paulo, n. 10, jul./dez. 2007.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 10 jul 2012 Disponível em: <<http://www.uneb.br>> Acesso em: 01 de abr. 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 25 nov 2011. Disponível em: <<http://www.uneb.br>> Acesso em:01 de abr. 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 27 set 2013Disponível em: <<http://www.uneb.br>> Acesso em:01 de abr. 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **“UNEB GERA CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BAHIA”**. Salvador: UNEB, 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Anuário UNEB em Dados 2015- Base 2014**. Salvador: UNEB, 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Anuário UNEB em Dados 2017- Base 2016**. Salvador: UNEB, 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Plano de Ações Prioritárias (PAP)**. Salvador: UNEB, 2014.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Plano de Assistência Estudantil**. Salvador: UNEB, 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Plano de Metas 2010-2013**. Salvador: UNEB, 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Estratégico da Uneb**. Salvador, 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Estratégico**. Salvador: UNEB, 2007.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Resolução n° 196/2002. Aprova sistema de reserva de vagas para negros e dá outras providências**. Salvador: UNEB, 2002.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Resolução n° 468/2007. Aprova reformulação no sistema de reserva de vagas para negros e indígenas e dá outras providências**. Salvador: UNEB, 2007.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Resolução n°701/2009. Aprova a implantação do Programa de Assistência Estudantil (PAE) para estudantes de graduação da UNEB**. Resolução publicada no D.O.E. de 07/07/2009, p.17

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Resolução nº733/2009. Aprova a criação da Pró- Reitoria de Assistência Estudantil:** UNEB, 2009.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA: <http://www.uneb.br>. Acessado em 10/03/2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA: <http://www.uefs.br>. Acessado em: 10/03/2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ: <http://www.uesc.br>. Acessado em: 10/03/2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA: <http://www.uesb.br>. Acessado em: 10/03/2016.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17. n.2, p.599-616,2010.

**ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia - UNEB**



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA  
PERSPECTIVA DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

**Pesquisador:** ALANA MARA SANTOS DOS ANJOS FERREIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 69118217.5.0000.0057

**Instituição Proponente:** Departamento de Educação, Campus I

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.152.512

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa para obtenção do título de mestre, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Aplicada a Educação (GESTEC) da UNEB. Caracterizado por ser um estudo qualitativo e quantitativo para caracterizar o perfil do estudante de Graduação da UNEB em seus diversos Campi e verificar se a assistência estudantil promove a permanência dos referido discentes na Universidade. Utilizará os dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

#### Hipótese:

O pressuposto da pesquisa sinaliza que o perfil estudantil da UNEB, em relação a sua pertinência territorial, na perspectiva do Censo da Educação Superior no período de 2014-2015, possui diferentes caracterizações para as ações na área de Assistência e Permanência.

A hipótese básica adotada é que as diferenças regionais e os fatores intrínsecos locais contribuem, para que as variações dos indicadores estudantis sejam mais contundentes.

Como hipótese secundária, compreende-se que as diferenças regionais da UNEB apresentam variações de seus indicadores estudantis (tendência e o cenário) que podem ser consideradas estatisticamente significativas.

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555

**Bairro:** Cabula

**CEP:** 41.195-001

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3117-2399

**Fax:** (71)3117-2399

**E-mail:** cepuneb@uneb.br



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 2.152.512

Destacamos que o projeto em questão não necessitaria da apreciação ética por coletar dados secundários publicados.

### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Caracterizar a Assistência Estudantil na perspectiva do Censo da Educação Superior da Universidade do Estado da Bahia analisando a tendência e o cenário do perfil dos discentes de graduação presencial, a partir das Redes de Gestão Departamental, no período de 2014-2015. Objetivo Secundário:

Identificar as características da Assistência Estudantil, com base no Censo da educação Superior de 2014-2015, da Universidade do Estado da Bahia;

Apresentar um relatório com a caracterização da Assistência Estudantil, na perspectiva do Censo da Educação Superior da Universidade do Estado da Bahia, para subsidiar o “Observatório Estudantil”;

Conhecer a tendência e o cenário do perfil estudantil, a partir das RGD’s, da UNEB com base nos Censos da Educação Superior de 2014-2015, do INEP;

Promover uma discussão sobre as ações institucionais que atendam e fortaleçam a construção de uma política de assistência estudantil eficaz, eficiente e equânime para a garantia da permanência e sucesso acadêmico dos (as) estudantes de graduação presencial da Universidade do Estado da Bahia.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Vale à informação que o risco mencionado na Plataforma Brasil se enquadra intimamente com participante da pesquisa e sua vulnerabilidade, trazendo uma perspectiva de ação nas outras áreas inerentes a vida do ser humano, incluindo a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente.

Tendo como parâmetro o registrado no formulário de informações básicas da Plataforma Brasil, a pesquisadora informa os riscos e suas formas de minimização dentro da eticidade.

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555

**Bairro:** Cabula

**CEP:** 41.195-001

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3117-2399

**Fax:** (71)3117-2399

**E-mail:** cepuneb@uneb.br



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 2.152.512

### Benefícios:

Segundo a normativa o benéfico de uma pesquisa deve contribuir para a melhoria da atividade estudo da de alguma forma, sendo diretamente ao participante da pesquisa ou indiretamente propondo melhorias nos processos que envolvem a formação da atividade.

A pesquisadora informa e o projeto tem o potencial de desenvolver a política de assistência estudantil a partir do perfil dos estudantes e confrontar se as políticas desenvolvidas na Instituição estão em consonância com os diversos contextos os quais os estudantes de Graduação estão inseridos, propondo adequações.

### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é importante para desenvolvimento das políticas de Assistência Estudantil da UNEB.

Critério de inclusão e exclusão: Não foram apresentados devido ao estudo ter coleta de dados secundário fontes publicadas.

O orçamento: Foi informado e condiz com os aspectos da pesquisa.

O cronograma: Encontra-se registrado e os prazos condizem com a proposta.

### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na perspectiva da eticidade, conforme segue:

- 1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em conformidade;
- 2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade;
- 3 – A autorização institucional da proponente: Em conformidade;
- 4 – A autorização da instituição coparticipante: Dispensado por coletar dados em fontes secundárias publicadas;
- 5 - Folha de rosto: Em conformidade
- 6 – Modelo do TCLE: Dispensado por coletar dados secundários publicados.
- 7 - Termo de Concessão: Dispensado;
- 8 - Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos: Dispensado.

### Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555

**Bairro:** Cabula

**CEP:** 41.195-001

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3117-2399

**Fax:** (71)3117-2399

**E-mail:** cepuneb@uneb.br



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 2.152.512

e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

### **Considerações Finais a critério do CEP:**

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

### **Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_902733.pdf	31/05/2017 18:15:17		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado.pdf	26/04/2017 21:16:17	ALANA MARA SANTOS DOS ANJOS FERREIRA	Aceito
Outros	DeclaracaodeConcordancia.pdf	26/04/2017 21:08:29	ALANA MARA SANTOS DOS ANJOS FERREIRA	Aceito
Outros	TermodeCompromissodoPesquisador.pdf	26/04/2017 21:07:05	ALANA MARA SANTOS DOS ANJOS FERREIRA	Aceito
Outros	TermosdeConfidencialidade.pdf	26/04/2017 21:05:59	ALANA MARA SANTOS DOS ANJOS FERREIRA	Aceito
Outros	TermodeAutorizacaoInsitucional.pdf	26/04/2017 21:05:04	ALANA MARA SANTOS DOS ANJOS FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_Assinada.pdf	26/04/2017	ALANA MARA	Aceito

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555

**Bairro:** Cabula

**CEP:** 41.195-001

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3117-2399

**Fax:** (71)3117-2399

**E-mail:** cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 2.152.512

Folha de Rosto	FolhadeRosto_Assinada.pdf	20:58:13	SANTOS DOS ANJOS FERREIRA	Aceito
----------------	---------------------------	----------	---------------------------	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SALVADOR, 03 de Julho de 2017

---

**Assinado por:**  
**Aderval Nascimento Brito**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555

**Bairro:** Cabula

**CEP:** 41.195-001

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3117-2399

**Fax:** (71)3117-2399

**E-mail:** cepuneb@uneb.br